

O PT E AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 1989

Para quem o viveu, o ano de 1989 foi inesquecível. Foi o ano em que, pela primeira vez desde 1960, os brasileiros voltaram a escolher pelo voto direto o presidente da República. Esta foi uma conquista do povo brasileiro e que foi entusiasmada por ele vocalizada no movimento das “Diretas Já”. Embora o acordo das elites, que resultou na formação da chamada Aliança Democrática para a sua vitória no Colégio Eleitoral criado pela ditadura militar, tenha defraudado a reivindicação do povo brasileiro por eleições diretas para Presidência da República naquele momento, ela permaneceu na pauta de reivindicações dos movimentos sociais. E a luta por esta reivindicação prosseguiu até finalmente estar inscrita no § 1º do artigo 4º das Disposições Transitórias da Constituição da República Federativa do Brasil de 5 de outubro de 1988: “A primeira eleição para Presidente da República após a promulgação da Constituição será realizada no dia 15 de novembro de 1989”.

O Partido dos Trabalhadores (PT), desde a sua criação, em 1980, sempre afirmou com muita clareza que a constituição de um Estado democrático de direito implicava o fim da ditadura e o efetivo exercício da democracia por parte do povo brasileiro. Com o fim dos governos encabeçados pelos militares, em 1985, o quadro político brasileiro iniciou um processo de reconfiguração por parte dos diversos segmentos políticos em que se dividira o espectro político-partidário. Neste quadro o PT de há muito já estabelecera os seus objetivos e propostas, mas restava definir a questão da candidatura e das alianças políticas. Este processo teve o seu final no 5º Encontro Nacional, em dezembro de 1987, quando se definiu para o lançamento do nome de Luiz Inácio Lula da Silva, se indicaram as diretrizes para a formulação do programa de governo e se estabeleceram os critérios das alianças a serem formadas para a eleição de 1989.

Nos quase dois anos que se seguiram até o pleito, em que pese a inexperiência da imensa maioria de seus militantes e simpatizantes em um pleito de caráter nacional, a partir da formatação básica definida no seu 5º Encontro Nacional, o PT consolidou a candidatura de Lula e levou suas propostas a todos os rincões do Brasil. Evidentemente isso não se fez sem percalços e sem enfrentar a disposição de alguns de seus adversários de vencer a todo e qualquer custo, não poucas vezes transcendendo os limites de um combate político travado no interior de um Estado democrático de direito.

Em que pese o insucesso no segundo turno, ao PT restou um enorme acúmulo de experiências que iriam lastrear a sua ação política daí para diante e aos brasileiros propiciou um significativo passo rumo ao aprendizado da ação política.

No espírito que dedicamos a esta seção, que é o de colocar à disposição dos leitores de *PERSEU* uma fração da documentação preservada pelo Centro Sérgio Buarque de Holanda da Fundação Perseu Abramo aos pesquisadores e a todos os demais interessados, reproduzimos, de um lado, uma série de materiais de campanha do PT de 1989 e, de outro, um conjunto de documentos, organizados cronologicamente, enfatizando as ações e as ideias do PT sobre o tema. No caso destes últimos destacamos que, por uma questão de disponibilidade de espaço nas pági-

D
O
C
U
M
E
N
T
O
S

nas de *PERSEU*, não pudemos incluir aqui alguns documentos, como os programáticos, os quais, no entanto, podem ser consultados na Internet, no seguinte endereço: www.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/memoria-e-historia/documentos-historicos/programas-de-governo-pt.

Centro Sérgio Buarque de Holanda da Fundação Perseu Abramo

a) SOBRE CANDIDATURA PRESIDENCIAL

Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores

O DN do PT reafirma sua luta por eleições diretas já e apresenta às forças democráticas e populares um programa de Governo Alternativo à Nova República.

Entende que deve ter candidatura própria quando conquistadas as diretas e reafirma que seu candidato natural é o companheiro Lula, mas compreende que é preciso uma discussão ampla nas bases do Partido sobre a questão, onde poderão se apresentar outros nomes, sendo o Encontro Nacional o local apropriado para aprovação e lançamento de uma candidatura a presidente da República.

DIRETÓRIO NACIONAL DO PT

São Paulo, 1º de agosto de 1987.

Fonte: Original mimeografado, 1 p. Acervo do CSBH-FPA.

b) CARTA ABERTA AO POVO BRASILEIRO

5º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores

O PT apresenta ao povo brasileiro o seu candidato à Presidência da República: Luiz Inácio Lula da Silva.

O PT tem coragem de dizer a todos os brasileiros que, neste momento difícil, existem saídas para a grave crise que foi criada pelos poderosos da Velha e da Nova República¹.

O PT chama você a participar desta briga, para que a vontade do povo trabalhador possa prevalecer acima dos interesses dos banqueiros, latifundiários e militares.

Nosso povo vive dias difíceis. A inflação reduz o poder de compra dos salários. As medidas do governo Sarney promovem o desemprego. Não se criam novas oportunidades de trabalho para a juventude.

Esta situação tem razões que o PT quer novamente denunciar. O governo Sarney atendeu exigências do Fundo Monetário Internacional (FMI), bloqueou o caminho da reforma agrária e pratica o arrocho salarial. A Nova República traiu as promessas feitas na campanha das diretas em 84.

Mas os trabalhadores e o povo brasileiro demonstram disposição de não mais continuar aceitando os desmandos deste Governo. Greves de portuários, metalúrgicos, servidores públicos e outras categorias têm ocorrido em todo o país, manifestando um claro desejo de acabar definitivamente com a farsa da Nova República, apesar da repressão.

Embora ludibriados nas eleições de 86, os trabalhadores e o povo brasileiro não desistiram de lutar por uma Constituição democrática, que reconheça os direitos populares e que abra espaço à Reforma Agrária.

Esta luta deu alguns resultados: a redução do mandato ilegítimo de José Sarney e a inclusão de algumas reivindicações dos trabalhadores no Projeto da Comissão de Sistematização².

Isto não está garantido. Todos sabem como os reacionários, os conservadores, reagiram a esses resultados: organizaram o tal centrão e modificaram as regras do jogo do Congresso Constituinte.

Ninguém pode aceitar esse caminho.

Vamos garantir os direitos do povo na Constituição. Vamos sair às ruas para impedir que Sarney permaneça no poder por mais de quatro anos. Vamos às ruas para lutar pelos direitos dos trabalhadores, pela estabilidade, pelas 40 horas, pelo direito à moradia, pela reforma agrária, contra o pagamento da dívida externa.

Trabalhar pela candidatura de Lula é lutar pela conquista desses direitos.

O PT conquista cada vez mais a confiança do povo porque tem sido coerente, tem acertado em suas previsões, não se deixou enganar pelo Colégio Eleitoral³ nem pelo Plano Cruzado⁴. O PT tem dado provas de firmeza na luta sindical junto à CUT, no movimento popular e na atuação corajosa e limpa de seus 16 deputados na Constituinte.

O PT tem dito e continua a dizer que sem a participação e a luta dos trabalhadores não haverá saída possível. Por isso mesmo, apresenta como candidato

LULA, um símbolo das lutas travadas no Brasil nos últimos anos. Pela primeira vez um trabalhador disputará a Presidência da República. Um trabalhador que representa a luta de milhões de oprimidos na cidade e no campo.

O PT chama todos que buscam viver de seu próprio trabalho a contribuir para que, pela primeira vez em quatrocentos anos de nossa história, o governo saia das mãos dos representantes dos ricos, dos poderosos, dos exploradores.

Basta de miséria, basta de injustiça, basta de atitudes retrógradas. Pelo progresso do país, por condições dignas de vida para nosso povo. Vamos à luta!

Fora Sarney. Lula para Presidente. Pelo Brasil que a gente quer.

Brasília, 6 de dezembro de 1987.

Fonte: *Boletim Nacional*, n. 33. São Paulo, nov./dez. 1987-jan. 1988, p. 11.

NOTAS

¹ Nova República” foi uma expressão de época empregada para designar, sem sucesso, o governo, escolhido em eleição indireta, que sucedeu a ditadura militar, em 15 de março de 1985. (N.E.)

² A Comissão de Sistematização foi a mais importante das comissões na Constituinte. Tinha como função compatibilizar os anteprojetos das outras Comissões, a partir do trabalho iniciado pelas Subcomissões, além de elaborar um projeto de Constituição e de dar parecer às emendas apresentadas ao projeto. (N. E.)

³ Referência a instituto criado pela ditadura. Pelo Ato Institucional 2, de 17 de outubro de 1965, além de extinguir os partidos políticos existentes antes do golpe de 1964, definiu o fim das eleições presidenciais diretas, as quais passaram a ser realizadas indiretamente pelo Congresso Nacional. Após a promulgação da Constituição de 1967, os militares mantiveram o processo indireto de escolha do presidente, mas criaram a figura do Colégio Eleitoral, que era composto pelos membros do Congresso Nacional e por delegados indicados pelas Assembleias Legislativas estaduais, cujo número era definido pela proporcionalidade dos eleitores de cada unidade da Federação. Em 1982, nova modificação foi introduzida: cada uma das assembleias estaduais passaria a indicar seis representantes, independentemente de critérios de proporcionalidade. (N. E.)

⁴ O Plano Cruzado foi um fracassado conjunto de medidas econômicas, lançado pelo governo brasileiro em 28 de fevereiro de 1986. As principais medidas contidas no Plano eram: congelamento de preços de bens e serviços nos níveis do dia 27 de fevereiro de 1986; congelamento do câmbio por um ano; criação de nova moeda, o cruzado (Cz\$), cujo valor correspondia a mil unidades de cruzeiro; congelamento dos salários pela média de seu valor dos últimos seis meses e do salário-mínimo em Cz\$ 804,00; criação de uma espécie de seguro-desemprego para aqueles que fossem dispensados sem justa causa ou em virtude do fechamento de empresas; os reajustes salariais passaram a ser realizados por um dispositivo chamado “gatilho salarial” ou “seguro-inflação”, que estabelecia o reajuste automático dos salários sempre que a inflação alcançasse 20%. (N. E.)

c) “VAMOS MOSTRAR QUE NÃO SE BRINCA COM 140 MILHÕES DE PESSOAS”

Luiz Inácio Lula da Silva

Aclamado, unanimemente, candidato oficial do Partido à Presidência da República pelos delegados ao 5º Encontro Nacional do PT¹, Lula fez um discurso bem-humorado e otimista, afirmando que a campanha será o momento de mostrarmos competência, habilidade e coragem.

Disse que o PT pode vencer se cada militante, com toda sua raça, for também um candidato. Se aproveitarmos todos os espaços para mostrar que o socialismo não é nenhum bicho-papão. Se pudermos mostrar como o PT enfrentará a questão da dívida externa e como eliminará a indústria da miséria criada pela burguesia.

Esta será uma campanha sem vanguardismos – disse Lula – mas que não deve deixar nenhuma dúvida sobre quem o PT representa: a classe trabalhadora.

Segue um resumo de seu discurso, ao ser indicado, no encerramento do Encontro.

“Em 1978, eu dizia que a classe trabalhadora não deveria se meter em política, que jamais iria me filiar a algum partido. Apenas nove anos se passaram e eu fui um dos que fundaram um partido, terminei sendo presidente do PT, tive de ser candidato a governador por São Paulo, depois candidato à Constituinte. Lembro que, em 1974, eu jamais tinha imaginado ser dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e terminei como presidente do Sindicato. Confesso que jamais, em 42 anos de vida, me passou pela cabeça que um dia seria candidato à presidente da República.

Qual é a lição que a gente pode tirar de tudo isso? É que na medida em que você milita num partido no qual você acredita, você passa a não ser mais dono das suas decisões. Só posso ser candidato a presidente da República porque participo de um partido, porque tenho companheiros que acreditam ser possível, com a minha candidatura, dizer o que a classe trabalhadora gostaria de dizer.

A tarefa não é fácil. Nosso país ainda não está arejado para aceitar a candidatura de um ex-torneiro mecânico a presidente da República. Não será fácil convencer que uma pessoa que tem apenas o 4º ano primário esteja pleiteando um cargo hoje ocupado por um cidadão que tem um título na Academia Brasileira de Letras.

Em 1982, quando fui candidato a governador por São Paulo, cometi uma grande gafe. Vocês se lembram da propaganda do PT, em que o menos perigoso estava condenado a noventa anos de cadeia. Fizemos uma fala em que eu dizia: “Lula, candidato a governador nº 3, ex-ajudante de tintureiro, ex-torneiro mecânico, ex-sindicalista, ex-presos, ex-não-sei-o-que-lá, um brasileiro igualzinho a você”.

Eu imaginava que a classe trabalhadora iria compreender: puxa-vida, esse cara é isso e é candidato, nós também podemos ser.

Mas parece que os trabalhadores entenderam exatamente o contrário: ninguém queria ser um brasileiro igual a mim. Eles queriam ser um brasileiro com diploma universitário, queriam ser um brasileiro com melhores condições de vida, com melhor formação intelectual, com melhor qualidade de vida. A partir desse

erro, comecei a compreender que às vezes a gente não pode fazer um discurso como se todos entendessem o que a gente fala. Numa campanha como a de 88, nós não poderemos ser vanguardistas, não poderemos fazer um discurso que só nós compreendamos.

Às vezes a gente age como carros de corrida de Fórmula Um: vanguarda está a 380 km por hora e a massa está num fusquinha a 60 por hora, sendo multado em cada esquina. Na campanha, o PT tem de ocupar todos os espaços possíveis para educar o povo. Para plantar uma semente, para plantar algo que nunca mais vai morrer.”

CRIANDO CÓCEGAS

“O que representa uma candidatura do PT à Presidência da República?

Vocês talvez não tenham noção de como essa candidatura poderá estar criando cócegas em alguns. Porque os outros terão de enfrentar a gente em praça pública. Terão de enfrentar a gente com propostas. Terão de garantir – se houver para eles o direito da gente falar no rádio e na televisão. Já está previsto que um candidato terá de gastar 650 milhões de dólares, e o PT vai fazer um sacrifício desgraçado para arrumar 650 mil cruzados. Mas, eles vão ter de explicar muita coisa para a gente nos debates.

Nós vamos conversar com os aposentados, com as donas de casa, com as companheiras trabalhadoras, com a juventude, com o conjunto da sociedade, com a classe média, com o funcionalismo público, professores, advogados etc.

A gente vai mostrar que a capacidade de ser político não está na sua formação escolar. A gente vai mostrar que neste país – onde a educação se transformou numa fonte de enriquecimento de algumas pessoas – o diploma não é sinônimo de inteligência: às vezes é a síntese da burrice de alguns.”

DÍVIDA EXTERNA

“A gente vai dizer como é que o PT quer resolver a questão da dívida externa, um dos maiores problemas do país. Falando ao mesmo tempo para 30 ou 40 milhões de pessoas, o PT vai dizer que prejuízo essa dívida externa representa. Uma coisa que falta no Brasil é um governo que tenha competência e sustentação política para juntar o Terceiro Mundo, os países devedores, e dizer para Estados Unidos, Japão, Alemanha e outros países credores que não se pagará essa dívida com o sacrifício da classe trabalhadora brasileira.

O governo americano ameaça fazer retaliações e exige que o Brasil faça concessões, para não taxar nossos produtos? Se tivéssemos um governo competente – e nem precisaria ser revolucionário – e os Estados Unidos fizessem o que estão fazendo, bastaria nacionalizar uma empresa norte-americana das maiores para eles saberem que não se brinca com 140 milhões de pessoas.

Vamos ter de tomar atitudes de peso, para mostrar que um povo não pode ser subalterno de outro povo. O governo americano é eleito para cuidar dos interesses dos Estados Unidos. Da nossa terra quem cuida somos nós. Vamos dizer para eles que os minerais do Brasil não irão mais para o exterior a preço de banana, para depois o Brasil ter de comprar produtos manufaturados a preço de ouro. Nós queremos uma relação comercial igualitária. Eles terão de pagar pelos nossos produtos o

mesmo que nós pagamos pelos deles. O cidadão brasileiro, por mais miserável que seja, não é subalterno do imperialismo e não é cidadão de segunda categoria nesse universo. A autonomia do povo e a autodeterminação vão existir na medida em que esse povo tenha um governo que fale minimamente a sua linguagem.”

NORDESTE, ENERGIA NUCLEAR

“Vamos dizer como é que o PT vai resolver o problema do Nordeste: não vamos construir açude na fazenda do rico, nem fazer cacimba na fazenda do rico, nem estrada vicinal para o rico. Vamos resolver o problema do Nordeste acabando com a indústria da miséria que a burguesia criou para se manter no poder por quatro séculos.

Vamos dizer que o Nordeste tem jeito, que não é uma região de segunda categoria, que já foi rico e já produziu. A irrigação será feita, mas para a terra do pobre, e juntamente com a reforma agrária.

Precisamos plantar arroz, feijão, trigo para que esse povo fique de bucho cheio e para que tenha condições de brigar. Essa é a energia de que precisamos e não a energia nuclear para fins militares. Vamos fazer um levantamento nessa tal de energia nuclear – não por um abelhudo qualquer, amigo do Presidente –, mas por cientistas e pelo amplo debate na sociedade.

Por que tanto segredo numa coisa que está gastando quase 50 bilhões de dólares da nossa dívida? A comunidade científica tem de ir lá para desvendar isso para a sociedade. Vamos dizer que a energia elétrica produz a um preço menor e sem o perigo de um imbecil qualquer construir bomba atômica.

Nós vamos ter de construir um novo tipo de vida neste país.”

DISTRIBUIR A RENDA

“Vamos distribuir renda neste país, porque sabemos como fazer. Nós não vamos afinar quando quisermos taxar os 5% mais ricos da Nação. Vamos distribuir renda é taxando o lucro. Neste país a especulação vai acabar: quem especular ao invés de produzir irá para o xilindró, para aprender a devolver para o povo aquilo que é produzido pelo povo. É possível aumentar o salário-mínimo, e dinheiro não cai do céu. A Casa da Moeda não pode produzir notinhas todo mês para aumentar os salários. Mas, também, vamos dizer a eles que um patrão que investe seu capital não pode querer recuperá-lo em 100% no mesmo ano. É preciso controlar os lucros porque é a partir daí que a gente vai poder aumentar os salários neste País e garantir que o conjunto da classe trabalhadora possa receber um salário.

Vamos dizer para eles que, com o PT no governo, banqueiro não bate o pé nem dá murro na mesa, não, porque os bancos serão estatizados e a classe trabalhadora e o governo terão controle sobre os bancos.”

UMA NOVA SOCIEDADE

“Nós vamos dizer muitas coisas. Vamos ensinar para essa gente que no Brasil está surgindo algo novo. Nós queremos governar esse país porque acreditamos numa perspectiva diferente da deles.

Eles criaram a Nova República, que é tão podre quanto a Velha: nós vamos criar uma nova sociedade. Vamos para a televisão para desvendar o mistério desse

bicho-papão chamado socialismo, e, ao mesmo tempo, mostrar quem é o verdadeiro, bicho-papão na hora de explicar o tal do capitalismo.

Vamos ter de utilizar a televisão para conversar com a dona de casa; para ela não pensar que no socialismo ninguém pode andar, ninguém pode comprar, ninguém pode nada; que lá nada presta, que bom é Nova York, que bom é a Avenida Paulista. Vamos tentar mostrar isso na televisão.

Nós vamos fazer dessa campanha uma campanha de ensinamento. Uma campanha onde cada discurso nosso, cada aparição nos meios de comunicação, cada entrevista nos jornais seja uma aula de política, de sociologia, de matemática, de economia.

Nós, do PT, não vamos chegar para o povo com o prato feito e dizer: é isso que é bom para vocês. Vamos tentar fazer os cidadãos compreenderem o que é bom para eles e eles é que terão de criar condições de gritar por aquilo que entendam ser bom para eles.”

ACIDENTADOS E APOSENTADOS

“Eu, sinceramente, não sei se as elites, os banqueiros, os patrões vão aguentar a gente. Eu não sei se eles aguentarão o PT por muito tempo. É bem possível que até façam manobras, mas, mesmo assim, vamos continuar nossa campanha. Vamos dizer que o mundo do trabalho não pode continuar como está; que o Meneguelli não pode continuar fazendo greve geral para obter 1% de aumento de salário. Nós vamos brigar por muitas outras coisas. Vamos fazer com que o Brasil deixe de ser o campeão mundial de acidentes de trabalho; ou o país dos manetas, porque eu acredito que em poucos países na face da Terra falte, na classe trabalhadora, o tanto de dedos que falta na mão dos trabalhadores brasileiros.

Vamos dizer que a Previdência Social pode pagar o salário do aposentado integralmente. O que precisa acabar na Previdência é a malandragem, o empreguismo e a corrupção. O cidadão que se aposenta tem de ganhar o que ganhava quando estava na ativa.

Ou seja, companheirada: eu sei que na cabeça de vocês está fervilhando a cada dia e a cada hora o Brasil que a gente quer. E vamos ser francos: este país poderia ser diferente.

Este país não precisaria ter trombadinhas; não precisaria ter tantas crianças morrendo de fome antes de completarem um ano de idade e, depois dos dois, pela polícia nas ruas. Este país – que tem uma média de idade de 57 anos para quem ganha até três salários-mínimos – não pode estabelecer uma aposentadoria por velhice aos 65 anos, se sabe que seu povo morre antes.”

A CAMPANHA É DO PT

“Vocês têm clareza que esta não é uma campanha do Lula, não é a candidatura do Lula: a campanha é do PT. Se essa campanha não conseguir colocar na rua nossos militantes, se não conseguir fazer com que cada militante seja um candidato, a gente poderá fracassar antes do tempo.

Mas eu conheço essa militância do PT: poucas vezes na história do país um partido político teve o privilégio de ter a qualidade e a quantidade de militantes que tem o PT.

Na campanha de Vitor Buaiz, candidato a prefeito de Vitória, lembro-me de um procurador da Justiça, que era do PFL, se não me falha a memória; e ele fez a opção de trabalhar individualmente na campanha do Vitor. Depois de um comício ele me disse: “Lula, eu nunca vi nada igual nos meus 60 anos de idade. No PFL, no PMDB, no PDS, para a gente mandar alguém colar um cartaz, a gente tem de perguntar primeiro quanto é. No PT, os meninos, as mulheres, os homens não colam apenas um cartaz, colam milhares e não pedem um cruzado por isso, e nem aceitam um cruzado por isso”. E esse juiz também andava para cima e para baixo com o balde de cola, colando e pichando.

É essa a educação que a gente vai ter de dar. A campanha tem de servir para isso, porque é assim que a gente pode ganhar essas eleições.

Não aceitei essa candidatura na perspectiva de disputar por disputar. Não acredito nessa teoria de que o importante é competir: essa é a teoria dos derrotados. O PT vai ter de sair com essa campanha não pensando num segundo turno ou com quem vai se coligar num segundo turno. O PT vai ter de sair nessa campanha na perspectiva concreta de que podemos ganhar a Presidência da República. Quando alguém perguntar se a gente vai apoiar o Covas², a gente diz é o Covas quem vem apoiar a gente. Se alguém perguntar se a gente vai apoiar o Brizola³ no segundo turno, é o Brizola que vai apoiar a gente no segundo turno. Dos outros, não dá nem para falar, porque a gente não quer o apoio deles nem no primeiro nem no segundo turno.

Vim dizer para vocês que aceito esse desafio, o mais importante da minha vida. Um desafio onde, possivelmente várias vezes, muitos de vocês não irão gostar de declarações na imprensa, no rádio, irão telefonar para cá, para o comitê, para o diretório, para minha casa; quero dizer que essa campanha possivelmente será a maior aula que eu possa ter na minha vida.

Não acredito que apenas através das eleições a gente possa resolver todos os problemas brasileiros. Entretanto, acho que a gente não pode negar as eleições. É só ver as experiências do PT nos Parlamentos municipais, estaduais, ou federal. É só ver as experiências do PT nas prefeituras de Fortaleza e de Diadema para perceber que é possível alguma mudança, que é possível fazer algo diferente.”

QUEM O PT REPRESENTA

“Eu não vou decepcionar vocês. Não sei se terei competência, durante a batalha, de fazer jus à confiança que vocês tiveram em mim. Agora uma coisa eu peço para o meu Partido: a gente não pode fazer uma campanha com dúvidas sobre qual segmento social a gente representa. Não podemos querer agradar a classe média alta, o grande empresário, o médio empresário. Temos de fazer uma campanha classista, falando dos interesses da classe trabalhadora. E precisamos marcar posição. Precisamos acirrar as contradições. Se não for assim, a peãozada não vai entender a nossa campanha. Vamos à luta. Possivelmente o PT terá de cumprir nesta campanha uma esplendorosa tarefa: é o momento em que a gente tem de mostrar competência, habilidade e muita coragem. Mas é também o momento de mostrar que a gente pode tirar o país desse lamaçal em que se encontra. Estou convencido de que a gente pode chegar lá. Até a vitória, se Deus quiser.”

Fonte: *Boletim Nacional*, n. 33. São Paulo, nov./dez. 1987-jan. 1988, p. 12-13.

NOTAS

¹ O 5º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores ocorreu de 4 a 6 de dezembro de 1987 e foi realizado nas dependências do Senado federal, em Brasília (DF). Com a presença de 368 delegados, representando 23 estados e um território federal (Amapá), nele foi eleito o 4º Diretório Nacional, presidido por Olívio Dutra e, posteriormente, por Luiz Gushiken. (N. E.)

² Mário Covas Júnior (1930-2001), engenheiro e político. Foi eleito deputado federal por São Paulo por três vezes [1963-1969, sendo até 1965 pelo Partido Social-Trabalhista (PST) e de 1965-1969 pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e 1983-1987, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)]. Em 1969 teve seu mandato cassado e seus direitos políticos suspensos por dez anos. Em 1983 ocupou a Secretaria de Transportes do Estado de São Paulo. Neste mesmo ano foi nomeado prefeito de São Paulo (1983-1986). Foi eleito senador por São Paulo [1987-1988, pelo PMDB, 1988-1994, pelo Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB)]. Neste período, foi candidato pelo PSDB à Presidência da República em 1989. Foi eleito governador do Estado de São Paulo por duas vezes (1995-2001), falecendo antes de concluir seu segundo mandato. (N. E.)

³ Leonel de Moura Brizola (1922-2004), engenheiro e político. Foi deputado estadual no Rio Grande do Sul pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) por duas vezes (1947-1954); secretário de Obras do governo do Rio Grande do Sul (1952-1954); deputado federal pelo Rio Grande do Sul do PTB (1955); prefeito de Porto Alegre pelo PTB (1956-1958); governador do Rio Grande do Sul pelo PTB (1959-1963) e eleito deputado federal do PTB pelo estado da Guanabara (1963-1964). Com o golpe de estado de 1964 tem seu mandato cassado e seus direitos políticos suspensos. Exilase, retornando ao Brasil em 1979, após a aprovação da Lei de Anistia. Em 1980 tenta recriar e retomar a sigla do PTB, mas o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), sob a pressão do governo e setores conservadores, a concede a Ivete Vargas, que representava segmento pouco significativo do trabalhismo. Em 1981 funda o Partido Democrático Trabalhista (PDT). Elege-se governador do Estado do Rio de Janeiro pelo PDT por duas vezes (1983-1987 e 1991-1994). Em 1989 candidata-se a presidente da República pelo PDT e, em seguida, mais duas outras vezes, sempre pelo PDT, em 1994 e em 1998, desta vez como vice de Lula. (N. E.)

d) PELO BRASIL QUE A GENTE QUER¹

O Brasil esgota, neste momento, uma fase de sua história cujo saldo é a crise econômica, política, social, institucional e do governo. É, também, uma crise de perspectivas.

Os partidos das elites já não convencem com suas promessas demagógicas. Alguns pessimistas não veem saída, outros querem um regime militar – esquecendo o que o país sofreu com a ditadura – e outros, ainda, esperam o aparecimento de um “salvador da Pátria”.

O Partido dos Trabalhadores, porém, acredita que o futuro do Brasil não precisa ser, necessariamente, o da exploração e da opressão. É possível mudar, é possível construir outro país. Um presidente comprometido com o povo pode criar condições para que a saída do impasse se instale na mesa de cada família, se transforme na escola de cada criança e na terra de cada trabalhador rural, apareça na segurança de todo pequeno produtor, se erga na realização do profissional e se expresse na garantia de uma existência digna, se construa enquanto emancipação das mulheres, igualdade entre as raças e sentido de vida para a juventude.

As propostas aqui delineadas – a serem desenvolvidas em um Programa de Governo – são a saída para o impasse, mas só se concretizarão quando assumidas pelos trabalhadores.

O PT parte para as eleições presidenciais disposto a vencer. Os poderosos tudo farão para impedir a vitória do PT, pois eles têm muitos privilégios a resguardar. Mas o apoio e a mobilização permanente do povo serão capazes de enfrentar as adversidades.

A candidatura presidencial do PT surge como alternativa política às propostas das elites. Nós queremos organizar uma sociedade diferente, sem clientelismo ou corrupção, onde a democracia e a liberdade política não sejam ficção ou privilégio de poucos. Uma sociedade onde todos se reconheçam como iguais, sem perseguições nem discriminações.

DEMOCRACIA NOVA

Comprometido com a transformação da sociedade, o PT luta pela ampla democratização na vida política e social. Nosso povo tem sido privado dos mais elementares direitos e liberdades. Temos de criar uma democracia nova, em todos os níveis, entendendo-a como a conquista de um Brasil, onde a maioria tenha voz, vez, lugar e condições de afirmar-se como sujeito da História.

Na luta por uma democracia nova, o Programa de Governo do PT destaca o seguinte:

- Defesa das liberdades democráticas: organização, reunião, reivindicação, imprensa, sindical, greve, manifestações artísticas e culturais, desenvolvimento político;
 - Salvaguarda dos direitos humanos em todas as atividades sociais;
 - Oposição à tutela militar. Criação de uma consciência antiautoritarismo.
- Afirmção do Governo como expressão do Poder Civil;
- Defesa do indivíduo contra a discriminação e o preconceito;
 - Ampliação do conceito de cidadania. Participação popular direta nos as-

suntos públicos. Criação de canais para o povo influir nos orçamentos públicos, nos fundos sociais, na política econômica e financeira e nas instituições como universidades, escolas, hospitais, presídios, centros culturais;

- Democratização das relações de trabalho. Organização sindical livre e autônoma, inclusive na empresa. Acesso à contabilidade da empresa. Fortalecimento das Cipas etc.;

- Fortalecimento do poder do Legislativo em relação ao Executivo e à Administração Pública, para fiscalização, controle e deliberação;

- Democratização da informação. Fim do monopólio dos grandes meios de comunicação privados. Favorecimento para veículos de comunicação de entidades representativas. Espaço, nos grandes veículos, aos partidos e centrais sindicais e igualdade de direitos na propaganda eleitoral.

NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO

A crise brasileira é a conjunção de muitas crises e economicamente representa o esgotamento de todo um modelo de crescimento. Durante décadas o Brasil cresceu concentrando riquezas em poucas mãos e alastrando miséria para a grande massa da população. Hoje a economia brasileira vive uma enorme recessão enquanto a economia mundial passa por grandes transformações.

As políticas econômicas de curto prazo já não são capazes de enfrentar os graves desequilíbrios do aumento da inflação, da queda de crescimentos e das crises cambiais. As propostas impostas pelo FMI e bancos externos desarticulam a produção e criam recessão. Tentativas como o Plano Cruzado também fracassaram, revelando o esgotamento de todo esse padrão de crescimento.

O PT pretende indicar um horizonte alternativo capaz de assegurar reformas estruturais que – mesmo dentro do capitalismo – permitam um novo tipo de desenvolvimento. Não basta dizer que é preciso voltar a crescer. É preciso repensar a qualidade do desenvolvimento.

O atual modelo de desenvolvimento, com o lucro como objeto central, reforça o individualismo, exalta o princípio da propriedade privada e causa desagregação social. Nossa perspectiva é atingir um desenvolvimento tendo como valores fundamentais a solidariedade, a justiça social e a liberdade. A preservação da natureza é decisiva para o futuro da humanidade, mas a lógica do lucro se opõe à defesa ecológica. O PT, redefinindo o sentido de desenvolvimento, do papel do Estado e do mercado, pode criar as condições essenciais para o aproveitamento racional dos recursos naturais limitados, eliminando a miséria e atendendo às necessidades fundamentais da população.

Com uma nova perspectiva de desenvolvimento e com o objetivo de crescer com qualidade e distribuir para viver melhor, o PT defende este conjunto de reformas estruturais básicas.

DÍVIDA EXTERNA

A dívida externa está transferindo imenso volume de capital ao exterior, comprometendo o crescimento do país e ampliando a miséria do povo. Não há como pagar a dívida. O PT enfrentará esta questão com reformas que permitam o crescimento autocentrado e protejam o parque produtivo do país:

- Encaminhar uma imediata auditoria sobre a dívida externa que mostre claramente à população as responsabilidades sobre a origem da dívida;
- Manter a centralização do câmbio e estabelecer prioridades que defendam as reservas cambiais e demais recursos;
- Eliminar as importações não prioritárias e racionalizar, sob o controle do Estado, a política de comércio exterior;
- Impulsionar os setores exportadores com inovações tecnológicas para aumentar a produtividade, racionalizar custos sem corrosão de salários reais e independente da política cambial e de subsídios estatais;
- Estocar matérias-primas essenciais e substituir importações envolvendo técnicos e cientistas nesse esforço;
- Reorientar o comércio exterior, estimulando relações com o “terceiro mundo”, especialmente América Latina, buscando o comércio bilateral, através da utilização de moedas-convênio;
- Desenvolver a solidariedade entre países devedores;
- Desvalorizar a dívida pública acumulada e fazer uma reforma tributária que atinja os 5% mais ricos da população, os ganhos especulativos financeiros e imobiliários e as grandes heranças;
- Canalizar os recursos arrecadados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento e os depósitos do Banco Central vinculados às exigências externas para investimentos estratégicos, insumos básicos, substituição de importação, alimentação básica, infraestrutura etc.;
- Assegurar ao Estado o poder de intervenção imediata nas empresas que não colaborem com o plano de emergência nacional e de encampação estatal de empresas, inclusive estrangeiras, se necessário.

NOVA POLÍTICA INDUSTRIAL

O PT propõe a reorientação da indústria para o atendimento do consumo de massa, reconversão de setores não essenciais e bélicos para impulsionar a indústria de base e de bens de consumo essenciais para a população. Haverá reserva de mercado de setores estratégicos e o capital estrangeiro deverá estar subordinado à nova concepção de desenvolvimento e não poderá comprometer a soberania nacional.

PLANEJAR A ECONOMIA

O planejamento econômico é elemento essencial na implantação do novo padrão de desenvolvimento. Ao contrário da orientação burocratizante que vem sofrendo, o planejamento deve basear-se no controle da atividade dos grandes monopólios, das grandes empresas transnacionais e do grande capital. O PT defende o controle público sobre setores produtivos que exigem atividades concentradas em grandes redes (como siderúrgica, petroquímica e hidroelétrica), bem como sobre ramos que atendem necessidades básicas da população (alimentos, remédios, habitação etc.).

O planejamento da economia deve ter como finalidade garantir o atendimento à população com bens e serviços baratos e de qualidade. Concorrência livre será mantida em atividades diversificadas e a economia de mercado terá preços administrados e controlados, para assegurar o poder aquisitivo básico de todos os cidadãos.

DEMOCRATIZAR A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

O PT quer assegurar o eficaz controle da sociedade sobre a máquina administrativa do Estado, tomando-a transparente. O PT defende:

- Delimitação dos poderes do setor público. Prestação de contas;
- Transparência em todos os níveis;
- Rígido controle da execução orçamentária pelo Congresso, com definição clara de alocação de recursos e das fontes de arrecadação;
- Direcionamento da carga fiscal especialmente sobre o patrimônio acumulado e sobre os rentistas. Reforma administrativa profunda. Consolidação e desvalorização da dívida pública e reformulação do sistema financeiro através da estatização dos bancos.

REFORMA URBANA

O PT propõe subordinar a propriedade do solo urbano ao interesse social, contra a especulação imobiliária. Defende o planejamento urbano com participação popular e novas diretrizes para financiamento público a obras urbanas, incluindo lazer e cultura e preservação do meio ambiente. Defende ainda reajuste de tarifas compatíveis com os reajustes salariais e participação do usuário nas decisões e na fiscalização dos serviços.

O PT também propõe a construção intensiva de habitações populares: com financiamento (sem juros) aos adquirentes; programas que garantam maior produtividade, com racionalidade e qualidade, na construção de habitações, recuperação de áreas centrais de cortiços; urbanização de favelas; assistência técnica à autoconstrução e aos mutirões e produção em larga escala, com financiamento subsidiado, de materiais básicos de construção.

REFORMA AGRÁRIA

O PT defende uma reforma agrária ampla e profunda que ataque o monopólio da propriedade do solo rural, democratizando o acesso à posse da terra. A nova política agrária deve garantir a rápida desapropriação dos latifúndios, por interesse social, com indenizações em títulos da dívida agrária e a redistribuição destas terras aos trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra. O governo deve dar apoio e incentivo à agricultura atendendo às reivindicações dos agricultores.

POLÍTICAS SOCIAIS

O conjunto das políticas sociais deve assegurar a elevação dos salários – especialmente do salário-mínimo e da remuneração das camadas de baixa renda –, associado ao combate à inflação e ao controle de preços e ainda, metas definidas para as áreas de habitação, saúde, educação, saneamento básico, transporte de massas etc.

Há, finalmente, que discutir com a sociedade brasileira a urgência de assumir e solucionar o problema escandaloso que ela mesma gera: o problema do menor. Milhões de jovens e crianças que não têm direito a educação, alimentação, à infância e muitas vezes à própria vida. Por pretender repensar o futuro e ampliar os horizontes é que o PT está certo de que será possível uma grande mobilização nacional para eliminar a miséria e assegurar aos menores o Brasil que a gente quer.

Fonte: *Boletim Nacional*, n. 33. São Paulo, nov./dez. 1987-jan. 1988, p. 14-15.

NOTA

¹ “Pelo Brasil que a gente quer” é o texto base em que estão delineadas as propostas a serem desenvolvidas no Programa Alternativo de Governo do PT. Este é um resumo do texto distribuído aos delegados do 5º Encontro, para ser amplamente debatido pelas bases do Partido. A Comissão responsável pela elaboração do Programa continuará recebendo sugestões ao texto que será submetido à convenção de homologação das candidaturas eleitorais. A Comissão é assim constituída: Antonio José (PI), Arlete Sampaio (DF), Augusto de Franco (GO), Avelino Ganzer (SP), José Álvaro Moisés (SP), José Dirceu (SP), Gilney Viana (MS), Hélio Neves (SP), Klaus Germer (PR), Mauricio Pinto (SP) e Tomás da Mata Machado (MG); também faz parte da Comissão o Grupo de Estudos de Economia da Fundação Wilson Pinheiro (SP), coordenado pelos companheiros Eduardo Suplicy e Paul Singer.

e) UMA CANDIDATURA PARA VALER

Wladimir Pomar¹

A aprovação dos cinco anos de mandato para o sistema presidencialista, imposto pelo conluio do governo, dos ministros militares e do Centrão², criou algumas dificuldades para a campanha presidencial petista. Em especial, criou a expectativa de que o fisiologismo parlamentar acabe consagrando os cinco anos para o mandato do desgoverno Sarney na votação das Disposições Transitórias da Constituição, suscitando dúvidas a respeito do desencadeamento da campanha.

No entanto, o PT mantém firme sua candidatura. Primeiro porque ela deve constituir-se num forte instrumento de mobilização pelas diretas em 88 e contra a prorrogação dos atuais mandatos municipais. Segundo porque, caso a pressão popular não consiga vencer o acordo conservador, ela deve tornar-se um foco de polarização do descontentamento e das lutas econômicas e sociais, abrindo campo para formar um amplo leque de forças contra o desgoverno, capaz de vencer as eleições e estabelecer um governo democrático e popular. Nessas condições, qualquer que seja a data das eleições a campanha Lula para presidente está posta desde agora.

Ela está colocada como uma ferramenta de ataque, de crítica demolidora, de protesto contra os descabros, a incompetência e a corrupção da Nova República. E está colocada também como uma perspectiva de saída para a crise econômica, social e política. Por isso, a elaboração e discussão do programa alternativo de governo do PT é, na atual fase, assunto prioritário. Os trabalhadores e o povo brasileiro precisam verificar que o PT e seu candidato, além de sua consequente posição crítica e sua oposição, têm propostas afirmativas para resolver os problemas que afligem nossa população. A candidatura Lula serve, pois, para dar consistência a esse programa, seja através do debate amplo com os diversos setores sociais, seja mostrando que o PT está disposto a aplicá-lo ao disputar, para ganhar, a Presidência da República.

Para viabilizar esse debate com os diferentes setores da sociedade, a coordenação da campanha presidencial enviou a todas as executivas estaduais do partido um projeto de viagem do companheiro Lula pelo Brasil. Embora não seja possível ir a todos os povoados e pequenas cidades de nosso país, é viável ir a todos aqueles municípios nos quais se podem encontrar situações e problemas que, embora com particularidades locais, são comuns a todo o país.

Nessa viagem, o candidato do PT terá oportunidade de ouvir os núcleos e diretórios do partido, consultar os setores organizados da sociedade, contatar outras camadas da população, conhecer a vida econômica, social e política tão diversificada existente no Brasil e debater com todas as propostas apresentadas pelo PT, inclusive na expectativa de aperfeiçoá-las e corrigi-las.

A seriedade com que o PT e seu candidato estão procurando elaborar propostas afirmativas que possam resolver os problemas mais graves de nossa sociedade, privilegiando claramente os setores mais desfavorecidos, e a abrangência com que trata todas as questões, que vão da política industrial à energia nuclear e da reforma urbana a uma política exterior independente e soberana, é que conferem à nossa

candidatura a estatura de estadista. O que dá a um homem a condição de estadista é sua largueza de visão em relação a todos os aspectos da vida de seu povo e dos demais povos do mundo.

A burguesia procura esconder e mistificar esse aspecto fundamental do perfil do candidato petista à presidência. Procura, de forma medíocre e rasteira, confundir a imagem do estadista com a imagem do homem com terno e gravata. Descaracteriza, assim, propositadamente, o próprio sentido do termo estadista. Os petistas não podem cair nessa confusão. Precisam mostrar, em contraposição, que o PT tem competência para governar o país, entre outras coisas porque em seus quadros há um estadista como Lula. Os trabalhadores e o povo brasileiros precisam romper o véu da mistificação burguesa e descobrir sua capacidade de gerar representantes desse porte.

Fonte: *Boletim Nacional*, n. 34. São Paulo, abr. 1988, p. 4.

NOTAS

¹ Coordenador da Campanha Presidencial do Partido dos Trabalhadores.

² Designação dada ao grupo conservador suprapartidário, com parlamentares do PFL, do PMDB, do PDS, do PTB, do PL e do PDC, criado no final de 1987 para dar apoio ao presidente José Sarney. Foi a sua existência que permitiu que propostas conservadoras ganhassem mais espaço na Constituinte e que pontos de interesse do governo Sarney (sistema presidencialista e mandato de cinco anos) vingassem. Determinou, ao cindir o PMDB, o fim da Aliança Democrática entre PMDB e PFL. Após a Constituinte o “Centrão” entrou em declínio e seus principais expoentes, durante o processo eleitoral de 1989, aproximaram-se de Fernando Collor. (N. E.)

f) PROCURA-SE UM CANDIDATO

Marco Aurélio Garcia¹

A previsão política tem se revelado sempre um perigoso exercício que fez naufragar inúmeras reputações. Esta constatação tem especial validade para as próximas eleições presidenciais. Quem se animará a prever o desfecho de um processo eleitoral que deverá culminar daqui a 17 meses, num país cuja inflação está próxima dos 30% mensais, podendo chegar rapidamente aos 2.000% ao ano? Como especular sobre o futuro, quando ao lado da crise econômica, e como consequência dela, o país mergulha em uma crise social e política sem precedentes? A figura melancólica e ao mesmo tempo ridícula de um presidente totalmente despreparado para o exercício do cargo, cercado por uma corte de aproveitadores, acentua a situação de desgoverno, que se combina perigosamente com uma crescente pauperização dos assalariados, agravando o já crônico quadro de miséria do país. Neste universo de incertezas tudo pode acontecer. O terreno para as aventuras está semeado e não faltam aventureiros para colher os frutos.

Mas talvez o elemento mais grave desta crise é que ela acabou por infundir em vastos setores da sociedade – sobretudo nas camadas mais pobres – um sentimento de lassidão, de desconfiança para com a política e com os políticos.

O agravamento da situação econômica e a correspondente deterioração do quadro político têm sido responsáveis por uma série de propostas que, à direita e à esquerda, buscam modificar o processo sucessório. Não parece haver mais dúvida, no entanto, quanto à gravidade da decisão do Congresso Constituinte de ter concedido cinco anos de mandato para José Sarney. A história poderá julgar mais brevemente do que espera aqueles que resolverem contrariar a vontade popular em troca de concessões de canais de rádio, TV e outras prebendas.

MOVIMENTAÇÃO

A direita, aterrorizada pelo fantasma de uma vitória de Brizola e/ou pelo crescimento espetacular do PT já nas eleições municipais, começa a apostar no cancelamento das eleições e em outras fórmulas. O governador Newton Cardoso, por exemplo, defendeu abertamente a incompatibilidade das eleições com a inflação, enquanto aparecem artigos na imprensa dizendo que a única luz no fim do túnel é o Urutu², num claro apelo à intervenção militar.

No campo da esquerda e das forças democráticas articulam-se várias alternativas. A mais clara, vocalizada pessoalmente pelo Lula, é a antecipação das eleições para o começo de 1989. Outros setores formulam teses que vão da realização de um plebiscito à adoção do parlamentarismo.

Outras áreas apostam na realização de um pacto social que reverta a inflação e crie mínimas condições de estabilidade política para o perfeito desenrolar do pleito. A viabilidade de tal acordo esbarra, no entanto, na absoluta incapacidade das classes empresariais em aceitar sacrifícios, de vez que pouco ou nada se pode pedir às classes trabalhadoras. Da mesma forma, o governo carece de legitimidade e, por-

tanto, de autoridade, para adotar medidas necessárias no plano fiscal – taxação de especulação financeira, fim dos subsídios, entre outras – que permitissem reduzir substancialmente o déficit público, isto para não falar de sua absoluta ausência de possibilidade de pôr um fim à sangria que representa o pagamento da dívida externa. Só lhes restarão algumas soluções técnicas que implicarão necessariamente em novo arrocho salarial, o que dificilmente será aceito pelos trabalhadores, como revelam as greves que se multiplicam.

Este quadro já vinha se desenhando há algum tempo. Ele tem como componente fundamental a crise que a direita e o centro enfrentam para disputar com êxito a sucessão de Sarney. Ainda que seja difícil imaginar o cenário das eleições de 1989, não cabem dúvidas que dois fenômenos estarão desde agora assegurados: uma fortíssima presença do Partido dos Trabalhadores, impulsionado pelos êxitos que deverá ter em novembro/1988 e pelo indiscutível apelo da candidatura Lula, e o poder de atração que a candidatura Brizola está exercendo desde agora. Independentemente dos acordos que venham ou não a ser estabelecidos entre o PT e o PDT, questão que não está atualmente na ordem do dia, os dois nomes configuram um forte polo de esquerda na sociedade brasileira. Esta é uma situação sem precedentes em nossa história republicana. Pela primeira vez uma eleição presidencial poderá se polarizar em termos de esquerda x direita, independentemente da avaliação mais fina que se possa fazer da candidatura Brizola. O que importa é que ele aparece aos olhos de grandes setores populares como uma candidatura de esquerda, isto é, comprometida com um programa radical de mudanças. Este polo de esquerda poderá vir a ser reforçado com a candidatura de Mário Covas, se o PSDB abandonar suas veleidades de composição com o empresariado “moderno” e, sob a pressão de suas bases mais à esquerda, optar por uma ênfase mais popular em sua intervenção, como vem ocorrendo em Porto Alegre ou Vitória, para citar dois casos.

JÂNIO E ULYSSES

No campo da direita e do centro as coisas se complicam. Deixando de lado soluções “heterodoxas” do tipo Silvio Santos, as alternativas restantes, Aureliano, Jânio Quadros ou Ulysses³, apresentam tanto vantagens quanto desvantagens. O mesmo se aplica para soluções do tipo Quéricia⁴ ou Newton Cardoso.

Jânio, uma fortíssima alternativa, talvez a única de peso da direita, é um nome excessivamente conflitivo que terá grandes dificuldades para costurar uma aliança mais ampla. Ele se choca com as pretensões de Ulysses Guimarães, que dispõe de forte controle do PMDB. Não está descartado, porém, que venha a disputar e, se isso ocorrer, chegue ao segundo turno. Sua força estará diretamente ligada a seu apelo autoritário de “restabelecimento da ordem”, o que terá acolhida em um país mergulhado no caos econômico, social e político.

A candidatura Ulysses não é desprezível. Mas navega em um mar de incertezas e ambiguidades. Ela ganhou força particular após a promulgação da Constituinte, tanto é assim que setores claramente identificados com a direita começam a atacá-la, como é o caso de Antônio Carlos Magalhães⁵. Mas Ulysses terá grandes dificuldades em compatibilizar sua condição de homem de governo – “condestável da Nova República” – com a necessidade de um discurso oposicionista que corresponda ao sentimento da imensa maioria dos eleitores. Talvez sua grande chance venha a

ser uma tentativa exitosa de grande entendimento nacional, o que seria um capítulo desta interminável transição conservadora. As classes dominantes, se conseguirem anestesiar setores populares com um pacto de efeitos econômicos imediatos, poderiam encontrar em Ulysses um novo Tancredo⁶, capaz de barrar o caminho de Brizola e do PT.

TAREFAS DO PT

Dentro deste quadro, coloca-se para o PT uma questão fundamental. A candidatura de Lula, cujo peso no processo sucessório está desde agora garantido, não pode, porém contentar-se com um papel meramente propagandístico. O PT e seu candidato devem apresentar-se munidos de um consistente programa de governo que abra com clareza para a sociedade brasileira não somente a perspectiva de atacar seus problemas imediatos como de iniciar um amplo projeto de reformas econômicas, sociais e políticas de médio e longo prazo. Este projeto, que responderá centralmente aos interesses dos trabalhadores das cidades e dos campos, deve conter claras indicações para outros setores da sociedade sobre o modelo sociopolítico buscado. No programa do PT devem estar assinalados explicitamente os pontos que interessam às camadas médias e o tipo de tratamento que se pretende dispensar aos distintos setores do empresariado. O fato de não se buscar uma aliança com eles não significa tentar (ou deixar que se suponha isso) uma estratégia de choque frontal.

Fonte: *Boletim Nacional*, n. 40. São Paulo, nov. 1988, p. 6-7.

NOTAS

¹ Professor do Departamento de História da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

² Urutu é o nome de um tanque militar, um veículo blindado de transporte de tropas anfíbio, fabricado no Brasil. (N. E.)

³ Antônio Aureliano Chaves de Mendonça (1929-2003), engenheiro e político. Foi, durante a ditadura, governador de Minas Gerais (1975-1978) e vice-presidente da República (1979-1985). Foi ministro de Minas e Energia no governo Sarney. Concorreu à presidência nas eleições diretas de 1989 pelo PFL (Partido da Frente Liberal). Jânio da Silva Quadros (1917-1992), advogado, professor e político. Foi vereador no município de São Paulo (1948-1950), deputado estadual (1951-1953), prefeito da cidade de São Paulo por duas vezes (1953-1955 e 1986-1989), governador do Estado de São Paulo (1955-1959) e presidente da República (1961). Após o golpe de 1964 teve seus direitos políticos cassados por dez anos. Seu precário estado de saúde não lhe permitiu candidatar-se às eleições presidenciais de 1989. Ulysses Silveira Guimarães (1916-1992), professor, advogado e político; deputado estadual em São Paulo (1947-1950) e deputado federal por São Paulo (1951-1992), foi o presidente da Assembleia Nacional Constituinte. Ulysses foi o candidato do PMDB nas eleições presidências de 1989. (N. E.)

⁴ Orestes Quércia (1938-2010), jornalista, advogado, empresário e político. Foi vereador, eleito pelo Partido Libertador, em Campinas (1963-1966). Em 1965, com o

bipartidarismo imposto pela ditadura, filiou-se ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), pelo qual se elegeu deputado estadual em São Paulo (1967-1968), prefeito de Campinas (SP) (1969-1972), senador por São Paulo (1975-1983) e governador do Estado de São Paulo (1987-1991). (N. E.)

⁵ Antônio Carlos Peixoto de Magalhães (1927-2007), médico, empresário e político. Foi deputado estadual na Bahia (1955-1959), deputado federal (1959-1967) e senador pelo Estado da Bahia (1997-2001 e 2002-2007). Em 1965, com o bipartidarismo imposto pela ditadura, filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (Arena), sendo reeleito deputado federal no ano seguinte. Em 1967 foi nomeado prefeito de Salvador (1967-1970). Em seguida foi nomeado por duas vezes governador da Bahia (1971-1975 e 1979-1983) e ainda exerceria um mandato de governador, desta vez eleito pelo voto popular (1991-1994). (N. E.)

⁶ Tancredo de Almeida Neves (1910-1985), advogado e político. Foi vereador em São João Del Rey (1935-1937), pelo Partido Popular de Minas Gerais. Pelo Partido Social Democrático tornou-se deputado estadual em Minas Gerais (1947-1950), deputado federal por Minas Gerais (1951-1955, 1963-1979), ministro da Justiça do governo de Getúlio Vargas (1953-1954), diretor da Carteira de Redescontos do Banco do Brasil (1956-1958), secretário de Finanças do Estado de Minas Gerais 1958-1961, primeiro-ministro no governo parlamentarista de João Goulart (1961-1962). Com a instauração do bipartidarismo em 1965, Tancredo filiou-se ao oposicionista Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Foi também senador por Minas Gerais (1979-1982), governador do Estado de Minas Gerais (1983-1985). Com a derrota da emenda que restabelecia as eleições diretas, em abril de 1984, o nome de Tancredo foi apresentado pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) para a disputa das eleições presidenciais indiretas no Colégio Eleitoral criado pela ditadura, sendo ali escolhido para presidente da República em janeiro de 1985. Na véspera de sua posse no cargo, marcada para 15 de março, Tancredo Neves foi submetido a uma cirurgia de emergência e acabou, em razão de complicações dela decorrentes, falecendo em abril. Em seu lugar tomou posse o seu vice, José Sarney. (N. E.)

g) CAMPANHA PRESIDENCIAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES: LULA PRESIDENTE¹

Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores

1. Conforme a Resolução Política adotada pelo DN em sua reunião de 10-11 de dezembro, os resultados das eleições de 1988 expressam uma tripla tendência:

1ª – A capacidade do PT, entre as demais forças de oposição, de captar a insatisfação popular e dirigi-la para um programa radical de transformações econômicas, sociais e políticas;

2ª – A criação de uma nova relação de forças, colocando o Partido dos Trabalhadores como o principal partido de oposição no Brasil. Neste particular, comparativamente ao PDT (mais especificamente Brizola), o PT está em situação vantajosa em três dos quatro maiores colégios eleitorais do país: São Paulo e Belo Horizonte, onde a penetração de Brizola é mínima, e Porto Alegre, onde vencemos o confronto com o PDT. No Rio, a vitória de Marcelo Alencar foi relativizada pela performance de Jorge Bittar, com cerca de 19% dos votos. Lá, como em Porto Alegre, o PT foi capaz de colocar-se como alternativa (pela esquerda) ao PDT;

3ª – A possibilidade de que ocorra, pela primeira vez na história brasileira, uma polarização entre esquerda e direita, obrigando o PT a preparar-se para constituir-se no polo à esquerda.

2. Essa nova situação ocorre dentro de um quadro de agravamento da inflação e de deslocamento da sucessão presidencial para o centro da disputa política. Entrelaçada com o agravamento da inflação, incluindo a possibilidade de uma hiperinflação, tende a agravar-se a crise institucional e a discussão das alternativas ao governo Sarney, que é o pivô das crises por que passa o país.

3. Num quadro como esse, os diversos setores da burguesia buscam diferentes saídas para a crise e formas de enfrentar o crescimento do PT e da candidatura Lula. Reforma constitucional com introdução do parlamentarismo, soluções extraleais (golpe militar) e outras, sob vários pretextos, podem constituir-se em tentativas das classes dominantes para debelar a crise do governo e neutralizar uma possível vitória das esquerdas.

Evidentemente, tais tentativas dependem tanto da unificação dos diferentes setores da burguesia, quanto da desmobilização do movimento social, abrindo espaço para o avanço de medidas antidemocráticas e repressoras. Por outro lado, a mobilização da população em torno da candidatura Lula, contra a política governamental e pela adoção de medidas econômicas de emergência que beneficiem os trabalhadores e o povo, pode barrar as saídas conservadoras e até mesmo antecipar as eleições, com a escolha democrática de um novo governo com legitimidade para resolver a crise nacional.

4. Uma das alternativas mais prováveis, porém, é que o calendário eleitoral seja mantido, ainda que a situação social e política se agrave. Neste contexto, o desprestígio do governo Sarney deve acentuar-se, obrigando as forças que o sustentam a

distanciar-se cada vez mais dele, de modo a credenciar-se para a disputa presidencial com alguma chance. Ao mesmo tempo devem crescer as tentativas de unificação do centro e da direita em torno de um candidato anti-Lula.

Nesse sentido, é preciso levar em conta que tanto Covas quanto Brizola surgem como nomes viáveis nessa articulação, já que a vitória eleitoral do PT os deslocou como pretensas alternativas de “esquerda” para posições de centro e centro-direita. Entretanto, não se deve descartar a hipótese de que continuem tentando aparecer como candidaturas de “centro-esquerda” ou “esquerda” para enfrentar a crescente tendência pró-Lula.

Covas, porém, tem enorme dificuldade em apresentar um programa de governo capaz de contentar a todos os setores sociais que pretende abranger e, ao mesmo tempo, desvincular-se das forças conservadoras que tendem a acoplar-se à sua candidatura. Brizola começa nele e termina nele, sofrendo das mesmas contradições em que Covas se debate.

5. Por outro lado, as classes dominantes procuram jogar com outras probabilidades, no sentido de polarizar mais fortemente o embate eleitoral, trabalhando nomes como Jânio Quadros e Silvio Santos. Com isso procuram nos empurrar para uma composição com Brizola ou Covas, na expectativa de que diluamos as nossas propostas por receio da polarização direita x esquerda. Embora seja importante quebrarmos através de ações táticas adequadas, as manobras que tentam unificar a direita e o centro para o enfrentamento anti-Lula, isso não deve ser realizado às custas de uma descaracterização do PT e de sua candidatura presidencial. É fundamental que nos diferenciemos deles, firmando o perfil sério, programático, combativo e organizado do PT.

6. Todas essas considerações confirmam a análise do DN de que a disputa presidencial passou para o centro da disputa política, o que torna a campanha presidencial do PT, com Lula à frente, o eixo principal em torno do qual se desenvolverão as atividades do partido. E na campanha presidencial, articulada às propostas do Programa Alternativo de Governo (PAG), às mobilizações populares pelas questões econômicas, sociais e políticas e ao desempenho das prefeituras governadas pelo PT, que devemos concentrar nossos esforços principais para acumular forças e enfrentar qualquer alternativa.

A CANDIDATURA DO PT

7. Uma das principais características da candidatura Lula é que ela pertence a um partido que se transforma, cada vez mais, num grande eleitor. Há uma tendência crescente da população em votar no PT, em depositar sua confiança e suas esperanças no partido. O PT é hoje o partido de maior preferência popular no Brasil, em função de sua coerência, de sua luta pelo povo e de representar, numa sociedade onde grassa o descrédito, o único sinal visível de esperança e seriedade.

Desse modo, a consolidação da candidatura Lula vincula-se à consolidação da marca PT, de sua imagem como partido socialista, democrático, de massas, sério, coerente, transformador.

8. Por outro lado, a candidatura Lula está ancorada num Programa Alternativo de Governo claro e factível, no qual estão expressamente indicadas as mudanças que o país sofrerá com a chegada do PT ao governo.

O PAG comporta um conjunto de propostas, democráticas e populares, de reformas da sociedade brasileira que expressam o projeto democrático-popular definido

pelo 5º Encontro Nacional do PT. Democratizar a vida econômica e social; democratizar o Estado; acabar com a miséria e as desigualdades regionais e estabelecer a soberania e a independência nacionais são as linhas mestras desse Programa que deve precisar claramente o que cada setor da sociedade pode esperar do governo do PT.

Os trabalhadores e demais setores desfavorecidos da sociedade, da cidade e do campo, devem saber que serão os setores privilegiados durante o governo Lula. Os pequenos empresários e demais setores médios, em particular os pequenos produtores rurais, devem entender que serão beneficiados, enquanto a burguesia terá que curvar-se à evidência de que o PT não concorda em retomar o crescimento econômico à custa dos trabalhadores e do abandono da luta pelas transformações socialistas.

9. Ao mesmo tempo em que se ancora num PAG de mudanças, mesmo nos limites do capitalismo, a candidatura Lula reafirma seu perfil socialista, seu caráter moderno, crítico, de uma nova classe trabalhadora carregada de esperança nas transformações socialistas.

O PT deve enfrentar o debate em torno do socialismo de forma ofensiva, evitando fugir da questão. O Partido visa construir o socialismo, mas o caminho dessa construção passa pela luta de consolidação da democracia, de realização de reformas que acumulem forças no rumo do socialismo e de combate permanente ao capitalismo. Em outras palavras, nosso PAG não contém qualquer medida de reforço do capitalismo ou que seja incompatível com o socialismo, enquanto busca afirmar e ampliar os caminhos democráticos, através da luta social, como questão essencial para o socialismo.

Assim, embora o PAG do PT seja concreto, bem fundamentado e factível pela ótica da luta política dos trabalhadores e não pela ótica dos empresários, o partido e Lula não renunciam expor o projeto de sociedade que têm em vista no futuro. Neste sentido, além das propostas de mudanças econômicas, sociais e políticas, a candidatura Lula resgatará temas político-culturais como os da ecologia, de novos espaços de liberdade para grupos secularmente discriminados como as mulheres, negros, índios, homossexuais, anciãos etc. Os jovens devem merecer um tratamento especial por representarem a geração que consolidará as transformações que o PT pretende implementar.

POLÍTICA DE ALIANÇAS

10. A candidatura Lula apresenta-se como porta-voz de um bloco de forças integrado pelos trabalhadores manuais das cidades e do campo, aí incluídos expressivos setores dos pequenos proprietários rurais, aliados aos trabalhadores intelectuais no sentido mais amplo: professores, profissionais liberais, técnicos, cientistas, funcionários públicos, artistas etc. Procura atrair, igualmente, os micros e pequenos empresários, além de setores médios cujas contradições com o grande capital sejam visíveis.

Do ponto de vista político, o PT procura atrair, já para o primeiro turno, todas as forças que se colocam à esquerda, como PV, PSB e os PC's. Como a eleição se dará em dois turnos, o PT desenvolve sua campanha visando manter essas alianças e aplicar uma tática que possibilite contar com o apoio do PSDB e do PDT no 2º turno.

A situação do PSDB é mais complicada, sobretudo se Covas vier a se transformar na grande alternativa do empresariado. Caso isso não ocorra e se repita uma

situação semelhante à da eleição municipal de São Paulo, é fundamental tentar atrair o partido, ou setores expressivos dele, para apoiar Lula. Há bases para isso. Setores do PSDB em São Paulo votaram em Erundina e, formalmente, este partido apoiou Olívio em Porto Alegre (RS) e Buaiz em Vitória (ES). Raciocínio semelhante pode ser aplicado aos poucos setores de esquerda do PMDB, que venham a se desiludir com uma inflexão muito à direita de seu partido durante a campanha eleitoral.

A relação com o PDT merece um tratamento especial e deverá ser futuramente aprofundada. No atual quadro político a candidatura Brizola aparece para as massas como uma candidatura de oposição e de esquerda. Não é evidente porém que Brizola esteja disposto a manter este perfil. Uma amostra disso se pode ver no tipo de alianças regionais efetivadas pelo PDT em vários estados, como, por exemplo, no Rio Grande do Norte e no Paraná. A hipótese de que Brizola dispute apoios à direita não deve ser excluída, ainda que seja difícil para ele apresentar-se ao mesmo tempo como candidato das mudanças e vinculado a setores conservadores.

11. O problema do candidato a vice-presidente deve expressar igualmente a linha geral de nossa política de alianças.

A eventualidade de uma abertura para outras forças, passaria pela formação de uma chapa com um vice originário das camadas médias, não necessariamente ligado ao PT, mas representando uma corrente democrático-radical com forte abertura para os temas sociais na perspectiva de nossas posições programáticas. Deverá ser um nome de tradição democrática, de respeitabilidade e de visibilidade nacionais.

INDICAÇÕES GERAIS DE CAMPANHA

12. A campanha presidencial do PT deve ter um caráter marcadamente de massa, aproveitando o despertar da energia popular que resultou da vitória eleitoral do PT. Isso exige que trabalhemos ideias-força simples, articuladas à figura do Lula, e que levemos em conta a dinâmica da espontaneidade, estimulando a iniciativa e a participação populares na campanha,

Além disso, é essencial fazer com que as pessoas abracem a candidatura Lula, criando canais e mecanismos de participação ágeis e acessíveis.

13. Articulada à consolidação da marca PT, é essencial trabalhar a imagem individual do Lula, destacando suas características positivas. É importante mostrar que “o povo não precisa de um paizão”, mas sim de um “companheiro” que, na presidência, “deve estar junto da população nos momentos críticos”.

Além disso, é preciso mostrar que o Lula, em todas as responsabilidades que assumiu, demonstrou capacidade, competência e conhecimento de causa, ao contrário dos governantes que o Brasil já teve.

14. Complementarmente, será necessário colocar à mostra o “ouro do PT”, seus intelectuais, cientistas, técnicos e personalidades, *experts* nas mais diferentes áreas, que podem compor uma equipe de governo capaz e competente.

Essa intelectualidade joga um papel determinante no processo de luta ideológica que se travará durante a campanha presidencial. É fundamental que ela se mobilize para tomar posição, escrever e debater os diversos temas que conformarão o embate ideológico, desde ciência e tecnologia até educação, saúde e moradia, passando inevitavelmente pelos conselhos populares, direito de propriedade e estatização.

ESTRATÉGIA DA CAMPANHA

PRIMEIRA FASE

15. A primeira fase da campanha deve centrar-se na mobilização e engajamento da militância petista e das pessoas que têm desejo de participar no apoio à candidatura Lula, criando desde já um clima de campanha.

Para concretizar esta fase é necessário:

1. Organizar imediatamente os comitês estaduais e municipais da campanha Lula-Presidente, transformar os comitês eleitorais das campanhas municipais em comitês do Lula e organizar grupos de apoio à candidatura Lula.

– A Coordenação Nacional da Campanha deve elaborar um caderno ou manual de orientação sobre como organizar e participar da campanha presidencial, incluindo diretivas políticas gerais e indicações de trabalho.

– Ao mesmo tempo, estão à disposição dos comitês e grupos de apoio diversos VTs do Lula que podem servir de instrumentos de trabalho para esse processo de mobilização.

2. Participar com destaque nas festividades de posse dos prefeitos e vereadores eleitos pelo PT, preparando faixas, cartazes e outros materiais “Lula-Presidente”.

3. Iniciar uma campanha massiva de finanças, através de iniciativas diversas a nível nacional e local:

– Divulgação da conta 13.000-1 – Lula 89 – PT, da agência do Banco do Brasil, para contribuições individuais;

– Colocação de garrações e urnas de coleta de contribuições, sob o controle dos comitês da campanha, em pontos de grande movimentação;

– Campanha de coleta de garrafas, jornais velhos e outros materiais, formas que permitem comprometer um grande número de pessoas na campanha e abrir canais diversos de participação.

4. Realizar uma grande Mostra nacional de slogans, *jingles*, cartazes, músicas e materiais promocionais da campanha. A propaganda em torno desse concurso deve ser massiva, constituindo-se ela mesma em instrumento de propaganda da candidatura Lula. O evento da Mostra deve ser público, num grande festival em local que possa reunir grande massa.

5. Difundir em todo o Partido e publicamente o samba-enredo já preparado para a campanha e incentivar a criação e o aproveitamento de outros, com ritmos e características regionais.

6. Iniciar a publicação periódica do *Jornal da Campanha Lula-89* com uma edição especial no mesmo estilo das edições de 1986 e 1987 de *Brasil Extra*, tendo como eixo a vitória do PT, a nova base em que se assenta a candidatura Lula e as diretivas e orientações de campanha.

Essa edição deve ser vendida em todo o território nacional, inclusive em bancas, de modo a tornar-se instrumento de mobilização.

7. Realizar os circuitos de divulgação da candidatura Lula e de discussão do PAG nos meios universitários, sindicais, de profissionais liberais, professores, culturais, artísticos e populares. Para isso:

– Mobilizar intelectuais, dirigentes sindicais, artistas e outros companheiros que possam tomar a si a tarefa de realizar tais circuitos. Essa atividade

deve resultar na formação de grupos e comitês de apoio e em outras iniciativas de participação na campanha;

– No caso particular dos intelectuais, encarregar o companheiro Francisco Weffort de organizar o trabalho para sua participação, em especial no debate ideológico;

8. Solicitar ao TSE data para o programa nacional de TV no 1º semestre/89 e orientar os DR's a solicitarem datas para os programas estaduais também no 1º semestre.

– O programa nacional, embora não possa ser um programa eleitoral em virtude da legislação, deve ter como eixo a candidatura presidencial do PT;

– Os programas estaduais, também obedecendo às mesmas limitações, devem ter o mesmo eixo, devendo conter uma parte comum produzida nacionalmente.

9. Realizar o Projeto de Viagens ao Exterior, tendo por objetivo ampliar o nível de relacionamento do Lula e do PT com governos e forças políticas e sociais de diversos países do mundo e projetar a imagem do Lula como estadista.

– Dividir a viagem em três etapas:

a) Janeiro (15 dias): Cuba, Nicarágua, Peru, Chile e Argentina;

b) Março (20 dias): Alemanha Ocidental, Suécia, Alemanha Oriental, França, Espanha e Itália;

c) Maio (15 dias): EUA, China e União Soviética.

– Preparar propostas de realização de nova conferência internacional de países devedores (1ª etapa) e de conferência internacional de países credores pela solução política da dívida externa (2ª etapa) como atos de grande repercussão política;

10. Iniciar os contatos com outras forças políticas e personalidades, visando processo de conquista de apoios e articulações de alianças:

– Priorizar os contatos com o PV, PSB e PCs;

– Tomar o PAG como base de possíveis alianças;

– Encarregar uma comissão formada pelos companheiros José Dirceu (Secretário Geral), José Genoíno e Plínio de Arruda Sampaio de realizar tais contatos.

11. Realizar um grande ato público da campanha no Estádio de Vila Euclides, em São Bernardo do Campo, para simbolizar o novo estágio de participação dos trabalhadores na vida política do Brasil e sua disposição de assumir os destinos do governo e do país.

A primeira fase deve estender-se até abril-maio/89.

SEGUNDA FASE

16. A segunda fase da campanha parte da premissa de que a militância petista foi mobilizada e engajada na campanha na fase anterior, cujo coroamento será o Encontro Extraordinário Nacional do PT, que deve realizar a discussão final e aprovar o Programa Alternativo de Governo, a candidatura à vice-presidência e a política de alianças da campanha Lula-Presidente.

Dessa forma, a questão central da segunda fase consiste em conquistar os setores influenciados pelo PT, mas ainda não decididos, em disputar os setores influen-

ciados pelos outros candidatos e em iniciar a disputa pelos indecisos, ampliando a participação e o engajamento popular na campanha. Nessa fase, além das iniciativas locais, desenvolveremos as seguintes iniciativas nacionais e estaduais:

1. Realizar o Projeto Viagem-Brasil, articulando-o a um intenso debate e difusão do PAG, com o objetivo de:

a) Mostrar que o PT tem um projeto político nacional, viável, que corresponde às aspirações básicas de nosso povo e é capaz de abrir caminho para a solução da crise brasileira;

b) A preocupação do PT e seu candidato com os problemas sociais, seu conhecimento *in loco* desses problemas e a busca de soluções através da consulta à população;

c) Montar o plano de comunicação para a cobertura das viagens, incluindo:

– Divulgação dos preparativos da viagem através de coletivas e exclusivas à imprensa nacional e internacional;

– *Releases* diários para a grande imprensa (rádios, TV e jornais) e matérias para a imprensa do interior (jornais e rádios) durante a viagem;

– VTs das viagens para os diretórios, comitês, núcleos, sindicatos, associações.

2. Organizar, junto com os comitês estaduais, grupos itinerantes com a participação de parlamentares e dirigentes do PT, para percorrerem locais temáticos dos estados para debater com a população o PAG. Nesse sentido:

a) Esses grupos percorrerão as regiões por onde o Lula não pôde passar durante o projeto Viagem-Brasil;

b) Os objetivos dessa atividade são os mesmos do projeto Viagem-Brasil;

c) Esses grupos devem ter a flexibilidade necessária para modificar seu itinerário caso surjam lutas e mobilizações de massa, onde devem se fazer presentes.

3. Lançar o livro do Lula sintetizando a experiência histórica do movimento sindical e da construção do PT, no sentido de criar fato político, projetar a candidatura, aprofundar os temas de interesses e levantar recursos. Isso inclui:

a) Transformar o ato de lançamento num grande ato político através de uma promoção bem planejada;

b) Tornar o livro um *bestseller* (pelo menos 100 mil exemplares), através da promoção e de um planejamento da distribuição bem realizado.

4. Realizar grandes Festivais de Juventude, no sentido de incorporar os jovens à luta pela conquista da presidência.

TERCEIRA FASE

17. A terceira e última fase da campanha vai ser marcada pelas seguintes atividades:

1. Campanha pela TV – embora ainda não se saiba o tempo que contaremos para a propaganda gratuita (é importante reivindicar tempo igual para todos os candidatos), é fundamental que nossa campanha seja preparada de modo a incorporar os seguintes elementos:

a) Em sua forma, deve ser leve, não repetitiva e alegre, sem cair na galhofa.

A média da população, embora não queira programas chatos, quer que seus problemas sejam tratados com seriedade. Além disso, quer ter in-

formações visuais, diálogo, quer se ver falando e não gosta que os outros falem pelo candidato.

b) Em seu conteúdo, é preciso garantir que os programas passem:

– As propostas do PT para resolver os problemas sociais e econômicos do país, em especial com a moradia (sonho brasileiro da casa própria), educação, transportes, saúde, segurança, emprego e salário; é problema chave que as propostas sejam viáveis, evitando serem confundidas com promessas.

– As características (perfil) principais do PT e seu candidato.

Coerência, através da história do Lula e do PT. É imprescindível que o currículo do Lula, em especial nos seus pontos mais importantes, seja amarrado ao currículo do PT: Lula é PT e o PT encontra sua melhor expressão no Lula.

Competência, baseada nos seguintes fatos:

– Lula tornou-se um homem *estudado*, conhecedor dos problemas econômicos, sociais e políticos de nosso país (o que se reflete no PAG); conhecedor dos problemas das relações internacionais do Brasil e interlocutor soberano com o estrangeiro (demonstrado pelas viagens ao exterior).

O PT possui uma militância com alto nível técnico e científico, capaz de formar com o Lula uma equipe altamente competente de governo.

O PT não é exclusivista, estando disposto a aproveitar todos os técnicos realmente capacitados, honestos e comprometidos com os interesses da população e do país.

A administração do PT em Diadema, com exemplos concretos.

A atuação dos parlamentares do PT na Constituinte.

– Honestidade, baseada na história passada e no permanente combate à corrupção e aos corruptos.

– A perspectiva socialista do PT, compatível com o respeito à propriedade individual e com oportunidades iguais para todos.

– As características que a população quer encontrar nos governantes e que o PT e o Lula têm ou podem ter: pulso firme, sinceridade, espírito humano no trato com as reivindicações e reclamações da população, trabalho, espírito crítico, mas com propostas alternativas.

2. Apresentação da equipe básica de governo através de um ato de grande repercussão. Por equipe básica de governo compreende-se um conjunto de nomes que podem ocupar os postos-chaves do 1º escalão (Fazenda, Planejamento, Educação, Habitação, Previdência, Saúde, Agricultura), relacionados com a economia e as questões sociais. O objetivo dessa apresentação é:

a) Reforçar a imagem de nossa competência e trabalho de equipe.

b) Mobilizar técnicos e especialistas em cada uma das áreas indicadas para trabalhar desde logo num plano emergencial e no detalhamento do PAG, tanto na perspectiva de vitória, quanto para o trabalho de propaganda.

3. Atividades massivas (agitações em locais de grande concentração, comícios, passeatas etc.), organizadas pelos comitês municipais e/ou locais, com a presença do Lula e de membros da equipe de governo. No caso, a agenda das atividades será controlada pela coordenação nacional de modo a estabelecer as prioridades e a racionalidade dos roteiros.

ORGANIZAÇÃO DA CAMPANHA

18. O comando político da campanha presidencial do PT, responsável pela discussão das diretrizes gerais, da situação político-eleitoral e suas implicações na estratégia da campanha, das táticas eleitorais e das propostas de geração de fatos políticos relevantes, assim como pelas decisões acerca dos contatos e conversações políticas que envolvem alianças, é o **Comitê Político** da Campanha.

1. O Comitê Político subordina-se e presta contas de suas atividades à CEN e ao DN;

2. São destacados para compor o Comitê Político os companheiros Wladimir Pomar, José Dirceu de Oliveira, Francisco Weffort, Plínio A. Sampaio, José Genoino Neto, Benedita da Silva, Hamilton Pereira, Osvaldo Bargas, Ricardo Kotscho, Wander Prado, Virgílio Guimarães, João Machado e Cândido Vaccarezza, tendo como coordenador o companheiro Wladimir Pomar.

O comando operativo da campanha será realizado pela **Coordenação Executiva**, subordinada ao Comitê Político, e composto pelo Coordenador Nacional da Campanha e por companheiros responsáveis pelas comissões de organização e apoio, comunicação, finanças e pesquisas.

a) A Coordenação Executiva é profissionalizada e com dedicação integral à campanha;

b) A Coordenação Executiva da Campanha tem autonomia nas decisões práticas e técnicas de execução da linha geral estabelecida pelo Comitê Político. Como instância operacional deve preocupar-se em organizar os grupos de trabalho e as Comissões necessárias para implementar as diversas fases da campanha e estabelecer relações adequadas com as estruturas partidárias para viabilizar a formação dos Comitês estaduais e municipais da campanha e o engajamento da militância.

Fonte: PARTIDO DOS TRABALHADORES. Diretório Nacional. Campanha Presidencial do PT. Resolução do Diretório Nacional – 11 de dezembro de 1988. Original mimeografado, 13 p. Acervo do CSBH-FPA.

NOTA

¹ Resolução aprovada na reunião do Diretório Nacional do PT em 11 de dezembro de 1988.

h) RESOLUÇÃO SOBRE PROGRAMA, COLIGAÇÃO E VICE

Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores¹

1. Nas circunstâncias atuais do país, a candidatura presidencial do Lula, que se apresenta para a sociedade como alternativa de um novo governo – capaz de promover transformações profundas reclamadas pela maioria da população – reúne todas as condições para a unificação política de um campo democrático e popular;

2. A candidatura Lula nasce ancorada no compromisso de resolver a crise brasileira do ponto de vista dos trabalhadores e dos setores populares. Este caminho, na visão do PT, é a instauração de um governo democrático-popular, antiimperialista, antimonopolista, antilatifundiário, que suspenda o pagamento da dívida externa, que realize a reforma agrária, que promova o desenvolvimento econômico sobre nossas bases, que elimine a miséria e efetive a democratização radical da sociedade e do Estado, assegurando ampla participação popular suprimindo a tutela militar. Um governo democrático popular que crie condições para a transformação socialista da nossa sociedade;

3. Com tais características, a candidatura Lula pretende articular forças políticas e sociais que não só possibilitem a vitória eleitoral, como possam assegurar a aplicação de um programa de governo democrático e popular. Com base nas Resoluções do 5º Encontro Nacional, este arco de alianças comporta, hoje, o PCB, PCdoB, PSB, o PV e mais setores e personalidades do PSDB, PMDB e PDT que rompam com o governo Sarney e assumam os compromissos programáticos da candidatura Lula;

4. A campanha presidencial do Lula deverá levar à população a proposta do governo democrático e popular e terá caráter de massas, estará vinculada à luta dos movimentos sociais na cidade e no campo e estimulará a politização da sociedade;

5. Assegurada a independência política do PT, sua proposta socialista, a continuidade de sua construção e de sua atuação classista, o DN entende que a sustentação da campanha eleitoral e do governo democrático-popular terá na realização de alianças e coligações um elemento fundamental de repercussões estratégicas;

6. Daí ser importante propor aos partidos e setores que tomam a candidatura Lula como referência política e eleitoral um debate organizado e formal sobre programa de governo, linha de campanha, definição de um vice do Lula e participação no governo visando ao estabelecimento de coligação;

7. O DN propõe que se constitua, de imediato, um fórum com a participação do PSB, PCdoB, PV e PCB (embora este tenha lançado candidato próprio à presidência), aberto à integração de outras forças dispostas a aceitarem os termos deste compromisso;

8. Para o PT, a coligação deverá implementar, assim que houver condições, a constituição do Comitê Nacional Pró-Lula e a montagem imediata de Comitês Estaduais com as forças coligadas que a isso se disponham;

9. Para colocar a campanha nas ruas, dar-lhe caráter popular, enfrentar as candidaturas do centro e da direita, e impulsionar a disputa pela hegemonia com

outras candidaturas de oposição ao governo Sarney, é decisiva a organização de comitês populares, a nível municipal, local e setorial, abertos à participação de todos os apoiadores da candidatura Lula. O PT trabalhará para que sejam comitês unitários integrados por todas as forças políticas do campo democrático e popular;

10. Nestes comitês está assegurado o direito democrático de participação individual e igualitária, com poder deliberativo sobre a condução da campanha no âmbito municipal, local e setorial, garantindo um espaço real para influir sobre a campanha, tomando decisões e fazendo propostas aos fóruns da coligação ao nível estadual e nacional;

11. Estabelecer com as demais forças um processo de discussão do programa de governo em torno de definições mínimas capazes de irem consolidando a coligação. Paralelamente, o PT continuará o seu processo de discussão interna dentro dos prazos já previstos;

12. O PT defende a definição de critérios para a escolha de candidato(a) à vice-presidência que respondam, basicamente, às necessidades de ampliação política e eleitoral, sem comprometimento do conteúdo do programa, da linha de campanha e do caráter de governo. Estes critérios implicam escolher um nome com história de lutas, identidade com o próprio campo político que se pretende consolidar, representatividade social e capacidade de unificação das forças coligadas. Este nome deverá ser procurado, preferencialmente, fora do PT, embora o PT disponha de vários(as) companheiros(as) em condições de cumprir este papel;

13. Paralelamente à discussão com as forças políticas e setores externos ao Partido, o PT estará realizando sua discussão interna, em seus núcleos, instâncias de Direção, Encontros Regionais.

14. O DN assume a responsabilidade diante das forças com as quais queremos coligar de, a partir das discussões preliminares, chegar a acordos sobre pontos de programa, indicação de vice e outras questões importantes, respeitando a autonomia de cada um dos partidos e de suas instâncias soberanas. No caso do PT, estas decisões serão tomadas em uma reunião ampliada do DN (com data a ser marcada) e no Encontro marcado para junho de 1989. Nestas instâncias, o DN se compromete a defender os pontos comuns de acordo na coligação;

15. No fórum dos partidos da coligação, as definições a serem adotadas deverão expressar acordos políticos, o que pressupõe a possibilidade de formulações negociadas ou a votação de pontos sobre os quais se admite consensualmente os critérios de votação;

16. O DN conclama os petistas a acelerarem o processo de discussão dos rumos da campanha e a tomarem iniciativas concretas que levem a campanha às ruas, de acordo com as orientações aprovadas pelo DN sobre a Campanha Lula.

Fonte: Original mimeografado, 3 p. Acervo do CSBH-FPA.

NOTA

¹ Resolução aprovada na reunião do Diretório Nacional de 18/19 de fevereiro de 1989.

i) DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO¹

Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores

A apresentação do Programa de Ação do Governo do PT ocorre em um momento em que o capitalismo brasileiro atravessa uma profunda, prolongada e grave crise. Uma crise que tem se manifestado na última década em um processo de estagnação econômica. Em todo o período do pós-guerra, o Brasil manteve uma taxa de crescimento do PIB de 7% ao ano e de 9% na produção industrial, o que colocou o país na posição de nona economia dentro do sistema capitalista internacional. Na última década, no entanto, o PIB do país cresceu em torno de 2,5% ao ano e a renda por habitante praticamente não cresceu. A estagnação econômica está associada a um processo inflacionário descontrolado que em 1988 chegou a quase 1.000% e que mantém a ameaça de hiperinflação sempre presente na sociedade brasileira. A esta crise de crescimento se soma o atraso tecnológico em setores, importantes e estratégicos, justamente quando a economia internacional atravessa uma fase de intensa modernização, novas tecnologias e promovendo um vasto reordenamento estrutural.

A crise da economia brasileira é o enfraquecimento de todo um modelo de desenvolvimento econômico imposto pela ditadura militar e que a “Nova República” foi incapaz de enfrentar. Todo o padrão de financiamento da economia praticamente entrou em colapso. De um lado, o país vem transferindo a cada ano cerca de 4,5 % do PIB para o exterior em função do pagamento dos juros da dívida externa; de outro, o gravíssimo endividamento do Estado impede a retomada dos investimentos públicos e imobiliza instrumentos fundamentais de política econômica.

A crise econômica agrava a crise social, herança do crescimento capitalista brasileiro, excludente, concentrador e predatório. Assim, convive no país uma burguesia próspera, concentradora de propriedades e riquezas, desfrutando de um elevadíssimo padrão de vida, ao lado de milhões de brasileiros que sequer têm atendidas suas necessidades básicas de sobrevivência. Em 1960, um terço da população consumia menos do que 2.240 calorias por dia, o padrão alimentar mínimo para que um indivíduo não seja considerado desnutrido pela FAO, organismo da ONU². Em 1988, dois entre sete brasileiros comem menos que o necessário. Na área de educação, 8,5 milhões de crianças em idade escolar obrigatória se encontram fora da escola, em um país em que um quarto da população adulta é analfabeto. Metade dos domicílios não tem luz elétrica e 13 milhões de pessoas estão sofrendo do mal de Chagas. As estatísticas oficiais revelam que 35% das famílias têm uma renda *per capita* inferior a meio salário-mínimo, sendo que mais de 40 milhões de pessoas vivem em estado de pobreza absoluta.

NO BRASIL, 40 MILHÕES DE PESSOAS VIVEM NA MISÉRIA

Embora poderosa e dinâmica para implantar no país um parque industrial altamente diversificado e para desenvolver uma economia que se situa entre as maio-

res do mundo capitalista, a burguesia brasileira não tem conseguido nos últimos anos solucionar os problemas de desenvolvimento do capitalismo. Suas sucessivas políticas têm naufragado, fazendo aprofundarem-se as desigualdades sociais e as disparidades regionais.

Ademais, é visível o fracasso de sua estratégia política de transição controlada, de passagem da ditadura militar para um governo civil autoritário, comandado pelo falido governo Sarney. Todas as tentativas dos últimos anos, de garantir a hegemonia política das classes dominantes através do PMDB e da “Nova República”, dos sucessivos planos e choques econômicos, foram derrotadas pela mobilização sindical e popular. Frustraram-se, principalmente, pela posição do PT, de intransigência frente à política de cooptação e subordinação que o PMDB e as elites procuraram impor ao país desde o Colégio Eleitoral. Na Constituinte, nas lutas sindicais e populares e agora nas eleições de 1988 foi se construindo uma alternativa à “Nova República” e à transição conservadora, agora concretizada na candidatura Lula e na frente política de partidos populares.

Aqui reside, então, a síntese da crise da burguesia e do capitalismo brasileiro: após anos de ditadura aberta e de transição controlada, as classes dominantes se deparam com o risco de perder a primeira eleição para a presidência, no centenário da República.

Incapazes de exercer uma hegemonia política, seja através de lideranças ou de partidos, as classes dominantes amargam a crise do governo Sarney, o esfacelamento do PMDB e a arrasadora derrota eleitoral de 1988. Mais que isso, enfrentam enormes dificuldades para definirem um candidato com possibilidades de vitória em novembro, restando-lhes, no entanto, em último caso, a hipótese de alianças com o centro através das candidaturas de Brizola ou de Covas. Por fim, as classes dominantes têm se mostrado incapazes de se unificarem em torno de um projeto econômico para o país.

Se é verdade que esta crise é real e que são evidentes os sinais de crise da transição, não restam dúvidas, também, que neste momento a dominação da burguesia brasileira não está em xeque. Apesar do descrédito político de grande parte da população nas instituições governamentais e da relativa unificação das lutas políticas e sociais dos trabalhadores nos últimos anos, a continuidade da dominação burguesa não esteve ameaçada. Estão aí a demonstrá-lo o poder do Estado, o papel das Forças Armadas e do aparelho de repressão, o controle sobre os meios de comunicação de massa. Ao mesmo tempo em que se processou um extraordinário desenvolvimento das forças produtivas na economia capitalista brasileira, ainda não se desenvolveu na maioria da população uma consciência anticapitalista de negação deste sistema. O próprio capitalismo brasileiro, mesmo em crise, atingiu um alto grau de desenvolvimento e complexidade, a despeito de sua dependência e integração aos países capitalistas mais ricos.

PODEMOS E DEVEMOS CONQUISTAR O EXECUTIVO

Mas também é certo que o período atual se caracteriza pela retomada da luta social e política dos trabalhadores, pela reconstrução de suas organizações classistas e pelo início de um projeto político próprio. Nesse sentido é que se fala de uma política de acúmulo de forças e de uma mudança na correlação, visto que as classes dominantes haviam se acostumado, ao longo de 21 anos de ditadura, a impor seu domínio pela repressão e não através da disputa política.

O fato é que as lutas sociais e políticas dos últimos 15 anos foram mudando a correlação de forças, como bem demonstram as eleições de 15 de novembro último e a greve geral de 14/15 de março. Estes episódios revelam não apenas uma posição de protesto, mas também de forma incipiente, que uma importante parcela da classe trabalhadora rejeita a hegemonia do projeto liberal-conservador do PMDB e opta por uma alternativa à esquerda, que o PT representa, junto com outras forças políticas democráticas e socialistas. Além disso, fica claro que a iniciativa também pertence às forças políticas populares, que representam a classe trabalhadora e organizam um núcleo importante de ativistas no movimento sindical (CUT) e na luta política institucional (PT).

Abre-se, assim, um novo período na disputa pela hegemonia da sociedade brasileira, na qual o PT e a CUT desempenham um papel notável. Trata-se, na verdade, da presença da cena política de uma classe trabalhadora independente, organizada em partido, em sindicatos, associações, movimentos sociais e culturais, disposta a construir seu programa e a fazer valer sua hegemonia.

Movimento semelhante acontece no campo das classes dominantes, onde setores da burguesia se lançam na disputa político-ideológica, seja através do pensamento neoliberal e na luta contra as ideias socialistas, seja no embate político-ideológico representado pela UDR³. Ao crescimento da luta pela reforma agrária e do Movimento dos Sem Terra⁴, a UDR contrapõe a violência e a disputa ideológica.

Em que pesem os 21 anos de ditadura e os erros da esquerda brasileira, parece ter chegado ao fim o terrível dilema que angustiou uma geração de líderes sindicais, populares e partidários: apoiar os projetos nacionais e/ou reformistas da burguesia ou cair no isolamento, no gueto político e cultural. O projeto do PT, a luta sindical, popular, estudantil, agrária, ecológica e de libertação da mulher, do negro e da juventude travada nos últimos 15 anos aponta um caminho, abre a possibilidade histórica de o PT ser governo, disputar a hegemonia, construir uma força social e política.

Embora não exista uma crise de tipo revolucionário, nem mesmo uma situação revolucionária, podemos e devemos conquistar o Executivo, a Presidência da República, inaugurando um novo período no qual, com a posse do Governo – portanto, de parte importante do poder de Estado –, a disputa pela hegemonia se dará em outro patamar. Estará colocada para o PT e para as forças democráticas e populares a possibilidade de iniciar um acelerado e radical processo de reformas econômicas, de lutas políticas e sociais. Tudo isso criará condições para a conquista da hegemonia política e de transformações socialistas.

Para isso, faz-se necessário dar resposta a inúmeros problemas que a nova conjuntura nos apresenta. Em primeiro lugar, não basta concorrer às eleições com uma plataforma de lutas econômicas e políticas dos trabalhadores e dos setores médios da sociedade, Nem tampouco é possível propor um programa socialista, inexecutável e que nos isolaria. Trata-se, então, de apresentar um Programa de Ação de Governo que expresse as principais reivindicações dos trabalhadores, as reformas econômicas e sociais para retirar o país da crise e combiná-lo com a luta política e ideológica, com a disputa pela hegemonia na sociedade. Estimulando o crescimento e fortalecimento dos movimentos sociais, promovendo a auto-organização dos trabalhadores, abrindo canais para a participação popular, criando instrumentos de poder local, fazendo surgir um real movimento socialista, estaremos não só via-

bilizando um governo democrático-popular, mas estaremos forjando as condições políticas e sociais para transformações socialistas no país.

Entendemos, pois, que tanto o governo como o programa terão um caráter democrático-popular; revolucionário, porque estará articulado com a atuação do PT, seja na disputa político-ideológica anticapitalista e socialista, seja na intervenção nas lutas sociais, no trabalho de auto-organização dos trabalhadores e sua participação decisiva na luta social e política, agora levada para o centro do poder do Estado, a Presidência da República.

A QUEM SERVE O GOVERNO DEMOCRÁTICO E POPULAR DO PT

O objetivo permanente de um governo democrático e popular, como o próprio nome indica, é a democracia da maioria, fundada na liberdade com igualdade para todos os cidadãos. Com a criação de condições políticas e institucionais para a auto-organização e a participação popular no governo, abrem-se canais para novas instituições democráticas. Isto significa ampliar e consolidar os espaços democráticos. Significa também eliminar o monopólio do poder e da coerção que a burguesia detém. Na mesma linha, são tarefas de um governo democrático-popular promover a plena soberania do poder civil, extinguindo a tutela militar; o aperfeiçoamento da democracia eleitoral e do sistema de representação parlamentar; a consolidação da liberdade sindical e do direito de greve; a democratização do Judiciário e dos meios de comunicação; a garantia do pleno exercício dos direitos e da cidadania. Sobre tudo, caberá ao Partido e aos movimentos sociais organizarem o poder popular, abrirem campo para a auto-organização dos trabalhadores e para seu controle sobre o aparato administrativo do Estado e, mesmo, da produção.

De outra parte, um governo popular terá de se colocar a serviço dos interesses populares, dos trabalhadores, dos pequenos produtores e pequenos proprietários, das camadas médias da sociedade. Terá de ser, portanto, um governo que redistribua a renda; que lute pela erradicação da pobreza, pela eliminação das desigualdades sociais e regionais; que redefina o papel do Estado, hoje sob o controle de interesses privados e de seus prepostos que manipulam a burocracia civil e militar; que promova o crescimento econômico – condição indispensável para assegurar emprego, casa, comida, acesso à educação e possibilidades de expressão cultural para todo o povo. Um governo como esse, forçosamente, terá de enfrentar-se com os interesses dominantes na sociedade brasileira, que se expressam hoje na dívida externa, no monopólio da terra, no papel do Estado e no domínio do capital financeiro, industrial, monopolista sobre a economia.

Daí que nossos adversários principais são os credores internacionais, os latifundiários, os banqueiros, os grandes oligopólios, além dos grupos privados associados à burocracia civil e militar que controlam o Estado brasileiro. Não se trata de um enunciado histórico ou de uma avaliação sociológica, mas da realidade política e econômica do Brasil de hoje. Assim, qualquer política que pretenda resolver os problemas sociais e econômicos do país terá de se defrontar com os interesses desses setores da classe dominante. Por isso, não se fará a reforma agrária, não se suspenderá o pagamento da dívida externa nem se promoverá uma reforma tributária e administrativa sem se chocar com o latifúndio, com os credores internacionais, com as grandes fortunas e com a burocracia civil e militar.

Se considerarmos a iniciativa em curso do pensamento neoliberal, bem como a política econômica do governo Sarney, não é difícil imaginar quais as consequências de uma vitória da direita em 15 de novembro. Um governo de orientação neoliberal tenderia a permitir uma maior apropriação da renda nacional pelos grandes monopólios, um saque dos próprios fundos sociais, a continuidade do desmonte dos serviços públicos, concentrando ainda mais a renda, e sem dúvida ampliaria a internacionalização dependente da economia brasileira.

Como se vê, também esta outra via para superar a crise econômica que o país atravessa provocaria choques e tensões, uma vez que uma política com tais características enfrentaria a resistência e mesmo a disputa política dos trabalhadores, do movimento social, repercutindo nos processos eleitorais de 1990, 1992 e 1994, se este for o caminho escolhido pela burguesia.

Parece claro que há limites objetivos, de ordem institucional, para que o PT apresente hoje um programa de reformas sociais e por democracia. Sendo assim, o PT e os demais partidos e forças que elegerem Lula presidente terão de realizar uma mobilização social para, inclusive, emendar a Constituição e criar também condições para a implantação do Programa de Ação do Governo.

Do mesmo modo, os limites do governo democrático-popular estão dados pela correlação de forças, pelo grau de desenvolvimento da luta de classes, pelo nível de consciência e de organização dos trabalhadores e por sua capacidade de intervenção na disputa política na sociedade brasileira. No entanto, nem os limites institucionais (Constituição de 1988, minoria no Congresso Nacional, Poder Judiciário reacionário) nem os não institucionais (tutela militar, hegemonia política da burguesia, monopólio dos meios de comunicação, propriedade dos meios de produção) podem determinar nosso programa partidário e nossos objetivos históricos, de construir uma sociedade socialista.

A OPÇÃO PELO SOCIALISMO COM DEMOCRACIA

Eis porque nossa tática para concorrer à Presidência da República com a candidatura do companheiro Lula e com um programa democrático e popular está associada à nossa política de acúmulo de forças e à nossa concepção de disputa de hegemonia na sociedade. Qualquer separação nessa linha pode conduzir à aventura de colocar na ordem do dia, hoje, a tomada do poder, ou levar ao rebaixamento político de incorrer no desvio de pretender reformar o capitalismo ou de administrá-lo. No debate político-ideológico ao longo da campanha eleitoral, deixaremos clara nossa opção pelo socialismo, um socialismo com democracia, com liberdade de expressão, com liberdade de organização dos trabalhadores, que rejeita a concepção burocrática e a visão do partido único.

Nosso projeto político vai além de ganhar a eleição presidencial. Seu sentido histórico é o de transformar o país, realizar uma revolução política e social. Para ganhar a eleição presidencial e realizar um governo popular, precisamos mudar a correlação e o acúmulo de forças. Só é possível vencer este desafio com o crescimento do PT, de sua organização, capacidade de luta e de propor políticas, seja nos movimentos sociais, seja nos governos municipais. Do mesmo modo, o PT terá de dar respostas concretas às aspirações políticas e sociais dos trabalhadores, seja atendendo a suas reivindicações, seja organizando suas lutas e construindo seu projeto socialista.

O crescimento da CUT, do movimento social, sindical, popular, agrário, negro, da juventude, das mulheres, ecológico é condição para nossa vitória nas eleições de novembro. É também condição para a viabilidade do governo popular e está articulado com a luta pelo socialismo. Daí se vê que a ocupação de espaços institucionais e a construção de um projeto socialista igualmente dizem respeito à disputa pela hegemonia e contribuem para o acúmulo e a mudança na correlação de forças.

Nossa política de alianças e de pluralidade democrática reconhece que a sociedade brasileira – principalmente os trabalhadores – se expressa através de agentes políticos e que suas condições objetivas, históricas e culturais exigem uma unidade das forças partidárias de esquerda e uma ligação com os setores médios da sociedade.

Sabemos que o programa democrático-popular se choca com interesses que tudo farão para inviabilizar nosso governo, ou mesmo para desmoralizar o PT e as forças democráticas e populares durante o mandato do Lula. A resposta às tentativas de desestabilizar nosso governo e de romper as regras do jogo, recurso que setores das classes dominantes historicamente têm utilizado, só pode ser a mais ampla mobilização popular e a luta social. O PT acredita que a capacidade de luta e a mobilização dos trabalhadores é o principal instrumento para o avanço político e programático de um governo popular.

Do nosso ponto de vista, nossa intenção, nossa vontade política, nossos propósitos programáticos vão no sentido de conquistar o poder democraticamente através da vontade e da mobilização da maioria, e não da tomada do poder através de um golpe de mão, de um “*putsch*” da vanguarda.

Queremos o poder e a construção do socialismo através da disputa com a burguesia e com seus aparelhos ideológicos e de dominação. Com este objetivo estamos preparando o Partido, estamos construindo uma hegemonia política, social e ideológica, estamos acumulando forças para respaldar nosso projeto.

O PT não acredita num partido socialista sem trabalhadores. Nem acha possível construir o socialismo sem a ação decisiva dos trabalhadores no próprio processo dessa construção. A experiência histórica nos legou a convicção de que o socialismo ou é obra dos trabalhadores ou jamais será socialismo. Por isso, estamos dispostos a disputar em todos os campos a hegemonia na sociedade e chegar ao socialismo pela ação e pela vontade das majorias. Pelo desejo do povo e dos trabalhadores.

O PT quer a democracia e aceita a disputa político-cultural da sociedade. Vamos contrapor os valores e ideais do socialismo aos do capitalismo, com a certeza de que seremos capazes de vencer, construindo uma alternativa de poder democrático, socialista e revolucionário.

A experiência histórica tem demonstrado que isto é possível: os trabalhadores, na prática política e social de luta pelo poder constroem suas organizações, desenvolvem forças de lutas apropriadas a cada momento histórico e conformam seus programas de transformação. O PT, com determinação e confiança nos trabalhadores, leva esta concepção às últimas consequências, defendendo seus objetivos e o projeto socialista que representa.

Fonte: *Boletim Nacional*, edição extra. São Paulo, abr. 1989, p. 1-3.

NOTAS

¹ Um programa e um governo democrático-popular; revolucionário, porque estará articulado com a atuação do PT, seja na disputa político-ideológica anticapitalista e socialista, seja na intervenção nas lutas sociais, no trabalho de auto-organização dos trabalhadores e sua participação decisiva na luta social e política, agora levada para o centro do poder do Estado, a Presidência da República. Eis, em síntese, as principais características do programa e do governo Lula, definidas na última reunião do Diretório Nacional (8 e 9 de abril). O documento “Diretrizes para a elaboração do Programa de Governo” (que aqui reproduzimos) servirá de base para a discussão da militância petista, dos apoiadores da candidatura Lula e orientará o trabalho dos grupos que elaboram a proposta de Programa de Ação de Governo.

² A Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) foi criada em 16 de outubro de 1945. A FAO lidera os esforços internacionais de erradicação da fome e da insegurança alimentar. Desde sua fundação, a FAO tem dado atenção especial ao desenvolvimento das áreas rurais e auxilia os países a aperfeiçoar e modernizar suas atividades agrícolas, florestais e pesqueiras, para assegurar uma boa nutrição a todos e o desenvolvimento agrícola e rural sustentável. Sediada em Roma, atualmente a FAO tem 191 países membros, mais a Comunidade Europeia. O escritório da FAO no Brasil foi criado em novembro de 1979. (N. E.)

³ A União Democrática Ruralista (UDR) foi criada, em 1985, por grandes proprietários de terra com o propósito de defender a propriedade privada e como símbolo da radicalização do patronato rural contra a política de terras conduzida pelo governo federal entre os anos 1985 e 1990. (N. E.)

⁴ O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) foi fundado em 1983, em Cascavel (PR), com o objetivo de criar um movimento social camponês, autônomo, que lutasse pela terra, pela reforma agrária e pelas necessárias transformações sociais. O Movimento Sem Terra tem como objetivos principais: lutar pela terra; lutar por reforma agrária; lutar por uma sociedade mais justa e fraterna. (N. E.)

j) UMA CANDIDATURA DE FRENTE

No último dia 29 de março, em Brasília, o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), o Partido Socialista Brasileiro (PSB) e o Partido Verde (PV) firmaram com o PT um protocolo de apoio à candidatura Lula e manifestaram publicamente seu compromisso de constituírem uma coligação. Depois disso, já se realizaram novas reuniões para iniciar a discussão do Programa de Governo a ser apresentado por esta frente partidária e para debater as alternativas de um candidato a vice-presidente indicado pela frente.

Naturalmente, o apoio, a coligação e os debates conjuntos estão submetidos, em última instância, às respectivas convenções partidárias, visto que os processos internos de discussão com as bases ainda estão em curso. A disposição manifestada por todos, porém, é de iniciar a campanha em conjunto, pela clareza que se tem da importância de criar uma frente democrática e popular em torno da candidatura Lula e de um amplo movimento social.

Tudo indica que, apesar de algumas divergências em torno da questão do vice e de eventuais diferenças de sensibilidade a respeito de temas programáticos, os companheiros do PCdoB, PSB e PV estarão em São Paulo no palanque com o Lula no dia 13 de maio, data escolhida para o lançamento nacional da candidatura.

Após a reunião, o senador Jamil Haddad¹, pelo PSB; João Amazonas², pelo PCdoB; Fernando Gabeira, pelo PV; e Luiz Gushiken, pelo PT, divulgaram o seguinte comunicado conjunto:

“As direções nacionais do PSB, PCdoB, PV e PT, reunidas em Brasília, com o objetivo de discutir a criação de um movimento político de unidade das forças de esquerda, democráticas, populares e progressistas, com vistas às eleições presidenciais, passando em revista a situação do país, vislumbram um quadro de extrema gravidade.

A grave crise econômica, política, social e ecológica que se abateu sobre a sociedade brasileira revelou a total incapacidade das elites dirigentes para solucionar os grandes problemas nacionais. A extrema miséria de enormes contingentes populacionais, a exagerada concentração da terra, os conflitos no campo, a violência urbana, a exploração predatória do meio ambiente, o estrangulamento da dívida externa, a dependência que desse endividamento decorre, a tutela militar sobre as instituições civis, a escalada da corrupção na administração pública, a extrema concentração de renda, a monopolização da economia, tudo isso se soma para criar na população um senso de limite. Basta.

O povo brasileiro exige transformações profundas na estrutura social e econômica, bem como um estilo completamente novo de ação política. Este estado de ânimo se refletirá profundamente na próxima eleição presidencial.

Diante desse quadro concluem pela necessidade da criação de uma união das forças de esquerda, democrática, popular e progressista, para concorrer com um candidato único à sucessão presidencial já no primeiro turno.

Para levar a cabo este objetivo, decidem criar uma comissão pluripartidária a fim de:

- a) Organizar grupo de trabalho com representantes desses partidos para elaborar programa comum da frente;
- b) Que cada partido examine em suas instâncias a possibilidade de formar uma coligação em torno da candidatura Lula à Presidência da República, já lançada pelo PT, e de encaminhar critérios e prazos entre os partidos componentes da coligação para a escolha do candidato à vice-presidência;
- c) Estabelecer as normas de relacionamento entre as forças dela integrantes;
- d) Articular a coordenação nacional da campanha eleitoral, integrada pelos partidos coligados, personalidades políticas, lideranças sindicais e populares.”

Fonte: *Boletim Nacional*, edição extra. São Paulo, abr. 1989, p. 3.

NOTAS

¹ Jamil Haddad (1926- 2009), médico e político. Foi deputado estadual no então Estado da Guanabara (1963-1967 e 1967-1969) deputado federal (1991-1995 e 1999), prefeito do Rio de Janeiro (1983), senador (1986-1991) e ministro da Saúde (1992-1993). Em 1965, com o bipartidarismo imposto pela ditadura, extinto o Partido Socialista Brasileiro (PSB) pelo qual se elegera em 1962, filiou-se ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), pelo qual foi reeleito deputado estadual nas eleições de 1966, mas teve seu mandato cassado e seus direitos políticos suspensos por 10 anos. Em 1983, filiado ao PDT desde 1979, foi indicado pelo governador Leonel Brizola para a prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, permanecendo no cargo por pouco tempo, por discordar do projeto de alianças políticas executado pelo seu partido, do qual se desligou, filiando-se ao Partido Socialista Brasileiro, recriado em 1985. Presidiu o PSB entre 1986 e 1993. Em 1992 foi nomeado ministro da Saúde, onde ampliou a abrangência do Sistema Único de Saúde, criou as farmácias populares e os medicamentos genéricos. (N. E.)

² João Amazonas de Souza Pedroso (1912-2002), jornalista, sindicalista e ex-deputado federal pelo Estado do Rio de Janeiro do Partido Comunista do Brasil (PCB) (1946-1948). Foi um dos fundadores do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), em 1962. Atuou na organização da Guerrilha do Araguaia, onde viveu entre 1968 e 1972. Exilado entre 1976 e 1979, voltou após a anistia. Presidiu o PCdoB até 2001. (N. E.)

k) OS TREZE PONTOS DO PAG

Com consciência das dificuldades que se apresentam, com vontade de enfrentar os obstáculos e com confiança na força organizada dos trabalhadores e do povo é que a Frente Brasil Popular, integrada pelo PT, PCdoB, PSB e PV, lança ao debate nacional suas propostas alternativas de governo pelo Brasil que a gente quer.

Ao apresentar à nação suas propostas e seu candidato à Presidência da República, Lula, a Frente assume o compromisso histórico de lutar pela construção de uma nova sociedade. Uma sociedade livre, justa, democrática, rica, soberana e ecologicamente equilibrada. Nossa proposta e nossa candidatura estão abertas à adesão de todos aqueles que, como nós, desejam criar uma alternativa democrática de governo, uma saída popular para a crise em que banqueiros, multinacionais, grupos monopolistas, latifundiários, em conjunto, enredaram o povo e afundaram o país.

Apresentamos aqui os treze pontos que sintetizam o Programa Alternativo de Governo (PAG) da Frente:

DEMOCRATIZAÇÃO DO ESTADO

A Frente se compromete a estimular a mais ampla participação popular nas decisões do governo; a promover a plena soberania do poder civil, extinguindo a tutela militar; a aperfeiçoar a democracia eleitoral e o sistema de representação parlamentar; a respeitar a liberdade sindical e o direito de greve; a democratizar o Judiciário e os meios de comunicação de massa; a garantir o pleno exercício dos direitos e da cidadania; a combater todas as formas de arbítrio; a estimular a organização do poder popular, abrindo campo para a auto-organização dos trabalhadores e ampliando os mecanismos de controle e fiscalização sobre o aparato administrativo do Estado e sobre a produção.

DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

Política prioritária do governo da Frente será a distribuição da renda através de medidas de elevação gradual, efetiva e permanente do salário-mínimo real; de uma política salarial que assegure aumento real de salários e reposição do poder aquisitivo; combate à rotatividade; tributação direta progressiva sobre os altos rendimentos e ganhos de capital; rigoroso controle de preços (para que os salários não sejam corroídos pela inflação) e ampliação das políticas sociais de educação, saúde, transporte, habitação e saneamento.

DÍVIDA EXTERNA

Por considerar que a dívida externa do Brasil e dos países do Terceiro Mundo, além de ilegítima e impagável, é o principal fator de estrangulamento de nossas economias, o governo da Frente romperá os acordos com o FMI, suspenderá imediatamente os pagamentos referentes à dívida, instaurará uma auditoria para verificação da legitimidade dos débitos e promoverá uma conferência dos países devedores para a adoção de uma estratégia comum de atuação.

REFORMA AGRÁRIA

O governo da Frente se dispõe a implementar um plano antilatifundiário e comprometido com a reforma agrária e a mudar o atual modelo de produção agrícola, assentado no latifúndio, nas grandes extensões de monoculturas e nos agrotóxicos. Promoverá uma reforma agrária através da desapropriação de imóveis rurais improdutivos, da arrecadação sem indenização das terras tomadas por grilagem e desapropriação de terras envolvidas em conflitos. O governo da Frente também desenvolverá um novo modelo agrícola baseado na policultura, no reflorestamento e no combate biológico às pragas. A nova política atenderá preferencialmente aos pequenos produtores, apoiando-os com assistência técnica, linhas de crédito especiais, garantia de preços mínimos remuneradores e infraestrutura para transporte, armazenamento, escoamento e comercialização da produção.

DESPRIVATIZAR O ESTADO

O governo da Frente imprimirá uma nova orientação ao setor público e adotará medidas para retirar o controle do aparelho estatal dos grandes grupos econômicos. Colocará os serviços públicos e os objetivos do setor produtivo estatal a serviço dos trabalhadores e da maioria da população. Desmontará as máquinas de corrupção e cuidará para que o Estado recupere seu poder de planejamento, de promotor do desenvolvimento econômico em setores estratégicos. Na mesma linha, reverá profundamente todo o sistema de subsídios e isenções ao setor privado. Eliminará o cartorialismo e extinguirá a regulamentação abusiva que sufoca a pequena empresa.

O governo da Frente valorizará o servidor público que trabalha; realizará uma reforma administrativa que fixará tetos para os salários do setor público; realocará funcionários e não permitirá admissões sem concurso. Punirá com cadeia os “crimes de colarinho branco”.

COMBATER A ESPECULAÇÃO

O governo da Frente agirá para enquadrar o sistema financeiro especulativo e parasitário através dos mecanismos legais já disponíveis no Banco Central, recorrendo a variadas formas de intervenção e até à estatização de bancos se necessário. Ampliará a ação dos bancos estatais, estimulando a criação de bancos regionais. Terá como prioridade a redução da taxa de juros, o financiamento dos investimentos produtivos e dos objetivos da política econômica e social do novo governo.

Para reduzir a dívida pública interna, o governo da Frente não permitirá grandes empresas rentistas lucrando na ciranda financeira e direcionará investimentos para o setor produtivo. Combaterá drasticamente todas as formas de sonegação e evasão fiscal.

CAPITAL ESTRANGEIRO

A presença de capital estrangeiro nas atividades produtivas deve subordinar-se às prioridades de política econômica nacional. Será mantida a distinção entre empresas nacionais e estrangeiras para fins de acesso a fundos públicos e atuação em áreas estratégicas. Os setores dominados por grupos monopolistas receberão tratamento específico em termos de controle de preços, de política industrial e de

proteção a consumidores e fornecedores. O novo governo adotará rígidas medidas para conter a fuga de capitais, especialmente remessas de lucros disfarçadas.

SUBORDINAÇÃO MILITAR

O governo da Frente subordinará as Forças Armadas ao poder civil, representado pela Presidência da República, pelo Congresso Nacional e pelo Supremo Tribunal Federal. Extinguirá o SNI como órgão de espionagem política e estenderá direitos de cidadão – voto e elegibilidade – aos militares, inclusive marinheiros e soldados. Redirecionará os incentivos agora voltados para o complexo industrial-militar para as áreas sociais e setores economicamente prioritários.

SALVAR A AMAZÔNIA

Revisão global do modelo de desenvolvimento adotado na Amazônia, que tem sido responsável pela destruição da floresta, pelo desmatamento em larga escala, por mudanças irreversíveis no ecossistema, pela violência, mortes e prejuízos significativos às populações locais e povos indígenas. O governo da Frente assegurará a plena soberania do país na região e determinará as iniciativas e investimentos úteis à implantação de um novo modelo não predatório e que respeite os povos da floresta. Criará reservas extrativistas, instituirá nova política mineral, energética e madeireira na região, garantindo o domínio territorial, cultural e de tradição das nações indígenas e seus territórios demarcados.

POLÍTICA ENERGÉTICA

A Frente se orientará por uma política energética alternativa, que leve em conta as necessidades de desenvolvimento nacional, a preservação da segurança e a qualidade de vida dos brasileiros. Opor-se-á frontalmente a qualquer projeto de utilização de energia nuclear para fins militares. Para resolver o problema de demanda e geração de energia hidrelétrica irá refazer o plano 2010 da Eletrobras¹, abrindo um fórum para discutir as hidrelétricas na Amazônia. Promoverá o aproveitamento de fontes alternativas e executará um rigoroso programa de conservação de energia.

REFORMA URBANA

O governo da Frente priorizará a melhoria da qualidade da vida urbana, hoje submetida à escassez de habitações, precariedade de transportes e expansão das favelas. Investirá maciçamente na construção de conjuntos e casas populares e no saneamento básico, redirecionando para esta finalidade os recursos do FGTS². Combaterá a especulação e a grilagem do solo urbano. Perseguirá também a desconcentração geográfica da riqueza e da produção, valorizando as cidades pequenas e médias, com investimentos em infraestrutura e geração de empregos, providências básicas para conter a metropolização predatória das grandes cidades.

POLÍTICA EXTERNA

O governo da Frente conduzirá suas iniciativas no plano internacional de acordo com uma política externa independente e soberana pautada pelos princípios de autodeterminação dos povos, não ingerência em assuntos internos de outros países e pelo estabelecimento de relações com governos e nações em busca da coopera-

ção à base da plena igualdade de direitos e benefícios mútuos. Empenhar-se-á pela aplicação de uma política de integração econômica e cultural no âmbito da América Latina. Fará valer a importância da nação brasileira no cenário internacional. Prestará solidariedade às lutas em defesa da autodeterminação e da soberania nacional a todos os movimentos em favor da democracia e do progresso social.

DIREITOS DOS TRABALHADORES

O governo da Frente reafirma seu compromisso fundamental com a classe trabalhadora, o que se expressa em seu programa e guiará sua ação. O governo da Frente defenderá a liberdade de organização sindical, a autonomia das organizações de massa dos operários e camponeses. Defenderá o direito de greve, cabendo aos próprios trabalhadores decidirem quando exercê-lo.

Somente um governo em que os trabalhadores sejam reconhecidos nos seus direitos de participantes das decisões nacionais será um governo capaz de enfrentar os problemas sociais fundamentais e lutar contra as desigualdades, a exploração e a miséria.

Fonte: *Boletim Nacional*, n. 44. São Paulo, maio/jun. 1989, p. 7.

NOTAS

¹ Referência ao Plano Nacional de Energia Elétrica 1987/2010, conhecido como Plano 2010, formalizado através do Decreto n. 96.652, de 6 de setembro de 1988, o qual fixava diretrizes e normas para concessão ou autorização de centrais geradoras de energia elétrica no país. (N. E.)

² A criação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) foi uma importante alteração da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) promovida pela ditadura militar em setembro de 1966. Com ela deixou de vigorar o instituto da estabilidade anteriormente existente na CLT, no qual o trabalhador dispensado injustamente tinha direito a uma indenização correspondente a um mês para cada ano de serviço e, após dez anos na mesma empresa, tornava-se estável, somente podendo ser demitido por falta grave ou evento de força maior, devida e previamente comprovado na justiça. Com o FGTS os empregadores puderam rescindir o contrato de trabalho à vontade, independentemente do tempo de serviço do empregado. (N. E.)

I) TREZE DE MAIO: TODOS A S. BERNARDO

Mariângela Haswani¹

O dia é 13 de maio.

No Paço Municipal de São Bernardo do Campo, barracas, show, o ato político. Um companheiro comenta, lembrando os atos de prestação de contas das prefeituras do PT: “Há um consentimento surdo, um apoio silencioso da população. Não procuram mais a festa. Estão na praça porque acreditam na mudança.”

É a primeira vez que um líder operário chega, com chances de vitória, à rampa do Palácio do Planalto, num país recordista em desigualdade e injustiça social.

Está lançada a candidatura Lula. A postos, as equipes do PSB, PCdoB e PV que reforçam nossas fileiras na Frente Brasil Popular.

É hora de aquecer os motores.

As chances existem, estão aí. Agora, depende de nós.

A Campanha Presidencial Lula 89 está estruturada em nível nacional. Baseada em São Paulo, procura, a partir das decisões da Coordenação Nacional da Frente e de sua Executiva, compor e agilizar a parte operacional do processo, conduzida fundamentalmente pelos Comitês Populares Pró-Lula. Estamos na hora certa. Saímos na frente, mas não podemos perder tempo. Nosso partido dará apoio e atenção especial à formação dos Comitês Populares e ao funcionamento e ação da Frente, embora mantenha suas estruturas organizativas e sua atuação independente.

QUEM FAZ O QUÊ

Para que possamos produzir uma campanha sem surpresas ruins, é importante que o PT trabalhe com disciplina, observando instâncias e funções. Pode parecer óbvio dizer isso, mas, no calor da Campanha, a experiência mostra que muitas atitudes acabam atravessando a operação e prejudicando o ritmo do trabalho. Assim, as orientações sobre a Campanha saem sempre do Comitê e da Coordenação Nacional. Daí cabe aos Comitês Estaduais irradiá-las para os Comitês Municipais. A estes fica a tarefa principal de mobilização da militância, dos simpatizantes do Partido e dos setores da sociedade que apoiam nossa proposta à presidência, com a formação dos Comitês Populares Pró-Lula.

Em cada Comitê é importante que as pessoas tenham funções bem definidas, para que ninguém fique sobrecarregado e, ainda, para facilitar a participação nas instâncias de Frente e o contato com as instâncias Estaduais e Nacionais do partido. Pode-se até adotar, observando as necessárias adaptações locais, o modelo em implantação no Comitê Nacional e em alguns Estaduais.

Neste momento, no Comitê Nacional encontram-se em funcionamento a Coordenação Nacional, a Comissão de Finanças, a Comissão de Organização e Apoio (mobilização), a Comissão de Imprensa; a Comissão de Propaganda, as Comissões Especiais (Sindicais, Juventude, Cultura, Intelectuais, Economistas etc.).

Como participar

Para orientação dos interessados em participar da Campanha, o Comitê Nacional tem produzido alguns materiais de apoio:

- Para informação da militância sobre as decisões do Comitê Político e do Diretório Nacional, é publicado, periodicamente, um Boletim de Coordenação. Sua remessa é sempre feita para os Comitês Estaduais para redistribuição aos Comitês Municipais.

- Além disso, os Diretórios do Partido continuam recebendo outras orientações direta ou indiretamente ligadas à Campanha.

- O *Jornal da Campanha* é outra publicação, devendo ficar sob a responsabilidade da Executiva de Frente. O número zero, adotado pelo Comitê Nacional do PT, está circulando por todo o país. Este é um instrumento para trabalho de massa, não só restrito à militância e terá, nesta primeira fase, periodicidade mensal.

- Outro material de apoio é um livreto contendo a resolução do Diretório Nacional de dezembro de 88 que dá o traçado global da Campanha, com uma abordagem conjuntural, a definição de estratégia da Campanha e tem, como anexo, uma biografia de Lula. Este material está sendo vendido a NCz\$ 1,00 aos Comitês Estaduais que devem repassá-lo aos Municipais.

- Cartazes para divulgação da conta 13.000-001, com duas versões, também estão sendo enviados aos Comitês Estaduais.

Materiais promocionais, que tradicionalmente utilizamos nas campanhas do PT, como as camisetas, os *botons*, os adesivos para carro, estão sendo colocados à disposição da militância e desempenhando papel importante na propaganda e na obtenção de recursos financeiros. Após o lançamento da candidatura, no dia 13, os Comitês Estaduais receberão um pequeno catálogo contendo o mostruário das peças disponíveis, com seus preços e especificações. Mas, além disso, as iniciativas locais são bem-vindas. Muitos companheiros têm criado formas alternativas de propaganda, como mini *outdoors* feitos com placas de compensado. Cabe à Coordenação Nacional solicitar essas iniciativas e dar o apoio necessário à sua execução, sob a forma de artes finais, de fotos ampliadas e outros subsídios que tenhamos facilidade para distribuir.

O importante, agora, é colocar tudo isso em função de jogar a campanha na rua, realizar atos maciços, criar um irresistível e maciço movimento pela candidatura Lula. Só assim, depois de 1989 o Brasil não será mais o mesmo.

Fonte: *Boletim Nacional*, n. 44. São Paulo, maio/jun. 1989, p. 9.

NOTAS

¹ Coordenadora de produção do Comitê Lula.

m) “VAMOS TER DE IMPROVISAR O DIABO”¹

Raymundo Faoro

Boletim Nacional – *Professor Faoro, qual a avaliação que o senhor faz a respeito dos acontecimentos posteriores à decretação do Plano Verão²?*

Raymundo Faoro – Nós saímos de um momento em que o consenso aparente era de que a explosão estava para se dar, com a hiperinflação, o descrédito da moeda e todas as suas consequências. O que me parece é que o governo, mais uma vez, está tentando reprimir sem suprimir. Isto é, ele não tem outro jeito, pois as causas dessa situação são estruturais. A hiperinflação resulta do próprio sistema de governo, da gestão dos negócios públicos, da organização do capital. Três planos sucessivos nada mais conseguiram além de adiar os problemas, sendo que este último, inclusive, é o que tem tido menos sucesso. A inflação já está voltando, ao nível confessado dos 7%, para o mês de abril, e a um nível de custo de vida cujos medidores variam de instituto para instituto, mesmo entre os institutos oficiais.

BN – *Mas, então, a situação permanece explosiva?*

RF – É. A qualquer momento, a situação econômica que se reflete na inflação pode explodir, ou incendiar-se. O Plano Funaro³ explodiu. O Plano Bresser⁴ morreu por combustão. Este aí está caminhando para a combustão que, no máximo em dois ou três meses, mas certamente antes das eleições, levará à explosão.

BN – *E quais as consequências políticas dessa explosão?*

RF – Eu tenho muito receio, pela experiência histórica, inclusive de outros países, que esse regime de inflação descontrolada, depois de produzir uma flexão da classe operária e da esquerda, uma mobilização social muito grande, acabe por conduzir a um risco também muito sério para as instituições democráticas, trazido pela direita. Quer dizer, mais uma vez a direita pode tentar organizar um processo autoritário.

BN – *Um retorno à ditadura?*

RF – Um processo autoritário pode seguir diversos modelos, muito diferentes dos modelos de 1937, 1964 ou 1968. Nós costumamos dizer que a direita é burra, que ela não tem imaginação, mas a verdade histórica é que temos perdido todas... Na verdade a direita é muito criativa, possui recursos muito maiores do que se gostaria de admitir.

BN – *Mas a direita, pelo menos aparentemente, está desarvorada...*

RF – É, mais ou menos. Mas o segundo tempo desse jogo pode muito bem ser deles, e não nosso. De fato, os conservadores e a direita estão, aparentemente, desarvorados. Todo o debate político mais importante parece estar sendo travado à esquerda. Mas isso pode não passar de um simples refluxo, para uma rearticulação de forças deles, para que depois venham a lançar mão de processos que não estão disponíveis para a esquerda ou para a mobilização operária. Por exemplo: todo o

aparato estatal e militar não é disponível para a esquerda, mas é disponível para eles. Com a mídia acontece a mesma coisa. O que eu receio é que mesmo não interrompendo o processo constitucional, ou a marcha para as eleições, a direita e os conservadores possam comprimir o seu curso, através dos mecanismos que citei, visando fins ilegítimos.

BN – *E como isso se daria, de forma mais específica?*

RF – Acho que a Constituição, da forma como foi feita, deixou todo o debate regulamentar e judicial para um segundo tempo. Há muita coisa que foi escrita deixando a cargo de um juiz deliberações fundamentais. Ora, os juizes saem da organização judiciária do Código de 1939, de inspiração fascista, para o Código de 1973, que é o Código Buzaid⁵. Não se pode nem contar com um juiz neutro. O juiz é representante do Estado. No que diz respeito ao processo eleitoral, o fator de compressão poderia ser a propaganda eleitoral, com recursos além dos que a esquerda tem a seu alcance.

BN – *E quanto a outras formas de compressão mais contundentes?*

RF – A gente viu que em matéria de greve já começou uma repressão muito maior de todos aqueles movimentos que significam reivindicações populares. Tragicamente, até⁶. Nós estamos começando a achar até natural, depois de Volta Redonda⁷, que a polícia e o Exército apareçam para reprimir, como na Rede Ferroviária. É a velha história: os conservadores e a direita não admitem discutir em termos de classe. Na sua ótica, quem parou os trens foi a CUT, e não os ferroviários. Foram os agitadores infiltrados. Eles cultivam esse mito da conciliação, da bondade e da paciência do povo brasileiro, o que facilita muito a cooptação da classe média.

AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS

BN – *Não existe uma alternativa?*

RF – Bem, se houvesse mais homogeneidade entre os grupos de oposição de esquerda, operários e de classe média, sim. Mas o próprio processo visando às eleições de novembro está demonstrando que tal homogeneidade não existe. Os contrastes estão se tornando agudos. E por aí, a votação em dois turnos pode se converter numa armadilha. Chegaríamos ao segundo turno já sem candidato. A estratégia que nos opõe aos conservadores e à direita é tomar o primeiro turno, de forma que no segundo a opção se faça de acordo com conveniências, conchavos ou outro qualquer tipo de entendimento. O que eles pretendem é nos alijar do segundo turno. Nós corremos o risco de ficarmos de fora do processo e é um risco bastante concreto, a meu ver.

BN – *O senhor acha que a atitude do Brizola é sintomática disso aí?*

RF – Sem dúvida. O PDT já percebeu que o jogo é este e, em lugar de persistir na sua orientação original, de procurar o entendimento com homogêneos, saiu do quadro da esquerda e caminha para a direita, ou para o centro... No Brasil, quando se fala em centro, em geral, é direita. Se você comparar com a direita europeia, o nosso centro corresponde à direita ou à extrema-direita.

BN – *As chances da esquerda são pequenas, então?*

RF – Existiria talvez a possibilidade de a esquerda alcançar maior êxito no seu projeto não estivesse em curso um projeto mais sólido, da própria direita, estimulado inclusive pela saída do PDT do seu campo original – o que eu considero irremediável. O setor popular caminha inexoravelmente para o isolamento, para ser aliado do turno decisivo do processo eleitoral. Aquela nossa euforia, a ilusão de achar que a direita está sem candidato, que o centro está desarticulado, isso pode resultar num dissabor muito grande.

BN – *Mas, nas eleições municipais, a direita foi envolvida.*

RF – Certo. Mas foi uma eleição realizada nas capitais. E com um turno só. Foi uma eleição diferente, setorizada. A televisão abrangia pequenas áreas e seu peso se diluiu muito. A tendência que as próximas eleições vão manifestar pode ser inteiramente outra. E esta é uma eleição-chave.

OS PARTIDOS

BN – *Voltando à avaliação dos partidos, e o PMDB?*

RF – Aparentemente, é o caos completo. O partido caminha para sacrificar todos os seus mitos. Agora, nada está a dizer que ele não tenha condições de se reorganizar como aquela frente conservadora que sempre foi desde 64. No PMDB, abstraindo as dissidências do PDS, que aderiram recentemente, os chamados “históricos” jamais tiveram um projeto reformista de fundo. Tiveram um projeto político de reconstituição liberal do Estado. Quanto à democracia social eles não apresentam, nem na Constituinte nem na Constituição, nem na sua retina política, nada de consistente. A vitória do PMDB nada mais representaria que um governo Sarney mais inteligente, mais sensível com a opinião pública, porém dentro das mesmas limitações. O PMDB supera as deficiências pessoais do Sarney, que são imensas, mas não supera as contradições do seu estilo de governo.

BN – *Mas se a candidatura Ulysses não pode aspirar à vitória, ela favorece a quem?*

RF – Com Ulysses candidato, o partido perde setores substanciais. A perspectiva é favorável a Brizola. Mas isso não quer dizer que a ruptura das limitações do PMDB favoreça o PDT, nem o PSDB.

BN – *Mas Mário Covas não é um candidato de esquerda?*

RF – Sem dúvida. O PSDB é um partido mais arrumadinho, com uma proposta modernizante, mais evoluída em termos de social-democracia, só que colocada para um país que não existe. O Brasil tem favelas, analfabetos, diferenças de renda chocantes, uma população carente de habitação, nas cidades, e terras, no campo; somos uma sociedade firmada sobre conceitos de propriedade datados do século XIX! O PSDB fala para 5% desta sociedade, contra uma sociedade de 95%! Uma sociedade viável e justa vai exigir a participação desses 95% no processo social e econômico, e a proposta social-democrática não responde às questões colocadas a partir do fato de que um quarto da mão de obra, sem carteira assinada, simplesmente está fora da Constituição.

BN – *Mas esta também é a proposta do PDT.*

RF – O PDT tem uma proposta móvel, que já foi uma coisa e hoje é outra. A escala de variação depende da tática eleitoral. E isso é tão vertiginoso que se você me perguntar qual é a proposta eu vou dizer, sinceramente, não sei. Não sei se alguém saberá...

BN – *Resumindo, professor, quais propostas estão colocadas, concretamente, então?*

RF – Na verdade, você só tem duas propostas. Uma de centro-direita, que é do PMDB-PFL, e outra reformista, do PT. Personagens como o Collor e o Caiado podem ter desempenhos extraordinários na televisão, mas isso acontece em virtude do vácuo da direita, ainda indefinida, e nesse vácuo vale tudo para efeito de pesquisa. Todavia, seus discursos são totalmente vazios. A decisão eleitoral se dá por outras motivações, além do moralismo. O Covas poderia, talvez, se beneficiar um pouco com essas dificuldades, no campo da direita, ou centro-direita, capitalizando as dissidências que ainda possam ocorrer nesse campo. Menos em termos de lideranças e mais em termos de eleitores, pois é claro que ninguém vai votar em Dr. Ulysses... Isso me parece axiomático. E a candidatura Freire, do PCB, está posta para uns poucos por cento. Talvez ele seja o candidato mais exposto a concretizar aquilo que eu chamei de risco do segundo turno, seus poucos votos podem ser os que faltarão a Lula para alcançar o segundo turno. Já o Brizola escaparia ao risco, menos graças ao seu partido, mas em virtude de sua versatilidade tática, que pode lhe garantir mais apoio pelas alianças que pelo PDT. É um paradoxo, mas é o que está se delineando. Brizola pode tornar-se um catalisador de votos, caso o centro, a direita, não encontrarem um candidato mais viável para com ele estabelecer negociações, alguém mais confiável.

RUMOS DO PT

BN – *Como será o desempenho do PT nas próximas eleições?*

RF – Acho que o PT deverá apresentar resultados que tenham continuidade com os das eleições municipais. Sua dificuldade, hoje, é convencer o eleitor de que as opções municipais terão correlato na eleição presidencial. O risco do PT é certo amedrontamento da classe média com a possibilidade de seu êxito. Mas é o único partido que tem um projeto comprometido com esta sociedade dilacerada que é o Brasil. O eleitorado, em épocas passadas, com o PMDB, deu uma resposta à contradição entre autoritarismo e liberalismo. A resposta a favor de reformas sociais e econômicas numa sociedade mais igual, pela primeira vez, no Brasil, está sendo dada pelo PT. E eu estou convicto de que sem esta resposta o país é inviável. Por isso o PT tem de entrar na eleição para ganhar. Mas se não der ele continua. É o único partido com esta vantagem.

BN – *O senhor acha que talvez ainda seja cedo para o PT chegar ao poder?*

RF – Eu acho que esta eleição não é fundamental para o PT. Ela não repercute sobre sua estrutura ou sobre o seu perfil. Será importante não subestimar o que virá sobre o PT daqui por diante. No momento em que o grupo dominante se der perfeitamente conta de que o PT tem esta proposta que sensibiliza, aí o partido passará a ser alvo de toda espécie de discriminações e violências. Vai ser o culpado pelo sol

e pela chuva. O PT vai se tornar responsável por tudo. Mas isso não é negativo. A luta política leva a isso e é com isso que o PT crescerá mais ainda. É claro que sob circunstâncias, sob certo ponto de vista, muito adversas. Em certo momento, o PT vai representar uma opção: serão eles ou nós. Por enquanto esse momento, em minha opinião, ainda não chegou. Por isso eu acho que – já disse isso – se o PT chegar ao segundo turno será um feito. Se ganhar, será fantástico. Vai significar que 95% da população brasileira estão muito mais conscientes do que parecem. Eu fico pensando que dentro de pouco mais de seis meses nós poderemos estar diante da vitória do PT. Estaremos diante de um enigma, ou como diria Churchill⁸, uma charada dentro de um enigma. É uma reflexão que não estamos ainda preparados para fazer. Parece-me que só acontecerá se houver um milagre. Aí nós vamos ter de improvisar o diabo.

Fonte: *Boletim Nacional*, n. 44. São Paulo, maio/jun. 1989, p. 10-11.

NOTAS

¹ O professor Raymundo Faoro concedeu, no Rio de Janeiro, uma entrevista exclusiva ao jornalista Marcos Aarão Reis. Nela o ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) falou do momento político, das próximas eleições e do Partido dos Trabalhadores (PT).

² Em janeiro de 1989, Mailson da Nóbrega, o quarto e último ministro da Fazenda do governo Sarney, anunciou o chamado Plano Verão. Nele, os preços, salários e ativos financeiros foram congelados novamente. Foi também estabelecida uma nova moeda: o Cruzado Novo (NCz\$). Foi uma tentativa fracassada de reduzir a expansão do crédito e de aumentar as reservas brasileiras. A inflação não deu trégua e fechou o ano de 1989 acumulada em 1.782,90%. (N. E.)

³ Plano Funaro, também conhecido como Plano Cruzado, refere-se ao ministro da Fazenda do governo Sarney, Dílson Domingos Funaro (1933-1989), o qual ocupou o cargo entre 26 de agosto de 1985 e 29 de abril de 1987. O Plano Cruzado foi um fracassado conjunto de medidas econômicas, lançado pelo governo brasileiro em 28 de fevereiro de 1986 com o objetivo de buscar estabilização econômico-financeira. As principais medidas contidas no Plano eram: congelamento de preços de bens e serviços nos níveis do dia 27 de fevereiro de 1986; congelamento do câmbio por um ano; criação de nova moeda, o Cruzado (Cz\$), cujo valor correspondia a mil unidades de cruzeiro; congelamento dos salários pela média de seu valor dos últimos seis meses e do salário-mínimo em Cz\$ 804,00; criação de uma espécie de seguro-desemprego para aqueles que fossem dispensados sem justa causa ou em virtude do fechamento de empresas; os reajustes salariais passaram a ser realizados por um dispositivo chamado “gatilho salarial” ou “seguro-inflação”, que estabelecia o reajuste automático dos salários sempre que a inflação alcançasse 20%. (N. E.)

⁴ O sucessor de Dílson Funaro no Ministério da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, apresentou um novo plano econômico de emergência em junho de 1987, o chamado Plano Bresser, no qual se instituiu o congelamento dos preços, dos aluguéis, dos salários e a UPR como referência monetária para o reajuste de preços e salários, além de desativar o gatilho salarial, aumentar tributos, eliminar o subsídio do trigo e

adiar obras de grande porte já planejadas. As negociações com o FMI foram retomadas, ocorrendo a suspensão da moratória, a qual havia sido decretada em fevereiro de 1987. Mesmo com todas essas medidas a inflação atingiu o índice de 366% no acumulado dos 12 meses de 1987. (N. E.)

⁵ Código Buzaid é o nome pelo qual se conhecia o Código de Processo Civil (Lei 5.869, de 11/1/1973). Esta denominação refere-se ao jurista Alfredo Buzaid (1914-1991), o qual foi ministro da Justiça na ditadura, no governo do general Emilio Garrastazu Médici, entre 1969 e 1974. (N. E.)

⁶ Raimundo Faoro concedeu esta entrevista uma semana antes da ordem de demissão de funcionários do Banco do Brasil, da tentativa do governo de regulamentar de forma inconstitucional o direito de greve e do atentado de Volta Redonda.

⁷ Aqui Faoro se refere à morte dos três operários, em choques com o Exército e a Polícia Militar, e não à explosão que destruiu o monumento em sua memória.

⁸ Winston Leonard Spencer-Churchill (1874-1965), jornalista, escritor, militar e político conservador britânico. Ele foi primeiro-ministro por duas vezes (1940-1945 e 1951-1955) e recebeu o Prêmio Nobel de Literatura (1955). (N. E.)

n) A MILITÂNCIA É NOSSA MAIOR ARMA NAS ELEIÇÕES

Luiz Gushiken¹

Boletim Nacional – *Como a ação dos petistas nas prefeituras pode contribuir com a campanha do Lula?*

Luiz Gushiken – As prefeituras brasileiras estão falidas, praticamente espe-
lhando a inadimplência do Estado: não têm estrutura de financiamento e tampouco
condições de atender minimamente às demandas sociais.

Isso não quer dizer que as prefeituras não possam apresentar um perfil po-
sitivo perante a comunidade que ela assiste. Nestas condições, eu diria que tão im-
portante ou mais importante que “arrumar a casa” (ou seja, sanear as finanças do
município para em seguida atender às demandas), eu acho que os prefeitos do PT
devem fazer gestos políticos que vão ao encontro das aspirações da população. De
forma que estes gestos, por mais simbólicos que sejam, sinalizem para a população
que a administração caminha efetivamente para um determinado rumo, totalmente
diferente das outras.

Nesse sentido, eu avalio que a luta contra os funcionários fantasmas, contra a
ociosidade dos serviços públicos etc. não teve até o momento, no interior das admi-
nistrações petistas, a marca que deveriam ter junto à sociedade.

Também o trabalho de comunicação foi mal feito, e ele não pode ser mini-
mizado, especialmente numa situação de falência do aparato estatal. Entretanto,
se isso esteve ausente nas administrações petistas, é preciso frisar que o que elas já
estão realizando é infinitamente superior ao que as outras administrações fizeram.
Isso, que é o mais fundamental, não é divulgado pelos meios de comunicação por-
que não interessa politicamente. Na administração de Luiza Erundina, por exem-
plo, eu mesmo testemunhei algumas atividades que mereceram um mesquinho
tratamento da imprensa, como foi o caso da negociação direta da prefeitura com
os fornecedores de arroz para a merenda escolar, eliminando os intermediários
contratados por Jânio Quadros. Hoje, milhares de crianças têm acesso à carne
bovina na merenda escolar.

BN – *A grande imprensa tem noticiado que as greves têm atrapalhado a campanha
presidencial do PT. Qual a sua opinião a respeito?*

LG – Essa é uma política reacionária de fôlego curto. A essa altura já não exis-
te mais na cabeça da população. O Lula foi muito feliz ao afirmar, em meio àquela
pressão que a burguesia procurou fazer, que as greves são o oxigênio do partido, que
nós não devemos temer em nenhum momento a defesa intransigente desse instru-
mento histórico de luta da classe trabalhadora.

É certo que o movimento sindical deve pensar em formular, como resposta às
calúnias, uma espécie de “código de ética” para as greves, de forma a impedir que,
em certos setores como abastecimento de água e hospitais, a população saia preju-
dicada. Mas isso é um elemento secundário. Eu, pela experiência de mais de dez

anos de dirigente sindical, estou absolutamente convencido que ninguém melhor que os trabalhadores podem determinar que setores devem ou não funcionar e em que condições.

BN – *A que você atribuiu o fenômeno Collor? Como o partido pretende combatê-lo?*

LG – Na verdade, o fenômeno Collor já vem sendo montado há um bom tempo. Desde a época da Constituinte os meios de comunicação tentaram desviar a atenção sobre os direitos sociais e as reformas econômicas para o problema da corrupção estatal. Aí surgiu a figura do Collor como “caçador de marajás”. Isso vingou, tanto que ele ganha uma ascendência sobre os outros candidatos. Entretanto, o Collor tem muitas fragilidades. Não só o seu passado como político é muito questionável, como ele é um homem que não tem uma estrutura programática coerente. Além disso, ele não tem uma estrutura partidária e tem se enredado numa armadilha que ele mesmo montou: ou seja, é um homem da direita que não pode aceitar o apoio da direita.

BN – *Como fica a questão do socialismo no programa de governo do Lula?*

LG – O fato de o PT ser um partido socialista não deve nos levar à conclusão que o Programa de Ação de Governo, nas condições atuais de correlação de forças, implique na estabilização da economia.

É equivocado pensar que o Lula, ao assumir o Executivo de um Estado capitalista, vá implementar por simples decretos um programa de caráter socialista, como se ele já tivesse poder suficiente para expropriar os meios de produção da burguesia.

O PT, ao caracterizar seu programa como democrático-popular, enfatiza em suas propostas aquilo que é imediatamente vital para os trabalhadores: a suspensão da dívida externa, a reforma agrária, a distribuição de renda e a elevação dos salários, a democratização radical do Estado etc. O que diferenciará nosso governo será sua opção de classe, de administrar prioritariamente para os trabalhadores e os pequenos proprietários do campo e da cidade. Evidentemente, nós não poderemos determinar previamente quanto tempo durará essa situação ambígua de um governo de esquerda administrando um país capitalista. O ritmo das transformações será determinado pela ação das massas e pela resistência da burguesia. Do ponto de vista revolucionário, o que interessa é que o governo de esquerda seja o instrumento alavancador da ação dos trabalhadores contra a burguesia. É nisso que reside o caráter verdadeiramente socialista de um partido.

BN – *Como o partido pretende massificar a campanha do Lula?*

LG – Do ponto de vista organizativo, a proposta do PT e da Frente Brasil Popular é a formação de comitês populares. Só que esses comitês não surgem do nada. O papel dos militantes é imprescindível para sensibilizar a população a se organizar na campanha.

Insisto em dizer que nenhum partido tem hoje no Brasil a estrutura de militância que tem o PT. É nessa estrutura que se encontra a coluna vertebral da nossa campanha. Ninguém, a esta altura dos acontecimentos, sabe dizer qual será o resultado das eleições, mas de uma coisa estou absolutamente convencido: se os militan-

tes do PT tiverem a audácia e a confiança que sempre foram nossa marca, o povo deste país, depois das eleições, será um povo completamente diferente e melhor.

Fonte: *Boletim Nacional*, n. 45. São Paulo, jun. 1989, p. 4.

NOTA

¹ Presidente nacional do PT, deputado federal por São Paulo. Foi presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo e secretário sindical da Comissão Executiva Nacional.

o) AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS E A CANDIDATURA LULA

6º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores¹

As eleições presidenciais de 1989 podem representar o fim da transição conservadora, que se arrasta no Brasil desde meados dos anos [19]70. Mais do que um exercício de futurologia política, esta é hoje, essencialmente, uma questão prática. O problema que as classes trabalhadoras e as esquerdas têm de resolver nos próximos meses é o de mostrarem-se capazes de pôr fim ao ciclo histórico aberto pelo golpe de Estado de 1964 e prolongado em 1984/85 com a alternativa do Colégio Eleitoral. Nosso insucesso representará a perda de uma oportunidade histórica de alterar a relação de forças sociais e políticas no país. Trata-se de saber se os trabalhadores e seus aliados terão as condições, a partir da conquista do governo federal, de desencadear um grande processo de mudança social e política, que abra caminho para uma sociedade socialista, ou se as classes dominantes serão, uma vez mais, exitosas em sua estratégia conservadora.

As eleições presidenciais de 89 dar-se-ão dentro de um quadro político que sofreu profundas alterações a partir de novembro de 1988, quando as esquerdas, em geral, e o PT, em particular, obtiveram expressivas vitórias nos pleitos municipais. Os resultados de novembro de 88 têm um duplo significado. Em primeiro lugar, expressaram uma nova relação de forças existentes na sociedade, traduzindo eleitoralmente uma acumulação obtida em quase dez anos de lutas sociais. Em segundo lugar, criaram uma nova correlação política, que mudou radicalmente o quadro da disputa presidencial.

O PT venceu em 36 prefeituras, que agrupam mais de 20 milhões de brasileiros e são responsáveis por um terço do Produto Interno Bruto (PIB). Elegeu mais de mil vereadores e teve grandes performances eleitorais em centros importantes do país, totalizando milhões de votos.

Candidatos do PDT, do PSB e do PSDB, que, independentemente de sua substância, eram identificados como alternativas progressistas pelo eleitorado, obtiveram resultados importantes em todo o Brasil. O país votou claramente à esquerda.

A primeira consequência das eleições municipais foi a projeção de Lula e de Brizola como as grandes alternativas presidenciais para 1989. No início do ano, as pesquisas apontavam os candidatos do PT e do PDT em primeiro lugar, virtualmente empatados. Ainda que o quadro das eleições estivesse pouco configurado – perplexidade da direita, indefinição do PMDB –, criou pânico em setores das classes dominantes. Ao mesmo tempo em que buscava febrilmente um nome capaz de unir o centro e a direita (Quércia), recebendo e recusando ofertas (Brizola e Covas), a burguesia estudava, em seus laboratórios políticos, fórmulas para fraudar uma vitória da esquerda. A mais conhecida de todas foi a adoção do parlamentarismo-já², o que reduziria drasticamente os poderes de um eventual presidente progressista.

O crescimento das candidaturas de esquerda, como a vitória de novembro, se dava num quadro de prolongamento da crise econômica, com efeitos sociais cada

vez mais perversos. A recessão se aprofundava e a inflação chegava a níveis insuportáveis. Foi nesse momento que lançamos nosso Plano Econômico de Emergência, tentando dar respostas conjunturais à difícil situação que atravessava o país. A crise econômica e seus prolongamentos sociais serviam de moldura para uma crise política maior, onde se reforçava a ilegitimidade crescente do atual governo. A rejeição de Sarney e a aspiração popular a um novo governo levaram o PT a propor a antecipação das eleições. No entanto, esta proposta não foi capaz de atrair os partidos políticos, nem mesmo aqueles que diziam se situar na oposição.

O governo lançou o Plano Verão, que promoveu uma violenta transferência de recursos do Estado para o setor privado, através da política de elevação das taxas de juros, agravando a crise das finanças públicas, além de um escandaloso processo de arrocho dos salários, evidentemente com pequenos e provisórios efeitos sobre a inflação. O potencial inflacionário após o Plano Verão é muito superior ao anterior e a margem de manobra político-econômica diminuiu significativamente, sendo que o agravamento da crise das finanças públicas e o descalabro poderão jogar o país em um processo de hiperinflação.

A consequência da nova situação criada pelo plano econômico do governo foi o desencadeamento de um dos maiores ciclos de greves de nossa história. Antes e depois da greve geral de março último, que teve, fundamentalmente, um significado de contestação global da política econômica do governo, ocorreram (e continuam ocorrendo) centenas de outros movimentos, nas mais variadas categorias dos setores público e privado. A vitória de novembro, combinada com o êxito da greve geral, deu uma nova qualidade à luta de classes, liberando energias sociais sem precedentes.

A DEFESA DAS GREVES

Contrariamente ao que propala a histórica propaganda das classes dominantes, as greves não correspondem a nenhum plano deliberado de desestabilização, refletindo, fundamentalmente, uma situação de desespero em que se encontram milhões de brasileiros, que veem seu nível de vida degradar-se vertiginosamente. Este desespero explica, em grande medida, as formas mais descontroladas que o movimento tem assumido em certas circunstâncias. Não pode ser omitido que, em alguns casos, as greves têm criado transtornos para vários segmentos da população, na sua imensa maioria trabalhadores. Estes problemas foram habilmente explorados pela imprensa, por setores conservadores e pelo governo, que desencadeou uma operação publicitária e medidas repressivas, numa tentativa de opor a sociedade aos grevistas. Procurou-se, inclusive, atribuir o recuo da candidatura Lula nas pesquisas aos efeitos negativos das greves.

O PT e Lula defenderam e defenderão de forma intransigente o direito de greve, especialmente em um momento como este, em que se promove um violentíssimo arrocho de salários. O que julgamos apropriado é que o movimento sindical, mais precisamente a CUT, que representa seu polo combativo, classista e consequente, discuta a questão das formas de luta em setores cujos serviços ou produtos atingem diretamente a vida da população.

Não está em questão qualquer apelo à contenção das lutas reivindicativas em suposto benefício da candidatura Lula. Esta só terá êxito no bojo de um processo de grande mobilização social. As correções que devem ser introduzidas na forma de

ação dos trabalhadores só podem partir dos próprios trabalhadores. Cabe à CUT, em particular, desenvolver uma vigorosa e urgente reflexão e iniciativa neste sentido, para tirar do governo e da burguesia a condução do problema.

O fundamental, no entanto, é que a campanha presidencial esteja intimamente ligada às mobilizações sociais, em geral, e às greves, em particular. Isto é válido tanto para movimentos setoriais como para a eventualidade de uma greve que a CUT venha a convocar, e que terá o apoio do PT.

Na medida em que persistiam os impasses dos debates de centro e de direita em encontrar uma candidatura viável, partes do empresariado e as áreas civil e militar do governo aumentavam sua pressão contra o PT e a CUT. Esta ofensiva combina a propaganda aberta da imprensa, sobretudo na televisão, com ações no plano institucional (a Medida Provisória 50, depois 59)³ e com as primeiras manifestações de terrorismo. Tem-se aí, a antecipação do que deverá ser a pugna eleitoral nos próximos meses, sobretudo se as esquerdas conseguirem retomar a iniciativa.

A situação do Planalto e de inúmeros setores da burguesia e dos grupos politicamente dominantes é ainda difícil. Basta lembrar a queima sucessiva de algumas alternativas de que dispunham estes setores: desistências de Antônio Ermírio e de Silvio Santos; inviabilização da candidatura Quéricia, que teria, provavelmente, rachado o PMDB; derrota fragorosa de Íris Rezende na Convenção do PMDB, o que deu nova dimensão do isolamento e desprestígio de Sarney e seu grupo; renúncia de Jânio, face à evidente erosão de seu espaço eleitoral; inconsistência da candidatura Aureliano.

É esta situação de perplexidade que abriu espaço para a aventura eleitoral de Collor.

Sua candidatura, trabalhada sobretudo em termos de imagem, começa a apresentar-se para grandes segmentos da população como uma alternativa aos políticos tradicionais, que sofrem um processo de desgaste sem precedentes no Brasil.

Collor se autodefine como candidato de oposição a Sarney, ao mesmo tempo em que constrói sua plataforma eleitoral, em forma vaga e demagógica, explorando os temas que ocupam um lugar central no imaginário popular do Brasil de hoje: o combate à hipertrofia e à ineficácia do Estado, ao favoritismo e aos privilégios (marajás), à corrupção e outros temas semelhantes.

Em sua preocupação de diferenciar-se do governo e das forças políticas tradicionais, faz aberturas oportunistas à esquerda, como sua proposta de um pacto com Lula, Covas e Roberto Freire. Isto mostra sua percepção do deslocamento do eleitorado brasileiro para a esquerda e revela a necessidade que tem de esconder suas origens conservadoras.

A candidatura Collor beneficia-se do vazio no campo conservador e atrai os partidos de aluguel, cujo horário aproveita na TV, assim como lideranças estaduais e municipais sem consistência político-ideológica e que prosperam por suas práticas fisiológicas e clientelísticas. Este movimento poderá compensar a inexistência de uma base orgânica nacional de seu “Partido” da Renovação Nacional.

UMA OPÇÃO PARA A BURGUESIA

A persistência dos impasses na centro-direita, somada ao espetacular crescimento da candidatura Collor de Mello, está transformando-a na principal alternativa

das classes dominantes. É claro que este processo não é linear e acarretará problemas para sua campanha, pois será difícil manter seu perfil eleitoreiro, com os compromissos que vem assumindo com o grande capital e os setores mais conservadores da política nacional. Collor já não está mais conseguindo esconder seus encontros e acordos com grandes empresas transnacionais, como os que se realizaram recentemente no Rio e em São Paulo, sua submissão à tutela militar e a adesão de parlamentares marcados pelo seu passado conservador e prática fisiológica e corrupta, como Rubens Medina, Arnaldo Faria de Sá (ex-vice de Maluf), entre tantos outros. Será muito difícil ocultar este apoio e seu próprio passado, quando empregou e concedeu benefícios aos “marajás” que diz combater. Transferiu recursos públicos para usineiros, na forma de acordos escandalosos e insustentáveis, desviou verbas para campanha eleitoral. Reprimiu os trabalhadores em Alagoas, colocando a Polícia Militar contra diversas manifestações; promoveu o maior arrocho salarial ao funcionalismo público estadual (que não recebe aumento desde outubro/1988), entre tantas denúncias que vêm emergindo de sua desastrosa passagem pela prefeitura biônica⁴ de Maceió e seu governo no estado.

De qualquer maneira, é de fundamental importância desencadear já uma campanha que corte a ascensão de Collor, sobretudo pela penetração que ele vem obtendo nos setores populares.

Temos de deixar claro o que será um eventual governo Collor de Mello. Denunciar sua ausência de programa ou as propostas conservadoras que já anunciou, como a disposição de pagar a dívida externa. Apontar para os compromissos que tem com os grupos dominantes, como revelam seus acordos com os usineiros de Alagoas e com a Rede Globo. Na falta de uma base partidária, seu governo será, como já vem sendo sua campanha, um polo de atração para aventureiros e oportunistas, o que acelerará a corrupção e o favoritismo. Oscilará entre a ingovernabilidade e a repressão aos setores populares, para poder aplicar uma política de arrocho salarial.

Brizola, que tenta recuperar o projeto populista com verniz de esquerda, beneficia-se, por uma parte, de sua condição de opositor histórico de Sarney, de duas importantes bases eleitorais (Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul) e de sua capacidade de articular políticos de expressão estadual e municipal – a exemplo do que faz Collor – independentemente de suas posições políticas, na esquerda, no centro ou na direita. É um candidato forte, experiente e com grande capacidade de comunicação na TV, o que será um trunfo fundamental nos últimos meses da campanha. Procura compensar sua imagem de radicalismo com tentativas de acordo com áreas empresariais e militares. Suas possibilidades de êxito, neste sentido, estão ligadas à circunstância de vir a enfrentar Lula no segundo turno.

Sua pequena penetração em Minas e São Paulo, os dois maiores colégios eleitorais do país, podem ser fatais para suas pretensões. É por esta razão que busca acordo com Medeiros e todo o “sindicalismo de resultados”, para desbloquear as dificuldades que tem em São Paulo, sobretudo.

Para seduzir o empresariado, Brizola tem adocicado, cada vez mais, seu programa. Abandonou explicitamente a tese da reforma agrária, é absolutamente vago em relação ao problema da dívida externa. As conversações que mantém com os militares conduzem à aceitação da tutela das Forças Armadas sobre a sociedade brasileira.

Seu personalismo, sua aversão à vida partidária, suas concepções sobre o sindicalismo (que o levam a aproximar-se de Medeiros, Magri e Cia.) mostram o que ocorreria no Brasil caso chegasse à presidência. Assistiríamos uma repetição do que foi seu governo no Rio de Janeiro: repressão às greves, combate ao sindicalismo autônomo e tentativas permanentes de desorganização do movimento popular.

Explorando os sentimentos de uma população que exige mudanças, sem oferecer soluções concretas, Brizola pode transformar-se em um novo Carlos Andrés Pérez⁵, criando condições para uma revolta popular e depois a reprimindo brutalmente.

As possibilidades da candidatura Ulysses não estão ainda definidas. Corre o risco de não ter apoio de setores do PMDB. Ao compor com a esquerda de seu partido, Ulysses neutralizou uma cisão de porte, que reforçaria o PSDB. Apesar das dificuldades que enfrenta hoje e que se traduzem nos baixos índices obtidos nas pesquisas, as chances de Ulysses não podem ser descartadas. Possui um partido com uma gigantesca máquina, pode vir a ser uma carta confiável para a burguesia e, no limite, receber apoio do Planalto. As dificuldades que enfrentará estão justamente aí: como beneficiar-se das vantagens de ter sido (e ser ainda) um partido de governo e aproveitar a condição de oposição.

Neste ponto está nossa crítica fundamental à candidatura do PMDB. Ela representa a continuidade da transição conservadora. Ulysses é o responsável por todas as inflexões conservadoras da Constituinte e pelos cinco anos dados a Sarney. Foi o principal bastião da desastrosa experiência da Nova República.

As demais candidaturas, salvo mudanças bruscas na conjuntura, não têm maiores perspectivas. Covas e o seu partido não têm qualquer enraizamento nacional. Esta candidatura, que tem apenas uma expressão regional, teve seu crescimento nas bases do PMDB impedido pelo acordo de Waldir Pires com Ulysses. Além disso, é uma candidatura sem perfil definido. Maluf investe, estrategicamente, na ocupação do espaço da direita e na eventualidade de sua candidatura para o governo de São Paulo, no ano que vem. Aureliano Chaves se arrisca a não decolar, implodindo o PFL. Afif reduziu sua intervenção política ao discurso neoliberal conservador e não soube ocupar um espaço que lhe estava reservado, e que acabou preenchido por Collor; investe na sucessão paulista. Caiado, marcado pelos crimes da UDR, não conseguiu impor sua entidade como força política autônoma e não está conseguindo apoio nem dos partidos de aluguel e tenta apostar no futuro com uma campanha puramente propagandista.

UMA CANDIDATURA EQUIVOCADA

Roberto Freire procura preservar o lugar do PCB na política brasileira e o seu lugar dentro do partido. No entanto, ela deverá ter um efeito oposto. Esta candidatura é um equívoco político: divide a esquerda, num momento em que ela se unifica com uma política independente e autônoma, democrática e popular. Isto é contraditório com toda a política levada até hoje pelo PCB, que defendia a unidade, inclusive, com forças burguesas. Além disso, Freire tem preferido uma aproximação com setores conservadores da Igreja e com a burguesia, como ficou evidenciado em sua proposta de Pacto Antiterror, saudada efusivamente pelo Dr. Roberto Marinho⁶. Mas setores da base do PCB compreendem que a única alternativa coerente para um

partido de esquerda, neste momento político, é a participação na Frente Brasil Popular e começam a recusar a política da candidatura Freire. Esta compreensão poderá ser a posição de todo o PCB.

Este quadro das candidaturas poderá sofrer modificações no futuro, em função da evolução da situação política. Pode-se prever que os próximos meses serão marcados por agudos conflitos sociais, que terão repercussões no plano político-eleitoral. A previsão de que a inflação cresça, sem que sejam oferecidos mecanismos de compensação aos trabalhadores, alimentará mais movimentos grevistas. A insatisfação popular aumenta na medida em que o governo persiste em sua política econômica, penalizando fundamentalmente os assalariados. As mudanças propostas na Previdência Social são um exemplo disso. E não estão excluídas convulsões de maior porte, como ilustram os precedentes de Caracas e da Argentina.

O agravamento da crise econômica, incluindo a possibilidade concreta de nos defrontarmos com um processo de hiperinflação, poderá impor um quadro extremamente grave, dramático do ponto de vista social, e de grande instabilidade política.

O crescimento da candidatura Lula e das esquerdas em geral, dentro deste quadro, a partir da capacidade de mobilização de militância política do PT e demais partidos da Frente, fará com que as classes dominantes articulem novas e mais vigorosas ações contra o Partido e o movimento sindical, no plano institucional e extra-institucional, por meio de iniciativas políticas concretas e de propaganda. O risco de a burguesia perder o jogo dentro das regras por ela fixadas – como tem advertido Lula seguidamente – pode levá-la a uma situação de desespero e tentativas de desestabilização.

Todas estas possibilidades reforçam a necessidade de inserir a candidatura do PT em um amplo movimento de massas, no qual os trabalhadores tenham capacidade de articular um vasto movimento democrático e transformador da sociedade, captando e traduzindo em alternativas concretas e palpáveis para as maiorias todos os anseios de mudança que se manifestam crescentemente nestes dez últimos anos no Brasil. O binômio mudanças econômico-sociais radicais e democracia é a chave para constituir um bloco majoritário capaz de levar Lula à presidência e de dar sustentação ao governo do PT, sobretudo nos primeiros meses, quando a burguesia tentará, por todos os meios, inviabilizá-lo.

Esta estratégia eleitoral, sofrendo os ajustes táticos que a conjuntura recomenda, tem sua importância igualmente para a eventualidade de uma derrota eleitoral. As responsabilidades do PT não serão menores nesta circunstância, de vez que o Partido emergirá como a grande força de oposição, e será confrontado com os complexos problemas colocados pela nova conjuntura. Um novo governo, seja qual for, gozará, pelo menos no seu início, de legitimidade popular, mas, ao mesmo tempo, terá de responder às expectativas que suscitou na campanha.

Diante disto, abrem-se para o PT, no imediato, as seguintes perspectivas e tarefas a serem impulsionadas:

- consolidar a Frente Brasil Popular em todo o país, nos níveis nacional, estadual e municipal, criando comitês populares nos locais de trabalho, nos bairros, nas escolas, nos movimentos etc. A campanha tem de ir efetivamente para as ruas;

- atrair para o âmbito da Frente personalidades, movimentos e os setores que se desgarram de outros partidos, especialmente do PCB e do PSDB;

– desmascarar para a população o caráter antipopular da candidatura Collor de Mello. Denunciar, ao mesmo tempo, a direitização do programa de Brizola e seus acordos com setores do Exército, do empresariado e dos partidos políticos de direita. Apontar para o caráter continuísta da candidatura Ulysses.

A candidatura Lula está confrontada com desafios importantes. O Partido saberá responder a eles, evitando o risco de ter uma presença secundária na disputa eleitoral e de anular, pelo menos por um período, os acúmulos obtidos especialmente no último ano. Assim teremos condições de superar as dificuldades atuais e retomarmos a iniciativa que detínhamos até março/abril.

O AGRAVAMENTO DA CRISE

A disputa sucessória realiza-se num quadro de agravamento da crise econômica, social e política. A rápida deterioração da economia, consequência lógica da política predatória da Nova República, torna ainda mais penosas as condições de vida de amplos setores da população, provocando dura resposta do movimento sindical e popular, expressa nas greves e jornadas de protestos que se multiplicam em todas as regiões do país. Nada mais legítimo e necessário que a luta do povo trabalhador em defesa de seus interesses. Somente com a mobilização popular será possível superar a crise, resguardando os interesses das grandes maiorias. A conjuntura reclama e tem ensejado a intensificação do movimento de massas. Sem esse movimento, por outro lado, nosso projeto político mais geral perderia a sua dinâmica propulsora. Nossa campanha, portanto, deve apoiar e vincular-se estreitamente às lutas sociais em curso no país. Contudo, a relação entre o avanço da mobilização reivindicatória e o fortalecimento da luta político-eleitoral não é automático. O protesto econômico-social, ainda quando radicalizado, não se traduz necessariamente por uma opção política mais avançada e consequente. Para que o ascenso da luta reivindicatória favoreça a opção das amplas massas pela candidatura Lula é imprescindível politizar organicamente a luta social, vinculando-a à urgência de uma alternativa política global para o país, materializada num programa de transformações antiimperialistas, antimonopolistas e antilatifundiárias. Caso contrário, a insatisfação social pode acabar manipulada pelo populismo ou instrumentalizada por projetos políticos conservadores de cunho autoritário.

Para tanto, é fundamental definir uma estratégia eleitoral que permita substancialmente, e em termos de imagem, apresentar o candidato da Frente Brasil Popular como a única alternativa capaz de oferecer soluções positivas aos problemas que afetam a imensa maioria do povo brasileiro e de desencadear um processo de transformação no país.

O histórico do candidato e do partido é um elemento importante, ainda que não exclusivo. Devemos enfatizar a trajetória de Lula e do PT nestes dez últimos anos. O fato de sermos o único partido que não tem responsabilidade pela eleição de Sarney, que não apoiou o Plano Cruzado, nem os demais programas econômicos do governo, que manteve uma conduta impecável na Assembleia Nacional Constituinte, particularmente na defesa dos direitos e garantias individuais e coletivos, na necessidade de uma verdadeira ordem democrática para o país, na questão das reformas de estruturas, especialmente a reforma agrária e, evidentemente, nas conquistas dos trabalhadores.

O problema da coerência política assume importância decisiva em um país que atravessa uma crise de valores, vivenciada por vastos segmentos da sociedade.

É a partir da questão da coerência que podemos apresentar o PT e seu candidato como a única alternativa confiável no país.

A discussão do Programa de Governo assume uma dimensão mais complexa, uma vez que deve articular duas dimensões, que não são sempre facilmente compatíveis: a seriedade e coerência das medidas propostas e o seu apelo popular.

O Programa tem de ser, ao mesmo tempo, um instrumento de mobilização e organização dos trabalhadores para a vitória eleitoral e um instrumento de governo no caso de que venhamos a vencer as eleições. Ele deve conter medidas que apontem para o desencadeamento de um radical movimento de mudança econômica, social e política do Brasil, mas, igualmente, dar respostas aos problemas que afligem, hoje, a imensa maioria dos brasileiros. Sua capacidade de atrair dezenas de milhões de eleitores não pode se dar sobre a base de concessões de princípio, nem de chamamentos demagógicos. Tudo o que o Programa propuser tem de aparecer como realizável, a partir, evidentemente, da mobilização popular.

A discussão sobre o caráter da candidatura e do programa do PT (e da Frente) é fundamental, já que o eleitorado e a imensa maioria dos trabalhadores estão interessados em saber que transformações concretas um governo da Frente Brasil Popular realizará; e temos de explicitar como elas se articulam com os nossos objetivos estratégicos.

O PT apresenta um programa coerente de transformações da sociedade brasileira, ao mesmo tempo em que define os meios e instrumentos de sua consecução e oferece seu passado de lutas e de coerência como garantia política maior.

A PROPOSTA SOCIALISTA DO PT

O conteúdo socialista da candidatura Lula não está somente no fato de que o seu governo deverá criar condições para o socialismo. O caráter socialista da proposta do PT se revela, também, no fato de que o eixo de seu programa, para hoje, são as reivindicações dos trabalhadores, de que estes são a força social fundamental das mobilizações sociais e da luta eleitoral e de que a hegemonia política da aliança social que apoia o candidato, e sustentará o governo, é e será dos trabalhadores.

Tem grande importância para esta discussão a questão do cenário de um governo do Partido dos Trabalhadores e da Frente Brasil Popular. Aqui, mais uma vez, não se trata de realizar um exercício de futurologia, mas de definir nossas expectativas e linhas de ação para essa eventualidade. Neste ponto se insere a questão da ruptura que um Governo Lula provocará no sistema político e das reações que ele irá desencadear.

O Partido não pode semear ilusões sobre uma idílica situação que seria criada com nossa vitória em novembro próximo. Haverá, evidentemente, transformações importantes no quadro da luta de classes no país, que proporão desafios enormes e inesperados para o Partido e o governo. Estes desafios decorrerão não somente da ação legal e extralegal das classes dominantes, que resistirão, de dentro e de fora do governo, ao seu desalojamento do Executivo federal. Haverá também a ação de muitos segmentos das classes exploradas, que cobrarão mudanças em curto prazo e se verão estimuladas – nas cidades e nos campos – a ações para apressar o processo de transformação econômica, social e política.

Estando no governo, sem ter planejado o poder, o PT sofrerá resistências dentro do próprio Executivo (da burocracia, das Forças Armadas), sem falar dos poderes Legislativos e do Judiciário, dos governos estaduais, dos empresários e de suas organizações, de grande parte dos meios de comunicação e de potências estrangeiras.

O realismo que necessitamos ter sobre o futuro de um governo do PT não nos pode levar, no entanto, a desenhar um quadro sombrio para o dia seguinte de nossa vitória. Isto seria sucumbir à tese da ingovernabilidade e, no fundo, aceitar a opinião daqueles que afirmam que nem o país, nem o PT, estão preparados para a nossa vitória e que mais vale esperar ainda alguns anos.

O procedimento mais adequado é não esconder as dificuldades futuras, mas não exagerá-las ou especular catastroficamente sobre hipóteses.

Anunciar claramente nossas intenções significa apontar para o fato de que o governo do PT não será um governo conformista, disposto a gerir a crise do capitalismo e realizar uma simples maquiagem na autoritária e conservadora estrutura política do país. Aplicando nosso Programa, o Governo Popular impulsionará as mudanças reclamadas pelas maiorias, criando condições para, em conjunto com as massas populares, realizar novas e mais profundas transformações sociais.

A diferença entre nosso governo e outros governos eventuais será que estes enfrentarão, igualmente, a crise do capitalismo, mas procurarão resolvê-la no sentido contrário aos interesses dos trabalhadores e camadas populares.

Devemos insistir em que o nosso governo será o mais democrático da história do país, aquele que levará as liberdades individuais e coletivas a suas consequências mais avançadas.

Nossa concepção de democracia não significa que iremos simplesmente nos conformar com o respeito ao atual Estado de Direito. A democracia deve ser entendida como o espaço para a criação de novos direitos. As pressões das imensas maiorias da sociedade terão de traduzir-se em mudanças institucionais, dentro de um quadro de respeito das liberdades e direitos das minorias. O problema da reforma institucional e da reforma da Constituição será fundamental nesta eventualidade.

A experiência da campanha eleitoral, até aqui, revela que não basta ter o melhor candidato, o partido mais coerente e o único programa até agora anunciado para disputar com possibilidades de vitória o pleito presidencial.

Circunstâncias próprias do processo político brasileiro e as novas dimensões da política contemporânea – como tem ficado evidenciado com muita frequência – fazem com que deva ser dada uma importância decisiva às formas pelas quais a sociedade vive os grandes problemas que o país enfrenta. A importância dada à moralidade no trato da coisa pública, à ineficácia do Estado, ao empreguismo etc., não são necessariamente atitudes “pré-políticas”. Representam a forma pela qual a política é vivida por imensos setores da população. Se não entendermos isso arriscaremos a ficar falando apenas para os setores mais organizados da sociedade, e que chegaram a uma visão mais articulada da política.

Nenhum candidato e nenhum partido estão mais credenciados para empunhar a bandeira de um comportamento ético exemplar à frente do governo. Somente os que, como nós, têm compromissos com as grandes maiorias podem desprivatizar o Estado brasileiro, acabar com a corrupção, eliminar os privilégios, quebrar a inércia burocrática e a ineficiência da máquina estatal.

O PT precisa dar manifestações concretas destes propósitos políticos. A campanha presidencial deve ser acompanhada de iniciativas políticas com este objetivo.

AS ADMINISTRAÇÕES PETISTAS

É igualmente fundamental, a partir dos temas antes mencionados, aprofundar a discussão sobre a política das administrações dirigidas pelo PT. Nossas administrações apresentaram, nos primeiros seis meses, algumas qualidades inegáveis, anunciadoras de uma nova modalidade de gestão estatal no país: o compromisso ideológico-prático com o povo oprimido, enorme dedicação à função pública, rigor técnico e político na tomada de decisões, metodologia democrática de relação com a sociedade etc. Não cedemos às seduções do autoritarismo, nem nos deixamos inibir pela verdadeira guerra às nossas administrações, movida pelos partidos burgueses e pela imprensa conservadora.

Não é menos verdade, entretanto, que estivemos aquém da extraordinária expectativa que a sociedade, especialmente as classes populares, deposita nos governos petistas. Em que pese o esforço militante de nossas equipes municipais, carecemos ainda de um projeto político-administrativo mais definido, capaz de polarizar social e ideologicamente e de mobilizar massas populares em sua sustentação cotidiana. O fato é que a sociedade ainda não identifica a marca do PT nas prefeituras, pelo menos com a nitidez e a contundência desejáveis.

As municipalidades do PT não só devem realizar uma administração coerente com o programa transformador com o qual nos apresentamos para as eleições presidenciais, como construir uma imagem pública, através de iniciativas concretas e de repercussão. Que deixem claro para a população as mudanças que estão implementando e que serão efetivadas, apesar das notórias dificuldades com as quais se defrontam.

A campanha de Lula é o centro tático do PT este ano. A candidatura Lula, ao mesmo tempo em que encarna a posição de independência de classe defendida pelo PT, dará aos trabalhadores maior consciência e organicidade política nessa fase de acúmulo de forças. Ela permitirá também que o PT, já credenciado como alternativa municipal de governo, possa se apresentar como capaz de assumir a responsabilidade pelos destinos do país.

Por esta razão, é fundamental, na disputa da sucessão presidencial, viabilizar rapidamente e assegurar o sucesso das administrações petistas. Disso pode depender não só o crescimento da candidatura Lula, mas o próprio futuro do PT como partido de massas, democrático, socialista e revolucionário.

Não se trata de atrelar as administrações à campanha ou de aparelhá-las a serviço da candidatura Lula. Embora o país atravessasse uma grave crise e as prefeituras se encontrem em estado pré-falimentar, a ansiedade da população e as esperanças despertadas pela vitória do PT exigem iniciativas políticas e administrativas que materializam o cumprimento dos compromissos assumidos pelo Partido durante a campanha. Devemos realizar governos de oposição ao governo central, para corresponder à confiança que a população deposita em nós. Fazer isto é contribuir para a vitória de Lula, para a construção do PT e para abrir uma saída em meio à crise.

Hoje, seis meses à frente de 36 prefeituras municipais, o PT deve não somente romper com o cerco propagandístico da burguesia contra suas administrações, como

também agilizar respostas concretas aos problemas enfrentados pela população, intensificando o programa com o qual disputou e venceu as eleições. São exigidas medidas ousadas e inovadoras nos setores que mais afetam a população, como os de habitação, saneamento básico, saúde e educação.

Devemos realizar, com urgência, um esforço conjunto, em nível nacional, para superar desafios estratégicos das nossas administrações (o transporte coletivo, a elaboração democrática do orçamento, a política de abastecimento), envolvendo não só o conjunto das prefeituras petistas, mas também, necessariamente, a nossa Bancada Federal, as Bancadas Estaduais e Municipais e, sobretudo, a nossa militância, que deve ser chamada a compartilhar da elaboração e da sustentação das políticas administrativas.

Esta apreciação de caráter geral parte do suposto que poderemos vencer as dificuldades atuais. O PT nas suas prefeituras já realizou importantes mudanças. Deve adotar, no entanto, uma política mais agressiva de comunicação, que mostre o já realizado e indique a forma pela qual efetivará as transformações prometidas o mais rápido possível.

Apenas dez anos após sua fundação, originário da mais importante mobilização dos trabalhadores das últimas décadas, o PT tem hoje a possibilidade real de chegar à Presidência da República.

Vencer em 15 de novembro e no segundo turno dependerá, em grande medida, do acerto de nossas políticas daqui até as eleições e da capacidade de transformar nosso programa em uma arma e em uma esperança das maiorias deserdadas deste país. Vencer dependerá da competência que revelem em seus postos nossos parlamentares, prefeitos e funcionários, mostrando como os trabalhadores estão aptos para o exercício do governo e do poder. Vencer dependerá da dedicação e do esforço infatigável de nossos militantes, de sua capacidade de transmitir para as imensas maiorias o sentimento de que estamos todos possuídos: o de haver chegado a um momento crucial de nossa história, em que decidimos tomar o destino em nossas mãos e lançar-nos na aventura de construir um mundo novo.

UMA AVALIAÇÃO DA CAMPANHA

É dentro dessa perspectiva geral que devemos avaliar o que fizemos até agora, em termos de campanha eleitoral. A estratégia definida pelo DN de 11 de dezembro de 1988 estabelecia três fases distintas, embora bastante interligadas. A primeira fase, que deveria esgotar-se em maio/89, centrava nossa atividade na mobilização e engajamento da militância. Isso incluía a organização dos comitês estaduais e municipais; a elaboração de diretrizes de trabalho; a produção de material básico de propaganda; o desencadeamento de campanhas de finanças; a mobilização de intelectuais, artistas, dirigentes sindicais e populares que tomassem a si a tarefa de realizar circuitos de debates sobre a candidatura Lula; a realização das viagens ao exterior; a articulação de uma frente com os partidos de esquerda; e, finalmente, a realização de um grande ato público em São Bernardo do Campo, que simbolizasse a disposição dos trabalhadores de assumir os destinos do país.

Essa fase teve início, na prática, com a realização do programa de TV, em 27 de janeiro de 1989, e encerrou-se com o ato em São Bernardo, em 13 de maio de 1989. Nesse período, foram constituídos comitês estaduais na maioria dos estados e

realizadas plenárias regionais e municipais de militantes, em vários casos acompanhadas do lançamento da campanha.

Merecem destaque os seminários realizados em São Paulo e no Rio, mobilizando parcelas importantes da intelectualidade, e o encontro com os intelectuais do Nordeste, em Recife, que tiveram como resultado mais importante a ampliação de participantes nos grupos de trabalho do PAG. Importância também têm tido os seminários temáticos realizados pela Coordenação do PAG, tanto em nível regional quanto nacional.

A mostra nacional de *slogans*, *jingles*, cartazes e materiais promocionais, embora não tenha sido divulgada na escala necessária, contou com a participação de companheiros de praticamente todos os estados e apresentou um material rico e variado, que já está sendo utilizado para a campanha. Ao lado disso, apesar dos problemas relacionados com a falta de recursos, foram editados quatro boletins de campanha, o caderno com a resolução do DN de 11 de dezembro de 1988 sobre a campanha e a biografia do Lula, os cartazes promovendo a Conta 13.000-1 para contribuições financeiras e diversos materiais de propaganda para atos específicos da campanha.

Aproveitamos essa fase, também, para realizar o projeto de viagens ao exterior, tendo por objetivo ampliar o nível de relacionamento do Lula e do PT com governos e forças políticas e sociais de diversos países do mundo e projetar a imagem do companheiro Lula como estadista. Embora não tenham se concretizado as visitas à Argentina (retorno ao Brasil antecipado em função do Plano Verão) e à Alemanha Oriental, China e União Soviética (em função de problemas técnicos e políticos relacionados com a decisão da CEN e DN de encurtar o período de estadia do Lula fora do Brasil), o resto do roteiro programado foi cumprido com resultados políticos positivos. As relações internacionais do Partido se ampliaram e, sem fazer qualquer concessão de princípio, abrimos canais de diálogo com diferentes forças políticas internacionais, tendo em vista a possibilidade de sermos governo em curto prazo.

Ao mesmo tempo, tentamos esgotar, nesta primeira fase da campanha, a parte principal dos insistentes pedidos de empresários para debater com Lula suas propostas de governo. Em todos esses debates, a linha seguida pelo nosso candidato foi de reafirmar as posições do Partido e deixar claro para esses setores da sociedade que, no Governo Lula, terão de desempenhar um novo papel, subordinando-se às prioridades de redistribuição de renda.

Paralelamente, o companheiro Lula foi a sete estados (RS, RJ, MG, ES, PE, BA e SP), participando de plenárias com militantes, encontros com artistas e, em especial, de encontros com sindicalistas, além da participação em programas de TV e rádio e em outras atividades de campanha. Essas viagens serviram para a militância debater com o próprio Lula os diversos problemas da campanha, em geral contribuindo para o avanço da mobilização.

Apesar de um real esforço de mobilização e organização, a maioria dos comitês estaduais e municipais ainda não tem a organicidade necessária, ora se confundindo com os diretórios, ora com os comitês da Frente. Mais grave, entretanto, é que a formação dos Comitês Populares Pró-Lula ainda não se transformou no principal eixo de organização e mobilização da campanha. A militância ainda não assimilou a ideia de que a campanha, para assumir um caráter de massas, deve transbordar os limites da organização dos partidos da Frente, incorporando milhares ou milhões de

não filiados a partido algum. Para isso, a forma de organização democrática, aberta à participação de pessoas dos mais diferentes segmentos da sociedade, é o Comitê Popular. Precisamos ter em vista estimular o maior número possível de pessoas e tomar a iniciativa de organizá-las, de multiplicá-las por toda a parte, criando uma presença marcante da campanha do Lula em cada canto do Brasil.

É certo que a falta de orientação e material de propaganda na escala necessária tem tolhido a realização dessa tarefa, mas o conjunto da militância precisa resgatar sua criatividade, tomar iniciativa e ajudar o Comitê Nacional a superar as dificuldades. Não é possível que a rica experiência acumulada de nossos Diretórios Regionais e Municipais fique permanentemente no aguardo de precisas e detalhadas orientações do Comitê e do DN. É necessária ousadia, criatividade e determinação dos DR's e DM's naquilo que mais sabemos: mobilizar e organizar a luta do povo. Isso é tanto mais necessário pelo fato de ingressarmos numa nova conjuntura, na qual o eixo de nossa campanha presidencial deve se voltar para a mobilização massiva. Temos de botar a campanha na rua, realizar uma ampla mobilização popular e ações políticas que nos credenciem junto ao eleitorado e ao povo como uma força política portadora de propostas e disposição para resolver os problemas do país.

A segunda fase da campanha presidencial do PT e da Frente caracteriza-se pela disputa do eleitorado. Trata-se não só de consolidar a militância e os setores influenciados pelo PT e pelos partidos da Frente, mas fundamentalmente de disputar os setores influenciados pelos outros candidatos e ganhar os indecisos, ampliando a participação e o engajamento popular em nossa campanha.

A CARA, A MARCA E OS ADVERSÁRIOS

Isso exige de nós enfrentarmos os desafios da conjuntura, definir mais precisamente a cara da nossa campanha, sua marca distintiva e adotar táticas adequadas de combate aos principais candidatos da burguesia. Embora seja claro, desde o início, que os alvos políticos de nossa campanha são a Nova República e o Governo Sarney, com sua desastrosa política econômica e social, com sua corrupção e imoralidade administrativa, também temos claro que é preciso propor uma série de políticas capazes de mudar radicalmente tal situação e, além disso, que sejam compreensíveis para as grandes massas do povo.

Tanto Collor quanto Ulysses decidiram levantar a bandeira da moralização como eixo principal de suas campanhas, apesar de não possuírem qualquer base moral para sustentá-las. O PT e os partidos da Frente, por seu turno, embora sejam os que têm as reais condições para sustentar a bandeira da moralidade, por sua coerência de combate à corrupção e aos privilégios, sabem que o que há de mais imoral em nosso país é a miséria das grandes massas da população. A moralidade administrativa é um importante ponto de nossa plataforma política e deve ter o destaque que merece, mas subordinada à nossa proposta e disposição de realizar uma profunda redistribuição de renda e liquidar a miséria, por um lado, e concentração de riqueza, por outro.

Nessas condições, a característica principal de nossa campanha deve ser social, de denúncia do contraste entre a miséria e a opulência, a pobreza e a riqueza.

Devemos criar um simbolismo que sintetize essa característica e se transforme em importante instrumento de mobilização e luta política, já que as propostas

para superar esses contrastes só podem ser viáveis dentro de um processo de luta popular, de luta pelo aprofundamento da democracia (isto é, entre outras coisas, pelo direito de reivindicar e lutar), pela elevação do salário real, pelo fim da especulação, pelo aumento do emprego, pela redistribuição das terras etc.

Obedecendo a essas linhas gerais, a segunda fase da campanha tem um plano de trabalho definido, nacionalmente articulado, que combina as viagens pelo Brasil com comícios, produção de material de propaganda e dos vídeos e programas de televisão e realização de uma campanha massiva de levantamento de recursos financeiros. As viagens temáticas serão articuladas com visitas a todas as capitais, com a criação de fatos políticos e com a defesa de nossas propostas. Devemos realizar atos massivos, convocando os jovens, os parlamentares, os negros, as mulheres, os sindicalistas, o povo do interior, educadores, trabalhadores da saúde, ecologistas e ambientalistas e outros setores da sociedade civil para debater com eles os seus problemas e os problemas do país. É importante, em especial, encontrar e debater com setores marginalizados da população.

Temos projetos alternativos de viagem. Um roteiro para o Lula, cobrindo pelo menos uma vez as capitais, os lugares temáticos mais significativos e concentrando nas principais cidades com mais de cem mil eleitores dos estados que congregam 80% do eleitorado (SP, MG, RJ, RS, BA, PR, PE). Outro, a ser coberto por intelectuais, prefeitos, parlamentares e lideranças, incluindo as cidades e lugares temáticos não visitados pelo Lula.

LUTA IDEOLÓGICA E LUTA POLÍTICA

Outro flanco político importante a ser coberto de imediato, através da formação de equipes específicas, é o da luta ideológica e política, respondendo com presteza à imprensa e, em alguns casos, movendo ações judiciais, que mostrem nossa disposição de não deixar passar impunemente os ataques e calúnias contra nosso candidato e campanha.

Embora desde o início tivéssemos em mente que o combate à nossa candidatura seria sem tréguas, não temos respondido à altura aos ataques da imprensa burguesa. Será necessário adotar uma política clara de comunicação, atingindo todos os veículos possíveis, e não deixando sem resposta qualquer ataque, por menor que seja. Isso exige de nosso setor de imprensa muita agilidade e, além disso, disposição dos nossos militantes, em particular da nossa intelectualidade, em enfrentar o embate.

A partir das diretrizes de governo, aprovadas pelo DN, e nas Bases do PAG, durante todo o primeiro semestre, a coordenação do PAG realizou todo um conjunto de atividades nos GT's, seminários, encontros que culminaram na edição da primeira versão do PAG. Distribuída para o conjunto do Partido (DN, Parlamentares e DR's), esta primeira versão deverá ser, depois de emendada pelo conjunto partidário e da realização de seminários de cada tema, ser rediscutida pelo DN em agosto. Este será o Plano de Governo que o PT levará para a Frente. Com base nele, anunciaremos o Ministério do Governo Lula e suas metas de governo.

Para viabilizar esse processo de mobilização, a Coordenação Nacional está entregando aos comitês estaduais o manual de campanha, contendo informações básicas sobre a estratégia, propaganda, finanças, imprensa e mobilização. Estão em processo de impressão: o Manual dos Comitês Populares Pró-Lula, o jornal da cam-

panha, os 13 pontos do Programa da Frente, cartazes e outros materiais (boletins, panfletos) de propaganda indispensáveis à campanha massiva. Os comitês estaduais e municipais, no entanto, devem esforçar-se para reproduzir os diversos materiais nacionais da campanha, além de produzir seu próprio material local.

À Coordenação Nacional cabe dar a orientação geral da propaganda, enviando-a para os estados através dos boletins e das cópias das artes produzidas nacionalmente. Nesse processo também joga papel importante a produção dos vídeos e fitas de áudio sobre o Lula, sobre as prefeituras populares e sobre os temas do Programa de Ação de Governo, com base nas viagens temáticas. Nesses instrumentos de propaganda deveremos incluir, além de vinhetas e *spots* com nossas principais palavras de ordem, *jingles* e músicas de campanha, mensagens especiais do Lula para os estados, para a população das prefeituras petistas e para setores sociais importantes.

A produção dos programas de televisão e rádio, que vão ao ar a partir de setembro, deve combinar o conteúdo político geral da campanha com formas estéticas, criativas e originais, que não descaracterizem aquele conteúdo. Ao mesmo tempo, através da inclusão de companheiros de diversos estados, estamos viabilizando o caráter nacional desses programas. De qualquer modo, além dessas medidas, é fundamental que os comitês estaduais e municipais viabilizem as brigadas eletrônicas e as equipes munidas de som para levar para as grandes massas da população as mensagens gravadas em vídeo e áudio.

Acima de tudo, será necessário um esforço conjunto para superar os problemas financeiros, intensificando as campanhas e as medidas para obtenção de recursos. É indispensável que toda e qualquer reunião dos comitês da campanha trate, como ponto prioritário, a questão financeira e que sejam adotadas sempre medidas concretas para realizar atos de contribuição na conta 13000-1, para designar brigadistas de finanças, para fazer com que cada filiado e simpatizante venda, pelo menos, dois bônus-tijolinho, para estimular companheiros e grupos de companheiros a realizarem jantares, festas ou outros eventos para levantamento de recursos financeiros, para coletar e transformar jornais velhos, garrafas vazias e outros materiais em recursos financeiros, e assim por diante. É essencial que todos os participantes da campanha se convençam de que a campanha Lula Presidente só poderá ser realizada se houver uma contribuição massiva de finanças.

Dentro desse plano nacional é necessário, desde agora, paralelamente ao projeto de viagens pelo Brasil, preparar, a partir de agosto, uma bateria de comícios, de modo a consolidar o caráter massivo de nossa campanha. Os comícios (cem em agosto), passeatas, carreatas e outras ações de massa devem estender-se aos meses de setembro e outubro, culminando com sete grandes comícios nas principais capitais, em novembro. O companheiro Lula, no entanto, deve dedicar-se, durante os meses de setembro e outubro, principalmente às gravações dos programas eleitorais gratuitos, participando seletivamente dos atos massivos de maior repercussão.

A hora, mais do que nunca, é de colocar a campanha do Lula nas ruas. E isso depende de cada um de nós.

Depende de nossa militância levar para a população trabalhadora a mensagem da campanha, as propostas do PAG, a decisão de que o Governo Lula terá a vontade política de enfrentar a crise, os problemas, os corruptos e os poderosos e mudar a cara do Brasil. Depende de nós dizer claramente à população brasileira que,

no governo, estamos decididos a adotar com ela as medidas de apoio à educação e à saúde, de suspensão da dívida externa, de realização da reforma agrária, de recuperação do valor dos salários, de contenção da inflação, de enfrentamento do problema da moradia, de aprofundamento da democracia.

Depende da militância de nosso partido e da Frente captar com sensibilidade o sentimento de mudanças da população, e mostrar claramente que a candidatura que corresponde a esse sentimento, por sua origem, por sua coerência, por suas propostas concretas, é a candidatura Lula. Nenhuma mudança significativa pode vir de candidatos como Ulysses, ligados à Nova República de Sarney, ou que, embora posem de modernos e acima dos partidos, como Collor, estão ligados a poderosos e são apoiados por aventureiros de todos os tipos. Ou ainda daqueles que, como Brizola, para credenciar-se junto a setores da burguesia, abandonam as reivindicações e os reclamos mais sentidos dos trabalhadores e do povo. Todo o partido, cada Diretório Municipal, Núcleo, militante ou filiado ao PT tem, portanto, a responsabilidade de colocar nas ruas a verdadeira e única esperança de mudanças, que é a candidatura Lula.

A hora é de constituir em cada cidade, bairro, local de trabalho ou estudos, Comitês Populares Pró-Lula. São esses comitês que vão garantir a vitória de nosso candidato, são eles os principais instrumentos de mobilização e organização popular da campanha. São comitês de campanha e de luta, de apoio à candidatura Lula e de defesa do povo. Por isso, ninguém precisa pedir licença para organizá-los.

RESOLUÇÃO SOBRE O 2º TURNO

O 6º Encontro Nacional do PT convoca um Encontro Nacional Extraordinário, composto pelos mesmos delegados do 6º Encontro, a ser realizado logo após o 1º turno das eleições presidenciais de novembro, a fim de discutir a tática do Partido para o 2º turno.

Fonte: PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Resoluções políticas do 6º Encontro Nacional do PT*. São Paulo: Secretaria Nacional de Comunicação do Diretório Nacional, 1989, p. 9-20.

NOTAS

¹ O 6º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores ocorreu de 16 a 18 de junho de 1989 e foi realizado nas dependências do Colégio Caetano de Campos, em São Paulo. Nele estiveram presentes 543 delegados, representando 25 estados. (N. E.)

² O texto refere-se às tentativas infrutíferas de adoção do sistema parlamentarista, via reforma da Constituição de 1988, que foram apresentadas antes das eleições de 1989. (N. E.)

³ A Medida Provisória 50, de 27 de abril de 1989, tratava sobre o exercício do direito de greve, definia as atividades essenciais e regulava o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, a qual foi alterada posteriormente pela Medida Provisória 59, de 26 de maio de 1989. (N. E.)

⁴ Governadores, alguns senadores e prefeitos de capitais e de cidades consideradas como sendo de “segurança nacional” eram investidos mediante a ausência de sufrá-

gio universal e cujo parâmetro para escolha era a sanção das autoridades de Brasília à época da ditadura implantada em 1964, e eram pejorativamente conhecidos como “biônicos”, em alusão a um seriado televisivo norte-americano. (N. E.)

⁵ Carlos Andrés Pérez Rodríguez (1922-2010), advogado e político, foi parlamentar, ministro de Relações Exteriores e presidente da Venezuela por duas vezes (1974-1979, 1989-1993). Ao contrário do que ocorrera em seu primeiro mandato, onde a abundância de recursos oriundos do petróleo, cuja indústria foi por ele nacionalizada, o seu segundo período presidencial foi marcado, de um lado, por escândalos de corrupção – os quais levaram ao seu *impeachment* em 1993 – e, de outro, intensos protestos populares, provocados por suas políticas de austeridade fiscal, as quais produziram o Caracazo, revolta ocorrida em fevereiro de 1989, duramente reprimida por forças policiais e pelo Exército e que resultaram em um número ainda hoje desconhecido de mortos. (N. E.)

⁶ Roberto Marinho (1904-2003). Jornalista e empresário. Com 21 anos, assumiu o diário *O Globo* em 1925, fundado por seu pai Irineu Marinho, o qual faleceu pouco menos de um mês após o início da publicação do jornal. O jornal passou a refletir as posições pessoais de Roberto Marinho, tomando orientação reacionária e anti-comunista. A partir de meados dos anos 1940, com a inauguração da Rádio Globo, Roberto Marinho passou a erigir um verdadeiro império na área das comunicações, que resultou na mais poderosa rede de empresas brasileiras de comunicação do final do século passado. (N. E.)

p) SÓ FALTAM TRÊS MESES¹

Luiz Inácio Lula da Silva

O fato de estarmos aqui hoje significa que alguém, antes de nós, brigou para que estivéssemos aqui. Muitos de vocês dedicaram parte da vida para que este dia acontecesse. Alguns foram torturados, alguns foram presos, e alguns não tiveram o direito de viver este momento. Mas tudo isso possibilitou o dia de hoje. Possibilitou que nós pudéssemos, com acertos ou com erros, viver este Encontro memorável. Este Encontro em que a virtude não é o Lula ser candidato a presidente. A virtude é a gente poder dizer que a classe operária brasileira tomou uma consciência muito maior do que a consciência de produzir: a consciência de mandar neste país.

Nós temos de dizer, em bom som, que o nosso Encontro não é apenas um Encontro de lançamento de um candidato à Presidência da República. Mas é sobretudo um Encontro que vem, publicamente, não deixar dúvidas de que o socialismo que nós queremos construir não passa pela repressão que vimos acontecer com os estudantes chineses que queriam pura e simplesmente liberdade. E que o socialismo que nós queremos é o socialismo democrático. É um socialismo que pressupõe as pessoas terem o direito de ser oposição.

Esta noite não é uma noite comum. É uma noite que ficará marcada em nossas vidas. Eu gostaria de dedicá-la não a vocês que estão vivos aqui junto comigo – ainda temos muita coisa para enfrentar. Eu gostaria de dedicar este lançamento de minha candidatura a companheiros como Carlos Marighella e Lamarca, que não puderam estar conosco aqui, nesta noite.

Todos sabem perfeitamente bem que uma vitória da Frente Brasil Popular significa em primeiro lugar o rompimento do pagamento da dívida externa, porque não vamos matar nosso povo de fome para encher a barriga dos banqueiros norte-americanos ou dos banqueiros europeus. Precisamos ter claro que a anistia está longe de acontecer no Brasil. É bem verdade que alguns companheiros saíram da cadeia e que muitos recuperaram seus direitos de cidadãos. Mas a verdade nua e crua é que a grande maioria do nosso povo ainda não foi anistiada. A anistia só vai acontecer neste país quando a gente acabar com 31 milhões de analfabetos, dando a eles condições de estudar. E quando a gente acabar com o salário-mínimo miserável, que hoje é de 84 cruzados e que não dá para suprir as necessidades mínimas da classe trabalhadora. A anistia para a classe trabalhadora brasileira só virá a acontecer quando cada cidadão tiver o direito à educação, à saúde, ao salário, à sociedade justa e igualitária.

A burguesia não pode se enganar com a gente. Tampouco podemos permitir que a burguesia acredite em falsas promessas como a “mentira Collor”. A mentira Collor é a mesma mentira da revolução de 64. É a mesma mentira do fundo de garantia em 66. É a mesma mentira do Funrural² em 70. É a mesma mentira da Nova República em 85, do Plano Cruzado em 86. É a mesma mentira do Plano Verão, a mesma do Plano Bresser.

Nós, enquanto cidadãos da esquerda, enquanto pessoas comprometidas com a luta deste povo, temos de assumir a responsabilidade, a tarefa, o compromisso de

não permitir que mais uma vez o nosso povo receba as informações inadequadas. Teremos de nos transformar no rádio, na televisão, no jornal, no meio de comunicação que a sociedade não tem, para podermos enfrentar a avalanche de denúncias que vem contra o Partido dos Trabalhadores.

Por que hoje criticam Olívio Dutra? Por que hoje criticam a companheira Erundina? Ora, eles não criticam a Erundina porque ela é má administradora. Eles criticam a Erundina porque comparam ela ao Jânio Quadros. Ele fazia uma administração em São Paulo para apenas um milhão de pessoas que moravam no centro e ela faz uma administração para 12 milhões de pessoas que vivem, em sua grande maioria, na periferia da cidade. Criticam o Olívio Dutra porque ele teve coragem de intervir nas empresas. Criticam outros prefeitos do PT porque tiveram coragem de dizer que o jeito que a cidade estava sendo administrada não era correto.

Estamos diante de um quadro extraordinário, aonde, do ponto de vista da intelectualidade, do ponto de vista da sociologia, operário só poderia chegar à Presidência da República através da luta armada, e eu vou chegar pelas eleições de 15 de novembro de 1989.

É importante saber que nós vamos chegar lá sem um discurso ambíguo. E vocês sabem que foi importante essa nossa queda nas pesquisas, porque tinha companheiro achando que a gente já estava lá. Nós começamos a perceber que as coisas são mais difíceis do que a gente imagina e que não basta ser o melhor candidato, não basta o melhor discurso, o melhor programa, ter os melhores aliados, o melhor vice, ou a melhor militância. É preciso que a gente tenha competência para fazer política. É preciso que a gente saiba como utilizar todo esse potencial extraordinário que a gente tem como militância para conseguir ganhar as eleições. O que está faltando na esquerda brasileira? O que está faltando em cada um de nós para conseguirmos convencer a massa despolitizada que somos os defensores dela? Qual é a informação que a massa recebe? É a informação da Globo, do desenho animado, do *Jornal Nacional*, da novela, é a informação que a classe dominante tenta passar 24 horas por dia para corroer e corromper ideologicamente a dona de casa, o jovem e o pobre do trabalhador que sai da fábrica.

E nós? Nós não nos deixamos seduzir pelo canto da sereia, e aí lançamos um candidato operário e ficamos tentando agradar a classe média alta, o pequeno e o médio empresário, em detrimento de um discurso aprimorado para poder politizar aqueles que são na verdade quem nós queremos representar. Quem é que efetivamente pode falar a linguagem da classe trabalhadora senão a Frente Brasil Popular, senão o Partido dos Trabalhadores; falar a linguagem dos desdentados, dos descalços, dos marginalizados, dos sem emprego? Quem, mais do que nós, pode falar a linguagem daqueles que não têm direito à tribuna, que não têm direito sequer a acreditar que está morrendo de fome: E quem mais do que nós pode representar os marginais das palafitas do Maranhão, dos alagados de Salvador, das favelas de Recife, dos morros do Rio de Janeiro e das favelas de São Paulo? Quem mais do que nós pode representar os famintos do Vale do Jequitinhonha e os índios que vivem na Amazônia? Quem mais do que nós pode questionar este governo, esta política econômica? E quem mais do que nós pode falar em nome dos oprimidos deste país?

É por isso, companheiros, que eu acho que a possibilidade de ganhar não é mais nem menos, é total e absoluta.

Mário Covas, Collor, Afif, Ulysses querem representar a classe média alta, e quem é que quer representar os miseráveis que amanhã vão cobrar? Somos nós da FBP. E somente nós poderemos falar em nome deles.

Nós não podemos vacilar sobre qual é o povo que está do nosso lado. Quem está junto com a gente é um setor da classe média comprometido com a luta da esquerda, um setor da intelectualidade comprometido com a luta da classe trabalhadora. Mas, sobretudo, quem está comprometido com a gente é a classe trabalhadora.

Nós, da FBP, vamos defender como ninguém a ecologia neste país. Vamos brigar pela preservação do meio ambiente, pela preservação da nossa fauna e da nossa floresta. Mas, sobretudo, queremos dizer à classe dominante que nós vamos brigar pela preservação desse animal chamado ser humano, porque no terceiro mundo esse é o principal animal em extinção.

Faltam apenas quatro meses para as eleições. É esse o tempo que a gente tem para fazer o que não fizemos em quatro séculos. Quatro meses em que cada um de nós vai ter de dedicar 24 horas por dia.

Eu queria terminar dizendo para vocês uma única coisa: estou convencido de que nós podemos chegar lá. Companheiros, vamos, a partir deste Encontro, ter em conta que os nossos adversários não são nenhuma corrente interna deste partido, o nosso adversário agora é a classe dominante. Estou pedindo a vocês quatro meses de tregua. Quatro meses em que a bala que a gente tem na arma seja apontada para o nosso adversário. Se vocês fizerem isso a gente vai ganhar esta eleição, e no dia 15 de novembro nós vamos poder garantir a participação do PT e da FBP no segundo turno. Até a vitória, se Deus quiser.

Fonte: *Boletim Nacional*, n. 46. São Paulo, jul./ago. 1989, p. 8.

NOTAS

¹ Resumo do discurso de Lula no encerramento do 6º Encontro Nacional do PT.

² O Funrural era a sigla de Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural, a quem cabia executar o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (Prorural), instituído pela Lei Complementar 11, de 25 de maio de 1971, o qual deveria prestar benefícios de aposentadoria por velhice; aposentadoria por invalidez; pensão; auxílio-funeral; serviço de saúde; e serviço social ao trabalhador rural e seus dependentes. (N. E.)

q) AS RAZÕES DO PT NA ESCOLHA DO VICE

A escolha do candidato a vice-presidência na chapa da Frente Brasil Popular foi, ao mesmo tempo, o momento mais tensionante das relações entre os partidos e o mais polêmico no interior do próprio PT. A reconstituição do processo de escolha do candidato a vice é fundamental para entender a coerência dos vários posicionamentos adotados pelo PT.

A escolha do candidato a vice foi desde o início polêmica: o PV propunha o nome de Fernando Gabeira para vice; o PSB não abria mão de indicar um nome entre os seus candidatos (de início o presidente do partido Jamil Haddad, depois, o filólogo Antonio Houaiss); o PCdoB inclinava-se para o apoio à candidatura do PSB. O PT havia decidido em reunião do Diretório Nacional realizada em fevereiro que o candidato a vice deveria ser preferencialmente escolhido fora dos quadros do partido.

Às divergências em relação à candidatura do vice, agregava-se outra dificuldade: de como decidir. A atribuição de um voto a cada um dos partidos não resolvia o impasse. O PV levantou a proposta de que fosse feita uma prévia entre os filiados dos quatro partidos, mas esta proposta não foi aceita pelo PCdoB e PSB.

No interior do PT havia correntes de opinião em favor da indicação de um nome próprio do partido, seja Benedita da Silva, seja Paulo Freire¹ ou o presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Xapuri, Júlio Barbosa.

O RISCO

O impasse passou, a partir de certo momento, a colocar em risco a própria existência da Frente Brasil Popular. Neste quadro, os encaminhamentos do PT foram todo o tempo voltados para garantir a unidade da Frente, escolhendo um candidato à vice que também satisfizesse os critérios políticos definidos e trouxesse uma ampliação da candidatura Lula.

Esta orientação do PT não apenas estava de acordo com as posições do partido definidas no 5º Encontro Nacional. A fratura da Frente Brasil Popular seria explorada e amplificada pelos nossos inimigos políticos como mais uma evidência que a esquerda não consegue jamais se unir, tem a vocação da divisão. Sua permanência, pelo contrário, traria outras forças militantes para a candidatura Lula, ampliaria a sua capacidade de atração, servindo de contraponto à fragmentação das candidaturas burguesas nas eleições.

O 6º ENCONTRO

A partir da avaliação de que nem o nome de Gabeira nem o de Houaiss construíam o consenso entre os partidos da Frente, o Diretório Nacional do PT decidiu em maio submeter à apreciação da Frente quatro nomes petistas de inegável inserção e representatividade: a deputada Benedita da Silva, o deputado Virgílio Guimarães, o educador Paulo Freire, o engenheiro Jorge Bittar. Estes nomes, porém, não foram aceitos pelo PSB, PCdoB e pelo PV.

Neste quadro, o 6º Encontro adotou uma resolução que continha as seguintes decisões:

- a) Aprovou a constituição da Frente Brasil Popular, com o voto de mais de 95% dos delegados;
- b) Apoio à decisão do Diretório Nacional de que o candidato a vice deveria ser de fora do PT, por mais de dois terços dos delegados ao Encontro;
- c) Rejeição da proposta da realização de uma prévia ou consulta, por cerca de 90% dos delegados;
- d) Aprovação de uma resolução que “submete aos partidos da Frente, como nome preferencial do PT e candidato indicativo à vice-presidência, o companheiro Fernando Gabeira, do PV”. A resolução manifestava a disposição de chegar à unidade com a candidatura de Gabeira ou com outro nome que atendesse os critérios políticos da Frente, concedendo mandato pleno ao Diretório Nacional para conduzir as conversações com a Frente Brasil Popular.

A DECISÃO DO DIRETÓRIO

Logo após o Encontro Nacional, a decisão indicativa do 6º Encontro em favor de Gabeira foi criticada por setores do PT que a viam como uma opção pelo “gueto político”. Para estes setores, as questões ecológica, sexual, comportamental são minoritárias na sociedade. O preconceito social contra Gabeira isolaria a candidatura Lula.

Ao mesmo tempo, o PT levou à apreciação dos partidos da Frente a decisão do 6º Encontro. Tanto o PSB e o PCdoB reiteraram de forma explícita a sua não concordância com a indicação de Fernando Gabeira, acenando com o rompimento da Frente Brasil Popular.

A candidatura de José Paulo Bisol surge neste intervalo. Ele sai do PSDB, filia-se ao PSB e ingressa na Frente Brasil Popular e é proposto para candidato a vice, lançado pelo PCdoB e pelo próprio PSB.

É neste contexto que se reúne o Diretório Nacional do PT, mandatado pelo 6º Encontro, para tomar uma decisão final do partido sobre a escolha do candidato a vice. Por 44 votos a 16 votos, o Diretório Nacional tomou a resolução com o seguinte conteúdo:

“Reitera que a Frente Brasil Popular tem um sentido estratégico, voltado para a construção do socialismo e que sua manutenção, fortalecimento e ampliação são fundamentais para a eleição de um governo encabeçado pelo companheiro Lula.

Aceita a indicação feita pelo PCdoB e PSB do nome do senador Bisol. A indicação preenche os critérios estabelecidos pelo 6º Encontro: compromisso com o programa da Frente Brasil Popular, com a linha da campanha, com o caráter do governo; identidade com o campo político que pretendemos consolidar; capacidade de ampliação; representatividade social.

Entende que a presença do PV na Frente Brasil Popular é indispensável para a manutenção de seu caráter e dos seus objetivos. Ao adotar esta resolução, o Diretório Nacional se dirige à direção do PV, particularmente ao companheiro Fernando Gabeira, reafirmando a identidade de pontos de vista do PT com o PV a respeito da orientação da campanha e sobre o caráter do governo de Lula.”

A grande maioria de opiniões expressa na reunião do Diretório Nacional confirmou assim o método e as posições que o partido vinha adotando desde o início para a escolha do candidato a vice.

NOTA

¹ Paulo Reglus Neves Freire (1921-1997), educador. No início da década de 1960 foi um dos fundadores do Movimento de Cultura Popular de Recife. Seu inovador método de alfabetização – conhecido como Método Paulo Freire – envolve não apenas a leitura da palavra, mas também a leitura do mundo e, como resultado, o desenvolvimento da consciência crítica. Esta leva as pessoas a questionarem a natureza da sua situação social, e elas passam a se ver como sujeitos na construção de uma sociedade democrática. Em 1963 foi nomeado pelo governador de Pernambuco, Miguel Arraes, membro do Conselho Estadual de Educação. Em 1964 encontrava-se em Brasília, envolvido no Programa Nacional de Alfabetização, quando ocorreu o golpe de Estado que depôs o presidente João Goulart. Imediatamente foi afastado do Conselho Estadual de Educação. Considerado subversivo pelos militares, Freire foi preso logo após o golpe, permanecendo detido por 72 dias. Depois de liberado, deixou o país, retornando em 1980. Nesse mesmo ano, foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT) e passou a lecionar na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e na Universidade de Campinas, onde permaneceria até 1990. Secretário de Educação do município de São Paulo na gestão da prefeita Luiza Erundina, do PT, entre 1989 e 1991. Em 1991 foi criado em São Paulo o Instituto Paulo Freire. Reconhecido mundialmente, recebeu por seu trabalho diversos prêmios e homenagens. (N. E.)

r) NOTA DA COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL

Reunida em São Paulo, dia 28 de agosto, com participação do companheiro Lula, a Comissão Executiva Nacional, diante da gravidade do momento político atual, decidiu se dirigir diretamente à militância do PT para convocá-la a uma reflexão sobre a situação do partido, das administrações, da luta social e da disputa eleitoral. A partir desta avaliação política, orienta os militantes a reverterem a campanha eleitoral e a retomarem a iniciativa política.

Chegou a hora de o PT, de sua direção, das lideranças e de toda a militância darem uma resposta aos ataques, romperem o cerco e a barragem ofensiva das elites contra nosso partido, nossas administrações e a candidatura Lula. Só depende de nossa vontade política e de nossa capacidade de luta. Como em outros momentos da história do PT e da luta de nosso povo, vamos vencer mais este desafio.

AValiação DO MOMENTO POLÍTICO ELEITORAL

Ao contrário do primeiro quadrimestre quando a direita e, particularmente, as elites dominantes estavam na defensiva e nós na ofensiva, o quadro hoje se inverteu. Anteriormente dividida no plano eleitoral e político-partidário, a centro-direita, conseguiu a unificação dos grupos econômicos, dos meios de comunicação e mesmo da classe política dominante (maioria do PFL, PDS, parte do PMDB e PTB) em torno da candidatura Collor de Mello.

É verdade que persistem as candidaturas de Maluf, Ulysses, Afif, Aureliano e Caiado, mas é em torno de Collor que a classe política dominante, os grupos econômicos e os meios de comunicação se unificaram.

No plano econômico e das lutas sociais também o quadro é outro. Passamos de um agravamento da situação econômica e de um crescente movimento grevista, o maior da história do país, para uma situação de equilíbrio instável, no qual o governo e o empresariado se mobilizaram para estabilizar a economia e adiar para depois de 15 de novembro o ajuste inevitável. Não só o governo aprovou uma nova política salarial, como adotou providências para renegociar a dívida externa e retomar a produção em alguns setores. O governo e o empresariado desencadearam uma verdadeira operação de guerra contra o movimento sindical: uma campanha antigreves, seguida de repressão e atentados, culminando com a nova política salarial, que, embora mantenha o arrocho, cria uma ilusão monetária graças ao aumento mensal com base no IPC.

Vitorioso o PT nas eleições de 1988, nossos prefeitos tomaram posse sob uma grande expectativa, ao mesmo tempo em que a candidatura Lula, no início do ano, ponteeava as pesquisas eleitorais.

As elites dominantes, escaldadas pelas lições de 1985 e 1988, logo se deram conta do risco que corriam na disputa presidencial. Desencadearam então uma grande ofensiva contra nosso partido, contra suas administrações e contra o movimento sindical, ao mesmo tempo em que retomavam a iniciativa no terreno ideológico.

Nos últimos meses, colocaram-se no centro da disputa ideológica e política duas questões vitais para o PT: o socialismo e nossa capacidade de ser governo. Todos os meios de comunicação e toda a ação política de direita se voltaram para o debate sobre o papel do Estado e do mercado, para fazer a defesa do neoliberalismo.

Nossas prefeituras, particularmente a de São Paulo, passaram a ser o centro de todo noticiário, foram cercadas e boicotadas pelos governos federal e estadual. Além disso, são apresentadas como incompetentes, incoerentes com o programa do PT, como se estivessem fraudando nosso compromisso com os trabalhadores. Mais do que o eleitorado e a base social, nossa militância sofreu o impacto da campanha contra nossas administrações, que enfrentam dificuldades, cometem erros e há divergências entre o partido e os prefeitos e vice-versa sobre questões importantes, como a política de transportes e a relação partido *versus* administração.

A própria crise do socialismo, particularmente os acontecimentos na China e na URSS, Polônia e Hungria¹, contribuiu para consolidar o discurso neoliberal e privatizante na disputa presidencial, colocando na defensiva nosso partido, que sempre foi identificado com o socialismo pelo eleitorado e pelos trabalhadores.

No plano interno, o PT sofre o impacto desta ofensiva das elites, tendo dificuldades para dirigir e atuar ao mesmo tempo em diferentes frentes de luta: campanha presidencial, construção partidária, atuação parlamentar (Constituinte Estadual e Lei Orgânica dos Municípios), frente sindical, popular e, particularmente, nas prefeituras.

As exigências políticas colocadas para o partido este ano, principalmente a campanha presidencial e o governo de 32 cidades, pesaram sobre nossa estrutura e se refletiram na direção política nacional da campanha e do partido.

A DISPUTA PRESIDENCIAL E O PT

Para a Comissão Executiva Nacional, o que está em disputa não é uma simples eleição e nem apenas a Presidência da República, mas sim nosso projeto político e o futuro da classe trabalhadora.

Para as elites dominantes, não se trata apenas de vencer as eleições, mas também de impor sua ideologia, derrotar nosso ideário socialista. A ação política da direita visa eleger um governo que ajuste a economia brasileira a partir de seus interesses, contra o povo e a classe trabalhadora.

A política das classes dominantes vai no sentido de inviabilizar a consolidação do PT como partido socialista e da classe trabalhadora. Ao atacar nossas administrações municipais, tenta comprometer a imagem e a credibilidade do PT na ocupação de espaços institucionais, remetendo-nos de volta à atuação reivindicatória e social exclusiva, sem articulação com o institucional – o que despolitiza o movimento social e o mantém no nível corporativo.

Nesse sentido, é enorme o preço político e social que os trabalhadores, o povo e o PT em particular, podem pagar com uma vitória da direita.

RETOMAR A INICIATIVA POLÍTICA. COMEÇOU A VIRADA

Frente a esta situação política, a CEN decidiu que todo o partido deve priorizar a campanha eleitoral, deve redefinir tarefas e concentrar recursos materiais e humanos na campanha.

*Priorizar a campanha – Organizar as direções –
Articular as lutas sociais e parlamentar*

Em primeiro lugar, as direções, parlamentares e lideranças sindicais e popu-

lares devem dar o exemplo: dirigir e organizar a campanha, ir para as mobilizações, colocar em segundo plano e em ritmo menor outras tarefas e frentes de atuação, articular a luta social e parlamentar com a disputa presidencial.

Nossos dirigentes e parlamentares devem articular suas atuações com a disputa presidencial. Nossos parlamentares não podem absolutizar a atuação nas Constituintes e devemos adiar o início da elaboração das Leis Orgânicas para depois de 17 de dezembro.

Priorizar a mobilização – Organizar comitês – Ir para a rua

Nessa fase da campanha eleitoral, com o início do horário gratuito, a prioridade é para a mobilização e a campanha de rua sem o candidato. Não é mais possível continuar exigindo a presença do candidato como condição para ter campanha. Chegou a hora de intensificar a campanha nas ruas, portas de fábricas, escolas, postos de saúde, pontos de ônibus, bater de casa em casa.

Para tanto, as coordenações devem reproduzir e garantir material de propaganda e devem organizar eventos e fatos políticos a nível regional, estadual e nacional. Numa eleição solteira, esta é a única maneira de superar a ausência de candidatos intermediários e do próprio companheiro Lula.

Retomar a iniciativa na luta social

Para viabilizar a mobilização eleitoral, devemos articular a luta social com a disputa presidencial. Nosso papel é colocar na ordem do dia e mobilizar as lutas sindicais, populares, agrária, estudantil, do negro, da mulher, índio, ecológica, dos deficientes, explicitando os conflitos, vamos obrigar o governo e os candidatos a se posicionarem frente às propostas e reivindicações do movimento social.

Para atingir este objetivo, decidimos articular e estimular uma plenária nacional, prevista para o dia 30 de setembro em São Paulo, com lideranças e dirigentes do movimento sindical, popular, agrária, estudantil e dos movimentos sociais, a fim de estabelecer um plano de lutas e uma plataforma de defesa da economia popular.

Orientar e defender as administrações petistas

Não podemos aceitar a municipalização de uma disputa eleitoral que é nacional. Temos de denunciar o cerco e a campanha contra nossas prefeituras, orientando-as a adotar iniciativas políticas, opondo-se ainda ao governo federal.

Há uma exploração eleitoreira em torno de nossas prefeituras. Nosso papel é difundir suas realizações políticas e administrativas. Nesse sentido, é necessário aumentar o nível de informação de nossos militantes. Um *Boletim Nacional* extra sobre as prefeituras está sendo elaborado e deverá chegar aos diretórios até o final de setembro.

Independente de nossos erros e insuficiências nas prefeituras, elas têm a marca petista, o perfil popular e democrático, apesar da herança de fraude, de corrupção e da pressão e chantagem dos governos estaduais e federal.

Criar fatos políticos

É urgente criar fatos políticos que identifiquem nosso programa e o caráter de nossa candidatura, ao mesmo tempo em que denunciem a situação do país e a responsabilidade das elites.

Devemos articular a mobilização, o horário gratuito com a criação de fatos políticos a nível nacional – o que leva a reestruturar a agenda do companheiro Lula.

Fatos políticos para terem eficácia precisam ser repercutidos pelos parlamentares, lideranças sindicais e populares e pelos comitês em todo o Brasil.

Assim, nos próximos 60 dias, com apoio no horário gratuito, vamos destacar pontos de nosso Programa a partir da criação de fatos políticos.

Reorganizar a agenda

A agenda do companheiro Lula está sendo reformulada, inclusive com o cancelamento da caravana de Garanhuns a São Paulo – para priorizar as grandes mobilizações, a criação de fatos políticos, os debates e a elaboração do programa de rádio e televisão.

Esta decisão será acompanhada da organização da agenda do vice, companheiro Bisol, e de caravanas, de deputados e lideranças da Frente Brasil Popular em todos os estados e a nível nacional.

Radio e televisão

Nosso programa de rádio e TV será o principal instrumento para a virada da campanha.

A direção da campanha e a CEN estão dando prioridade à sua produção e, principalmente, à linha política do programa.

Com base no horário gratuito vamos denunciar a situação do país, apresentar nossas propostas, defender as prefeituras, articular e estimular as lutas sociais e contrapor ao projeto neoliberal nossa proposta democrático-popular articulada com o socialismo.

Criativo e ofensivo, o programa falará para a classe trabalhadora e apresentará nosso candidato, a FBP, sua história de lutas e nossos compromissos.

Apesar desses objetivos centrais, será um instrumento para a mobilização, os eventos, as finanças e para estimular a militância.

Comício do dia 17/9 em São Paulo

A CEN chama todo o partido para a virada na campanha e considera o comício do dia 17 de setembro em São Paulo como comício nacional da arrancada para a vitória.

Vamos encher a Praça da Sé, em São Paulo, vamos retomar a luta do povo por mudanças.

Virar o jogo

É preciso compreender o desafio que está colocado para todos os petistas de reverter o sentimento de apatia e frustração que as elites querem impor ao povo. Cabe ao PT resgatar as lutas históricas de nosso povo, reviver sua memória, ser um catalisador da energia popular.

As elites fracassaram e colocaram o país na iminência de uma grande crise nacional. No entanto, manipulando o sentimento popular, querem convencer o povo de que têm competência para governar o país e tirá-lo da atual crise moral e política.

O partido não pode aceitar a discussão sobre o 2º turno nem deve se deixar abalar por pesquisas. Este comportamento nos teria levado à derrota em 1988. Muito menos, não podemos nos intimidar com atentados ou ameaças, tampouco é o caso de cairmos no internismo; aqueles que nos atacam de dentro do PT devem ser repudiados. A direita quer nos impor uma dinâmica internista e nos manter na defensiva, daí a exploração “da crise interna do PT” e os atentados.

É chegado o momento de virar o jogo. Vamos buscar em nossa história de luta, no sonho petista, a força para vencer.

Acreditar na vitória, retomar a utopia socialista.

BRASIL URGENTE, LULA PRESIDENTE!

São Paulo, 29 de agosto de 1989.

COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL

Fonte: Original mimeografado, 6 p. Acervo do CSBH-FPA.

NOTA

¹ O texto se refere a episódios que ocorreram nesses países, como o restabelecimento do pluripartidarismo, liberdade de reunião, liberdade sindical, liberdade de imprensa, e que foram significativos para a dissolução da União Soviética e dos regimes socialistas existentes na Europa do Leste. Na China trata-se das manifestações que ocorreram entre os dias 15 de abril e 4 de junho de 1989. Os protestos ocorriam nas ruas de Pequim. O governo chinês decidiu suprimir os protestos pela força. Em 20 de maio, o governo declarou a lei marcial e, na noite de 3 de junho, enviou os tanques e a infantaria do Exército à praça de Tiananmen (Praça da Paz Celestial), que resultaram em um grande e indeterminado número de mortos e feridos. (N. E.)

s) DA ALIANÇA À SOLIDARIEDADE

Florestan Fernandes¹

Os trabalhadores e seus partidos (anarquistas, comunistas ou socialistas) podem empenhar-se em “políticas de frente” em várias circunstâncias. Operando com uma dicotomia (isto é, empobrecendo a análise), podemos mencionar dois extremos. No primeiro, os trabalhadores se acham em uma posição de debilidade insuperável. Têm de recorrer à conciliação com forças sociais burguesas, porque sua situação de classe é incipiente. Para jogar algum papel nos processos políticos, se veem compelidos a aliar-se com alguma fração da burguesia e a defender seus próprios interesses envolvendo-se nas lutas intestinas dos setores capitalistas. É o que Marx e Engels caracterizam, no *Manifesto Comunista*, como “cauda” do movimento burguês. A mesma técnica pode ser aplicada com outros fins. Mas no Brasil e na América Latina foi essa orientação que prevaleceu de forma prolongada, deteriorando a capacidade de luta política dos trabalhadores e reforçando o monopólio capitalista do poder especificamente político.

O segundo extremo surge com o desenvolvimento e o fortalecimento das classes trabalhadoras no campo e nas cidades (ou apenas nestas). Esse processo histórico-social não é produto só da urbanização e da industrialização. Ele também depende da modernização do complexo institucional de organização e de luta econômica, cultural e política que elas atingem. A maturação de certas instituições básicas (como o sindicato, o partido político estruturado nos interesses de classe dos trabalhadores, organizações culturais próprias etc.) exige algum tempo. Em função da aceleração do desenvolvimento capitalista, países de origem colonial – especialmente os que se formaram através do modo de produção escravista – contaram com um Estado senhorial e escravista “democrático”, que interiorizou o colonialismo, e se submetem depois da Independência à dominação externa neocolonial (dominação indireta) e mais tarde à dominação externa dependente (desenvolvimento capitalista associado) – a formação do *trabalho livre* como categoria histórica é demorada e oscilante. Ela pode durar três décadas, meio século ou permanecer flutuante e indefinida. Nas melhores condições conhecidas, essa alteração transcorreu de trinta a cinquenta anos após a desagregação do escravismo. Porém, só demonstrou plena vitalidade posteriormente. Os trabalhadores acabaram se impondo como um polo histórico alternativo de pressão radical e servindo como a ponta-de-lança para a agregação de diversas forças sociais (proletárias; no campo; pequeno-burguesas; setores de classes médias descontentes; e até certas facções burguesas nacionalistas e antiimperialistas). A lógica política é simples. A vanguarda mais radical (os trabalhadores) configura-se como a força política decisiva, mesmo que suas reivindicações se detenham, por tática ou por imposição histórica, nos limites da “revolução dentro da ordem”.

Vários países que no século XIX faziam parte da periferia da Europa fornecem exemplos para o estudo da última probabilidade da dicotomia. É claro que ela não se confunde com a conquista do poder como coroamento do crescimento numérico e organizativo de magnitude nacional e grau de consciência socialista revolucionária das classes trabalhadoras. Mas exemplifica como e por que a burguesia, ao tornar-se classe

dominante conservadora e reacionária, sente-se incapacitada de bloquear a revolução social que se encadeia à desintegração do antigo regime e ao advento do capitalismo em sua configuração industrial e financeira. As transformações procedem de cima para baixo. Contudo, as forças históricas que as provocam pressionam de baixo para cima. Se a vontade “esclarecida” dos governantes prevalecesse, a inércia social seria a resposta da grande burguesia e a acumulação de capital não seria perturbada por nenhuma espécie de concessão. Os trabalhadores infundem vida e impulso criativo às contradições da estrutura e dos dinamismos do modo de produção capitalista, da sociedade civil burguesa (forçando-a a civilizar-se gradativamente ou aos saltos) e do Estado capitalista “liberal”, cujo despotismo acaba contido dentro de limites que sempre traduzem a capacidade de confronto econômico e político das classes em presença (o proletariado, a grande burguesia e os chamados “estratos intermediários”).

Não obstante, o melhor exemplo no pensamento socialista é a Rússia. Dentro e fora do POSDR (Partido Operário Social-Democrata Russo), os ativistas tomaram a revolução burguesa como o protótipo da “revolução russa” ou da “nossa revolução”. Foi preciso o teste de 1905 para tornar-se explícito que a burguesia russa temia mais o imprevisível, que se delineava diante de um aliado tão “perigoso” quanto as classes trabalhadoras, e que era melhor para ela acomodar-se à opressão da autocracia do czar, da nobreza e da burocracia (adocicada com privilégios e concessões valiosas). Isso não impediu que os trabalhadores, seus partidos e aliados lutassem pelo aprofundamento da revolução burguesa, para realizar conquistas imediatas e para preparar a liquidação do Estado autocrático e de suas práticas terroristas. O alvo central consistia, pois, na auto-emancipação dos trabalhadores e na criação de um regime político democrático, no qual as classes trabalhadoras dispusessem de espaço histórico para conquistar e estender, em várias direções, lutas econômicas, sociais e políticas, que tivessem como eixo a situação de interesses e os valores sociais do proletariado. A fermentação que conduziu à derrubada do czar e à fundação da Assembleia Nacional evidencia as múltiplas composições de classe que subiam à tona, como “alianças entre partidos” e como uma compulsão extremamente forte da “revolução dentro da ordem”.

No Brasil de hoje estamos enfrentando uma situação histórica que evoca, simultaneamente, as duas revoluções da Rússia (a que malogrou, em 1905; e a que confundia a derrocada do czarismo com a ascensão da burguesia como classe dominante e revolucionária, em fevereiro de 1917). O golpe de Estado de 1964 abriu a rota para o “desenvolvimento econômico acelerado”. O setor militar tomou como meta a estabilidade política a qualquer preço, oferecendo ao grande capital estrangeiro e nacional uma oportunidade histórica única, de exploração intensiva de mão de obra barata, de apropriação devastadora de recursos naturais pilhados de forma colonial, de financiamento público ou sob a responsabilidade do Estado de uma vasta infraestrutura à implantação do modo de produção capitalista monopolista (ou oligopolista), de modernização controlada a distância de todo o complexo institucional imposto pela incorporação do Brasil à economia internacional, de sufocação do nacionalismo, da revolução democrática e do protesto social, de absorção e tolerância de práticas econômicas e financeiras de significado colonial e de consequências ultraespoliativas, de nacionalização de grandes corporações internacionais e de desnacionalização de empresas nacionais viáveis, ou estratégicas, para a “autonomização”

do desenvolvimento capitalista etc. Em suma, a ditadura garantiu *mudança social sem revolução* ao capitalismo selvagem da periferia e às aspirações de capitalismo sem risco da burguesia brasileira.

Foi nesse contexto que as classes trabalhadoras romperam o cerco de sua marginalização e repressão sistemática. O sonho do “desenvolvimento econômico acelerado” converteu-se em pesadelo. Catorze anos depois do golpe de Estado, os trabalhadores dão uma resposta coletiva à situação global, renegando ao mesmo tempo a ditadura, a burguesia associada e o terrorismo de Estado como veículo de “defesa da ordem”. A partir dessa data, as classes trabalhadoras começam a libertar-se da condição convencional de “cauda política da burguesia” e marcham em direções inovadoras, buscando organizar-se em sindicatos e em centrais operárias independentes, em partidos centrípetos, que gravitam em torno dos interesses e das aspirações do proletariado e dos oprimidos. Manifestam-se como uma força social com esfera própria na luta pelo poder (ainda não pela *conquista direta do poder*, apenas pela democratização da empresa, da sociedade civil e do Estado). Emergiam, pois, como um núcleo de atração de alianças políticas, dentro das fronteiras móveis dos trabalhadores livres e semilivres bem como dos segmentos radicais da pequena burguesia e das classes médias.

A questão vital, para os trabalhadores, é a da ruptura com o regime vigente. Já antes, nos governos Geisel e Figueiredo², a ditadura manipulava as pressões desestabilizadoras através de concessões, que culminaram na “abertura democrática”. Coerente com seus interesses e com sua tradição cultural, o bloco no poder coonestou os aparentes acenos do governo ditatorial no sentido de uma “transição lenta, gradual e segura”, uma fórmula hábil no sentido de resguardar o arbítrio, simulando condená-lo. A célebre “conciliação conservadora” comprovou esse fato. As “diretas-já” foram enterradas por uma minoria e o acordo pariu um monstro, a “Nova República”, que não desmobilizou o aparato repressivo e, mesmo após a vigência da Constituição de 1988, convalida o “arrocho salarial”, endossa a existência de bandos armados que assassinam posseiros, moradores, líderes sindicais, políticos e sacerdotes que defendem a ocupação de terras improdutivas, trata as greves de operários, de professores, de funcionários públicos, de estudantes etc. por meios repressivos brutais. A Constituição instituiu um “Estado de direito”, com liberdades políticas, garantias individuais e direitos sociais que só têm vigência se não afetarem uma concepção obstinadamente reacionária da ordem legal e da iniciativa privada. O que consagra uma dualidade constitucional: há uma Constituição escrita, que exprime a “vontade da nação”, mas converte-se em biombo para esconder o arbítrio e a violência; há outra Constituição consuetudinária, produzida pelo ânimo bélico das classes possuidoras e de suas elites dirigentes, consagrada pelo governo e por suas forças de repressão policial-militar e, frequentemente, judiciária. Essa dualidade constitucional é um desafio e um freio para a ação política dos trabalhadores livres e semilivres, os segmentos radicais da pequena burguesia e das classes médias. É preciso exterminá-la, porque ela instituiu a violência a partir de cima, a “legitimidade” de um código não escrito que anula o texto constitucional, servindo somente para demonstrar o quanto a “Nova República” é a sucessora hipócrita da ditadura militar e como se renova o despotismo da grande burguesia.

Dada essa moldura histórica, impõe-se distinguir entre eleições e democracia. Depois do malogro das “diretas-já” e do recente processo constituinte, as eleições

aparecem como a última alternativa pacífica de uma ruptura com o atual estado de coisas. Por si mesmas, as eleições não pressupõem nem levam à democracia. A revolução democrática foi abortada a sangue frio em 1937, 1964 e 1984, quando se tomou patente que a derrubada popular do esquema de poder conservador conduzia à extinção do despotismo mascarado, militar e civil. Em 1964 e em 1984 o país caminhava com ritmos rápidos na direção de consolidar uma democracia de participação ampliada, com um duplo adeus ao mandonismo tradicionalista e ao seu irmão siamês, o populismo lastreado na demagogia dos de cima. No momento, existem claras probabilidades de que se arme a estrutura institucional de uma democracia pluralista, com um forte polo de classe operária e popular. A Constituição de 1988 comporta essa alternativa, e a inquietação social fomentada pela deterioração da economia e da ordem legal repõe o cidadão comum no lugar que ele deve ter. Nessas circunstâncias, não se pode afirmar o quanto de democracia resultará das eleições. Entretanto, elas trarão dois resultados líquidos. Primeiro, a conquista efetiva de voz social e política pelos trabalhadores livres e semilivres na sociedade civil. Segundo, a interferência deles na debilitação do despotismo burguês em todas as suas modalidades, privadas e públicas. Os de baixo sabem, cada vez mais e melhor, de onde provêm os seus problemas e se dispõem a arrostar os seus algozes no terreno em que se travará o embate decisivo, ou seja, no plano político e na luta pelo poder.

A contraprova dessa interpretação revela-se espontaneamente. Ela é dada pelo vigor com que o “poder econômico” está se envolvendo, sem rebuços, na demolição de candidatos “não confiáveis” e nas tentativas para pôr de pé uma candidatura de direita que possa, aparentemente, ostentar-se como “não ideológica”, pairando “acima das classes”. Os líderes políticos de maior experiência e respeitabilidade são quase descartáveis. Atingidos direta ou indiretamente pelo mau uso do poder ou pela desmoralização sistemática provocada seja pela ditadura militar seja pela “Nova República” contra os “políticos profissionais”, eles encontram forte resistência no corpo dos eleitores. O “centro” (ou seja, sem ambiguidade: a direita e a extrema-direita) recorre a técnicas modernas de seleção dos candidatos e forja candidatos que correspondam à projeção coletiva de um futuro “bom presidente”. Sabia-se que a direita e a extrema-direita entrariam em campo com uma candidatura forte e, até, com mais de uma, para aproveitarem as vantagens dos dois turnos. Sondagens que não foram divulgadas “descobriram” o candidato com os requisitos necessários. Ele foi “trabalhado” e “posto no mercado” – e, pelo menos até agora, o objetivo está sendo atingido. A técnica da “produção do presidente” chega, pois, ao nosso “mercado eleitoral”, e é provável que o processo psicológico e mercadológico seja repetido com mais alguém. Além disso, as técnicas tradicionais de intervenção do “poder econômico” continuam a ser aplicadas intensivamente. O escrutínio dos candidatos e do seu grau de fidelidade está em pleno curso. Porém, o “poder econômico” não tem pressa. Na hora H será escudado pelo aparelho do Estado e pelos partidos da ordem. No fim, terão em suas mãos um, dois ou três grãos que virarão pipoca. As negociações finais para o segundo turno andarão sobre trilhos bem azeitados. Acresce que várias instituições-chave conservadoras operam simultaneamente. Elas funcionam como britadeiras, martelando sobre a esfera ideológica e política, buscando desfigurar não só as imagens, mas também as mensagens de políticos realmente de centro ou de esquerda. Eles são bombardeados para se conformarem aos padrões morais e políticos conservadores – e para se mostrarem

abertos seja ao “neoliberalismo”, seja ao “antiestatismo” (preservando-se, naturalmente, a privatização do público, a mão invisível que cuida maternalmente do fortalecimento do capital nacional e estrangeiro no Brasil).

Um país que perdeu seus laços com as práticas políticas e eleitorais sucumbe, assim, às implicações negativas da “lei dos pequenos números”. As elites decidem em nome e em proveito de uma minoria de privilegiados, os quais repelem a democracia e pretendem manter a “farsa da transição democrática”, como se o país fosse incapaz de mobilizar os cidadãos comuns para instituírem uma sociedade civil civilizada, um Estado democrático com dois polos de poder (um burguês; outro proletário e popular) e uma cultura aberta ao talento dos pobres e dos oprimidos. Uma burguesia pró-imperialista opta pela dependência como mercadoria e fonte de lucro e breca até o desenvolvimento capitalista suscetível de voltar-se para reformas e revoluções propriamente burguesas. Transfere, portanto, aos trabalhadores e aos excluídos suas tarefas históricas. Ou os de baixo avançam por dentro da ordem, ou esta toma um caráter eminentemente regressivo e neocolonial, já que o capitalismo monopolista implanta, dentro das “nações hospedeiras”, suas hordas de tecnocratas e de funcionários, suas empresas, sua tecnologia “de ponta”, inclusive sua “inteligência militar”, seu poder de dissuasão e de opressão.

A Frente Brasil Popular nasceu primordialmente dessa constelação histórica. Quando ela foi concebida, ainda não se pensava nas táticas eleitorais concretas e na partilha dos minutos que os partidos de oposição de classe receberiam no rateio da propaganda eleitoral “gratuita”. Aquele foi um momento de grandeza na história do socialismo no Brasil. Luiz Inácio Lula da Silva explodiu como um candidato de origem operária e líder da bancada do Partido dos Trabalhadores. Repetia-se a história de Davi contra Goliás. Era preciso usar contra a minoria privilegiada a mesma técnica que ela vem aplicando com êxito contra os trabalhadores e os oprimidos. *Organizar-se para vencer. Unir-se para multiplicar as próprias forças* e, se possível, ganhar a batalha eleitoral e a presidência, embora em um quadro que exclui a conquista do poder pela classe. Não se podem incentivar utopias, mesmo que sejam proletárias e socialistas. Os dilemas do pobre e do trabalhador são transparentes e dolorosos. Mas há um sonho. No primeiro arranque pós-ditatorial, eclode o plano mais ousado. Levar os partidos de esquerda a bater-se com seus inimigos reais e explorar as contradições inerentes a um país com desenvolvimento capitalista desigual para corrigir essas contradições, mediante a transformação da mentalidade e do comportamento eleitorais dos trabalhadores livres e semilivres e de seus aliados conjunturais ou ideológicos.

Aqui, estamos no anticlímax da ditadura e da “Nova República”. Um arco da esquerda é uma resposta histórica – e um desafio manifesto. O Partido Comunista do Brasil, o Partido Socialista Brasileiro e o Partido dos Trabalhadores tiveram de superar obstáculos ideológicos, preconceitos antigos e promessas que sempre foram silenciadas para articular um entendimento comum e uma plataforma comum razoável. Nenhum partido seria “cauda política” dos outros, embora o PT fosse majoritário e estivesse em condições de pleitear uma posição hegemônica, coisa que não ocorreu porque a perspectiva socialista prevaleceu acima de convergências e divergências. Convencionou-se que o candidato à presidência sairia do PT e que o candidato à vice-presidência resultaria de entendimentos entre os demais partidos. O nome seria submetido à aprovação do PT. Haveria, também, a organização de uma campanha

conjunta e um programa inclusivo, nascido do consenso dos três partidos. Os meios de comunicação escrita e falada foram mantidos informados passo a passo e nada ficou secreto para os que desejassem inteirar-se do assunto. O único ponto sombrio provinha dos partidos que preferiram preservar a liberdade de concorrer isoladamente e examinar apenas no segundo turno as alianças ulteriores. Essa decisão foi respeitada. Ela enfraquece o arco da esquerda. Contudo, ela é historicamente (e também politicamente) inevitável. Cabe ao PCB descobrir seus verdadeiros caminhos. O PDT e o PSDB, por sua vez, ainda precisam identificar o que é radicalismo burguês, social-democracia e socialismo dentro de seus muros – e como irão engajar-se, como forças eleitorais e políticas de centro-esquerda, na construção de um Brasil no qual a liberdade de alguns deixe de ser a razão do império da barbárie.

O arco da esquerda possui, na sua essência, o fito de converter uma fraqueza relativa em força real. *Representa, pois, um recurso de acumulação e de concentração de poder.* Seria um erro subestimar esse recurso, como também o seria exagerar seu significado. De imediato, ele se vincula a um alvo conjuntural – uma campanha eleitoral. No entanto, não se deve dissociar o eleitoral do político. Os parceiros se unem em termos de uma situação de interesses, de valores sociais das classes trabalhadoras e da necessidade de transmutar uma “escolha eleitoral” em processo de consciência de classe como uma tentativa deliberada de socialização política socialista. Isso quer dizer: saltar do plano eleitoral para o plano político mais dedicado e complexo, que é o da organização, consciência e comportamento político de uma classe social relegada à exclusão cultural e ao ostracismo educacional. O simpatizante não é visto como subalterno, mas como companheiro, e a ele é transferido o papel de educar ou reeducar outros eleitores nas mesmas condições (destituídos, explorados e oprimidos). A cada um cabe compreender e irradiar ou difundir a mensagem de solidariedade de classe, que não se confunde com o ato de votar e de “escolher o futuro presidente”.

Por isso, nos planos tático e estratégico, cada partido precisa atuar simultaneamente em sua área e em conjunto. São duas esferas concomitantes de propaganda eleitoral e de socialização política de caráter pedagógico. Por isso, ao contrário dos partidos da ordem, os partidos de oposição proletária e socialista precisam desdobrar-se e distinguir cuidadosamente a diferença específica existente entre o primeiro e o segundo turnos. No primeiro, os adversários poderão estar mais dispersos e confiantes. Sabem que poderão vencer já no primeiro turno e veem como favas contadas a “união sagrada” no segundo turno, se ela se impuser como indispensável. Os partidos do arco da esquerda precisam queimar todos os cartuchos no primeiro turno, para criar uma emulação de classe que atinja os aliados menos politizados da mesma classe e os aliados pertencentes a outras classes. Estes necessitam ser contagiados, para alcançarem o pico da mobilização nas proximidades das eleições, quando os militantes mais ardorosos “pegam fogo” e “dão tudo o que têm”. Se esse fim for obtido, quando chegar o segundo turno todos já começam afiados e com preparo psicológico para aceitar com naturalidade a vitória ou a derrota. A eleição é um episódio. Não é o ponto final. Haverá sempre um saldo político inestimável, que emana do fato de que todo o processo alimenta uma experiência educacional única, na aprendizagem concreta do que é o socialismo e como lutar por ele.

No passado remoto prevalecia a tática da radicalização crescente. O partido mais radical ou revolucionário de uma coligação punha-se automaticamente à fren-

te dos outros e assumia a liderança do processo. Aqui e agora não se trata de uma revolução social, mas da implantação de uma democracia dotada de dois polos, um burguês, outro popular e proletário, como já foi indicado. Nenhum partido disputa a preeminência incisiva. Portanto, os partidos de esquerda aprendem a lutar juntos contra o inimigo comum e pela mesma causa. Não obstante, prevalece o esforço de ação coordenada e conjugada. Esse é o padrão corrente, ainda válido. Ele falhou no Chile. Mas deu certo na Nicarágua e em El Salvador, em condições precárias, e mostrou-se construtivo no Peru. A experiência contém, sob esse aspecto, um sentido altamente positivo. Ela acaba (ou ajuda a acabar) com o dogmatismo, com o oportunismo e com o extremismo. Ajuda a forjar uma compreensão inovadora da teoria e da prática socialistas, enraizadas na confiança recíproca, na solidariedade no uso de meios de luta e na seleção de objetivos que se impõem, neste momento, como tarefas históricas fundamentais das classes trabalhadoras e de seus aliados políticos. Tudo isso situa a campanha presidencial de Lula e Bisol dentro de um contexto histórico que contribui para acelerar o desenvolvimento das classes trabalhadoras e do socialismo em um novo patamar político. O que é velho e arcaico ainda não foi vencido e enterrado. Todavia, já irrompe a tendência histórica que prende o futuro próximo ao presente incerto e sufocante que estamos vivendo.

Fonte: *Teoria e Debate*, n. 8. São Paulo, out./dez. 1989, p. 18-21.

NOTAS

¹ Professor universitário, sociólogo e deputado federal do Partido dos Trabalhadores, por São Paulo.

² Ernesto Geisel (1907-1996). Militar. Comandante militar de Brasília (1961), chefe do Gabinete Militar da Presidência da República (1961 e 1964-1967). Durante a ditadura foi ministro do Supremo Tribunal Militar (1967-1969), presidente da Petrobras (1969-1973) e presidente da República (1974-1979). João Batista de Oliveira Figueiredo (1918-1999). Militar, exerceu funções públicas durante os governos militares: chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, de 1969 a 1974; chefe do Serviço Nacional de Informações, de 1974 a 1978, e presidente da República, de 1979 a 1985. (N. E.)

t) AVALIAÇÃO DA CAMPANHA ELEITORAL PRESIDENCIAL

Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores

Esta avaliação é produto de discussões em duas reuniões da Comissão Executiva Nacional e na reunião do Diretório Nacional de 27 e 28 de janeiro de 1990. Ela incorpora as avaliações feitas pela Coordenação Nacional da Campanha e pelos estados a partir do texto inicial elaborado com base na experiência da CEN, do Comitê e do próprio companheiro Lula.

INTRODUÇÃO

Toda a avaliação das eleições de 1989 faltaria com a verdade caso desconhecesse a significativa vitória política do Partido dos Trabalhadores e da Frente Brasil Popular com os resultados do 1º turno. Mais do que uma vitória eleitoral, ela criou condições para a disputa no 2º turno e a unificação de todo o campo democrático-popular e progressista em torno da candidatura Lula.

Estas eleições foram marcadas por nossa participação militante e politizada e principalmente pela mobilização popular. Foram destacados o papel e a participação dos movimentos sociais, sindical, popular, agrário, estudantil, das mulheres, negros, índios, das pessoas deficientes.

Não se via no país, desde a luta contra a ditadura, uma participação tão aberta na luta política, como foi a dos intelectuais e artistas, particularmente no 2º turno, em apoio a Lula. Também a Igreja progressista participou e apoiou abertamente desde o primeiro momento a candidatura Lula.

Pelo caráter da disputa e pela linha política de nossa campanha, a sucessão presidencial ganhou as ruas, envolvendo no debate político grandes parcelas da sociedade, em particular os setores organizados, urbanos, apesar do sentido desmobilizador e despolitizante da candidatura Collor.

Desde a campanha das diretas, em 1984, o país não via mobilizações populares e comícios como os realizados pela FBP e depois pelo *Movimento Lula Presidente*. Podemos afirmar, apesar de não termos eleito Lula presidente, que mudamos o quadro político do Brasil e colocamos a luta político-social em outro patamar, mais avançado, mais definido ideologicamente.

Apesar de seus erros e debilidades políticas e orgânicas, em menos de dez anos de existência nosso partido deu uma demonstração de que está preparado para disputar o governo do Brasil. Tem programa, política de alianças, uma ampla base social e, principalmente, uma militância que sempre superou os erros da direção e as debilidades materiais e organizativas do partido.

Foi esta militância e particularmente o companheiro Lula que no 2º turno desempenharam o papel principal para unificar o campo democrático, popular e progressista, ainda quando as direções dos partidos progressistas e de esquerda discutiam.

Destaque especial tem de ser dado à participação do companheiro Lula nestas eleições, credenciando-se como a maior liderança política e popular do Brasil

e principalmente como dirigente político. Em todos os momentos da campanha o companheiro Lula participou e atuou como dirigente partidário, sempre articulado com a direção nacional e o Comitê da Campanha.

Para a esquerda brasileira e os movimentos sociais o saldo destas eleições é surpreendente. Abre-se, pela primeira vez na história do Brasil, a possibilidade real de disputar o poder, construindo uma política de Frente e um programa comum.

Para nosso partido, depois de dez anos de construção e apesar de todos os ataques e campanhas que sofreu, apresenta-se o desafio de ser o dirigente deste processo político e ser capaz de criar uma alternativa ao projeto das classes dominantes brasileiras que afundaram o país na transição conservadora da *Nova República* e agora o lançam na aventura Collor de Mello. Este desafio só será vencido com um projeto democrático de socialismo, uma organização partidária superior e um maior nível de politização, mobilização e organização da classe trabalhadora.

Por tudo isto o sentido desta avaliação tem de ser positivo e visar às disputas políticas de 1990: oposição ao governo Collor, construção partidária, mobilizações sociais, disputa eleitoral para o Congresso Nacional, governos estaduais e assembleias legislativas e embates das administrações municipais petistas.

É com este sentimento que chamamos toda a militância a fazer uma avaliação das eleições de 89, rigorosa, mas positiva, crítica mas generosa, objetiva mas alegre. Que as lições de 89 sirvam para as vitórias de 90.

CAUSAS GERAIS OU ESTRUTURAIIS

Entre as causas gerais ou estruturais que contribuíram para a vitória de Collor, não podemos deixar de chamar a atenção para o caráter da candidatura Collor, planejada desde o seu início para projetar-se com a imagem de caçador de marajás, antipolítico e firme opositor a Sarney, com o objetivo de esconder sua verdadeira natureza: garantir a continuidade do controle do governo central pelas oligarquias e grupos econômicos que comandaram a transição conservadora.

A imagem de caçador de marajás, inimigo da corrupção, dos usineiros e de Sarney, foi decisiva para a vitória de Collor, principalmente porque visava o eleitorado que o elegeu. Este eleitorado de baixa renda, desorganizado, muitas vezes desempregado ou semi-empregado, morador das periferias dos grandes centros urbanos e do interior, que as pesquisas classificam como C, D e E e que muitas vezes chamamos de “povão”, na verdade é um grande desafio estratégico para nosso partido e para toda a esquerda.

A Collor foi possível atingir este eleitorado graças a uma organização e a um planejamento profissionais de campanha eleitoral, incluindo mais de cem pesquisas de opinião. Sua estratégia básica, visando atingir esse eleitorado C, D e E e as cidades pequenas jamais foi abandonada em qualquer dos turnos da campanha. Basta analisar sua agenda, comícios, discursos e programas de rádio e TV. Collor não tinha hegemonia sobre os partidos e articulações políticas, mas possuía a hegemonia fundamental sobre os valores comuns da ampla massa. E evidente que esta estratégia só deu certo porque Collor contou com o apoio decisivo e estratégico da Rede Globo e de setores importantes do grande empresariado. No 2º turno, quase toda a mídia do país, particularmente as centenas de rádios e jornais do interior, deram suporte a Collor, permitindo-lhe combinar a sua imagem primeiro com o discurso conservador e, depois, anticomunista.

Esse apoio decisivo do poder econômico e dos meios de comunicação permitiu a Collor concentrar sua ação na consolidação do eleitorado popular, desdenhando publicamente o apoio dos empresários, dos militares e de políticos comprometidos com o governo Sarney, partindo do princípio, correto, de que teria o apoio das classes dominantes e da classe média conservadora no 2º turno, por imposição do enfrentamento contra um candidato de esquerda. Para preservar o eleitorado das classes C, D e E e do interior, Collor combinava a adesão conservadora da classe média com o voto do povão, explorando os preconceitos de classe contra Lula e os medos da classe média. Na base do anticomunismo, da exploração da religiosidade e de sentimentos nacionais inconscientes – a imagem da bandeira nacional – somava a maioria do eleitorado conservador do país e criava as condições para unificar em torno de si, no 2º turno, a direita e todos os setores sociais temerosos da esquerda.

Quanto ao PT e à esquerda, suas deficiências estruturais ficaram evidenciadas na falta de um nível mais elevado de organização, no pequeno enraizamento nos setores populares mais pobres da classe trabalhadora e nas cidades pequenas do interior, na insuficiência de nossa rede de jornais e boletins, simplesmente ridícula frente ao poderio dos meios de comunicação à disposição das elites dominantes. A ausência de um jornal nacional foi desastrosa para nosso partido. A própria estrutura de direção de nosso partido é artesanal e amadora, o que se revelou fatal na disputa do 2º turno, quando a tensão e a rapidez dos ataques do adversário não encontraram na estrutura da direção do partido e da campanha meios materiais e condições de trabalho que otimizassem nossa capacidade de resposta rápida e correta, independentemente dos erros políticos que cometemos.

CAUSAS PARTICULARES OU CONJUNTURAIIS

Apesar da vitória que significou para nosso partido obter quase 17% dos votos em nível nacional no 1º turno, na coligação Frente Brasil Popular com o PSB e com o PCdoB, estava evidente que não havíamos nos preparado para a possibilidade real de passar para o 2º turno. Já no primeiro turno havíamos enfrentado graves problemas com a demora na entrada das direções e da estrutura do partido na campanha eleitoral, revelando que a própria experiência de Comitês de Campanha à parte da direção partidária precisa ser reavaliada.

No segundo turno não fomos capazes de definir uma estratégia para a agenda e mesmo para a TV e o rádio com rapidez e precisão. A direção política do partido envolveu-se na articulação das alianças com o PDT, PCB, PSDB e setores progressistas do PMDB, assim como dos setores sociais que haviam apoiado outras candidaturas no 1º turno, demorando em encontrar uma linha de programação para a TV e particularmente para a agenda do companheiro Lula, se bem que as indefinições do PSDB e as dificuldades com o PDT também tenham sido responsáveis por estas falhas.

Nossa estrutura de direção mostrou-se débil e amadora nas respostas às necessidades do 2º turno. Demoramos a avaliar o perfil do voto no 1º turno e os objetivos político-eleitorais – de voto – no 2º turno, o que explica em parte os vaivens da agenda e nosso erro ao sobrecarregar a agenda do Lula às vésperas do debate final.

Nossa política em relação ao rádio e à TV avançou consideravelmente em comparação com as eleições de 82, 85, 86 e 88, inclusive porque nos beneficiamos das experiências e avanços dos anos anteriores. Mesmo assim falhamos ao não dar

ao rádio a importância devida, particularmente para atingir o eleitorado de baixa renda e as cidades do interior – e isto foi grave.

No caso da TV, apesar da disposição e integração da equipe de TV com as direções políticas do PT e da FBP, faltou muitas vezes o acompanhamento político por parte dessas direções.

Por outra parte, se é verdade que, comparativamente ao PDT e PSDB, passamos para o 2º turno por nossa estrutura partidária nacional, militante e articulada com os movimentos sociais mais organizados, entre outras causas, também é verdade que as falhas existentes nessa estrutura partidária pesaram como fator conjuntural. Representaram insuficiências graves no curso da campanha, em particular, nossa ausência nas cidades pequenas e no eleitorado de baixa renda e a falta de um jornal nacional.

Foram igualmente importantes e precisam ser destacadas as falhas da direção nacional do partido e da campanha no final do 2º turno, particularmente nossa incapacidade em responder aos vários ataques do adversário. A direção dispersou-se em tarefas específicas, falhando na estruturação de um comando central ou na organização da direção de tal forma que ela fosse capaz de fazer a avaliação estratégica da campanha e do adversário sem cair no ativismo e no tarefismo que caracterizaram o final da campanha. Estes erros prejudicaram consideravelmente a preparação dos programas de TV, da linha política da campanha e do debate final.

Avaliamos mal a estratégia do adversário, depois de sua derrota no debate de 4 de dezembro. Iniciamos a última fase da campanha supondo que Collor e sua equipe estavam em crise e perdidos quando na verdade eles superaram a crise com uma linha de ataque que subestimamos durante todo o 2º turno.

Subestimamos o papel do anticomunismo, da exploração do sentimento religioso de nosso povo, de seu sentimento nacional expresso em nossa bandeira e principalmente a exploração caluniosa que Collor fez de nosso programa econômico, propagando por todo o país que expropriaríamos a propriedade individual dos cidadãos e sua poupança e estatizaríamos toda a economia.

Falhamos ao não responder de forma mais global e articulada a esses ataques do adversário, seja nos programas de TV, seja na linha da propaganda, do discurso da campanha e particularmente no último debate.

Mais grave foi nossa incapacidade de capitalizar e explorar ao máximo aquilo que para o PT é uma confirmação de nossas avaliações sobre o socialismo e os regimes da Europa Oriental e mesmo da URSS. Nosso partido nasceu sob o signo do socialismo democrático e do repúdio ao stalinismo e ao socialismo burocrático. Apoiou o Solidariedade¹ na Polônia e não tem compromissos com a ortodoxia ou com os modelos de partido único, imprensa oficial e burocratização do poder com a fusão do partido com o Estado. Sempre defendemos as liberdades e os direitos políticos e civis e foi por isso mesmo que nos opusemos firmemente à repressão dos novos mandarins de Pequim.

As mudanças na Europa Oriental e na URSS deveriam ter sido expostas na campanha e especialmente na TV como uma verdadeira revolução popular, com todo o apoio do PT e da FBP. Nossas indefinições ideológicas, a subestimação do anticomunismo e, em certo sentido, nossa aliança com o PCdoB nos levaram à defensiva. Não nos apresentamos com nitidez para a classe trabalhadora com relação a que tipo de socialismo defendemos para o Brasil.

Outra questão que precisa ser analisada em âmbito nacional com mais atenção e espaço é a das alianças no 2º turno. E evidente que ela foi, de maneira geral, correta. Entretanto, erramos ao deixar que fosse apresentada pela imprensa e por nosso adversário como uma aliança que nos levava a abandonar o programa de governo da FBP e nossas diferenças com os adversários do 1º turno, depois aliados.

A linha de ataque que Brizola desenvolveu no 1º turno contra a candidatura Lula acabou por dar argumentos e credibilidade aos ataques de Collor a nossa aliança com o PDT no 2º turno. O próprio comportamento de Brizola com relação ao nosso vice, senador Bisol, criou condições para um ataque frontal de nosso adversário, que atingiu seu ponto alto no último debate.

Ao lado de tudo isso, se é verdade que Brizola, Arraes e Roberto Freire nos apoiaram no 2º turno sem exigências ou condições, também é verdade que a posição do PSDB foi dúbia – particularmente em São Paulo sua direção não entrou na campanha –, ficando a reboque das bases do PSDB em todo país e mesmo de suas bancadas e lideranças intermediárias. O atenuante para esta posição é o caráter antipetista conservador e anticomunista de parte do eleitorado do PSDB, amedrontado com o terrorismo barato promovido por Collor e pela mídia de São Paulo, em especial os jornais da família Mesquita e o programa Ferreira Neto.

É preciso também avaliar o peso das alianças regionais e locais no 2º turno, já que nem sempre soubemos articulá-las de acordo com nossos objetivos eleitorais e políticos nacionais.

Por fim, devemos sempre destacar e denunciar o papel relevante do apoio que Collor recebeu da direita conservadora, da Rede Globo e do poder econômico na última semana. Foi este apoio que possibilitou sua campanha difamatória contra Lula e o uso da edição do debate pelo *Jornal Nacional* para reforçar uma imagem negativa do candidato do PT e da FBP. A exploração do episódio Miriam Cordeiro, do sequestro do empresário Abílio Diniz e o apoio obtido por Collor da maioria dos meios de comunicação foram decisivos para reverter a tendência do eleitorado, particularmente dos indecisos e da classe média.

O debate final merece uma avaliação à parte e particular, mas fica registrado que erramos na estratégia de abordagem do adversário e na linha do debate, além de sobre-carregarmos a agenda do companheiro Lula nas 48 horas que antecederam o evento.

Para concluir, é preciso avaliar o papel das prefeituras na sucessão presidencial, sem desconsiderar o cerco, boicote e ataque da maioria da imprensa e das forças políticas às nossas administrações. De maneira geral, não há evidência de que as administrações municipais petistas tenham pesado de maneira determinante no voto do 1º turno ou que o eleitorado tenha votado no 2º turno em função de sua atitude frente a essa administração. Com exceção da cidade de São Paulo, onde se concentrou todo o ataque contra as administrações petistas, não parece que estas foram um fator importante na decisão do eleitorado, o que não exclui a análise do papel que poderiam ter tido no crescimento da candidatura Lula no 1º turno e mesmo na disputa do eleitorado de baixa renda das capitais e grandes cidades que governamos, particularmente no Estado de São Paulo.

O importante é não misturarmos a avaliação necessária das administrações petistas e o balanço político em nível municipal com a discussão e avaliação da campanha eleitoral e cairmos no simplismo de atribuir o resultado eleitoral à questão

municipal. Isto não pode, entretanto, fazer com que deixemos de considerar o nosso desempenho eleitoral nas cidades onde dirigimos as prefeituras. É preciso levar em conta que a votação de Lula, tanto no 1º quanto no 2º turno, não foi boa nessas cidades, com as exceções conhecidas.

Esse fato deve nos levar a tentar analisar, nessas cidades, os fatores particulares – desempenho das prefeituras, organização e funcionamento do PT e atuação local do movimento sindical e popular – que influíram negativamente nos resultados eleitorais. Em alguns locais é inegável que o desempenho real ou propagandeado da prefeitura teve efeitos negativos. Mas também é inegável que em outros o PT perdeu força em áreas e zonas específicas, comparativamente aos resultados de outras eleições, o que indica erros e deficiências de construção partidária, organização e atuação política do partido.

CONCLUSÃO

Sem desconsiderar os erros políticos que cometemos e a derrota no campo eleitoral, é necessário que nossa avaliação qualifique nossa participação na disputa presidencial como importante vitória política. A partir de agora nossa referência histórica passa a ser os 16% obtidos no 1º turno e nossa capacidade de reunificar o campo da esquerda, democrático e progressista, na luta contra a direita.

O que se coloca para o PT é dar-se conta do significado dessa capacidade, vencendo os novos desafios que estão postos diante de si.

Diretório Nacional
27 e 28 de janeiro de 1990.

Fonte: Publicado em POMAR, Wladimir. *Quase lá: Lula, o susto das elites*. São Paulo: Brasil Urgente, 1990, p. 117-125.

NOTA

¹ O Solidariedade foi um sindicato independente polonês fundado no final de uma greve dos trabalhadores dos Estaleiros Lenin, em Gdansk, em agosto de 1980, liderada pelo electricista e ativista político Lech Walesa. Foi o primeiro movimento sindical não comunista em um país comunista. Nos anos 1980, ao seu redor, constituiu um amplo movimento social conservador e anticomunista. Em agosto de 1990 formou-se uma coalizão política liderada pelo Solidariedade e em 9 de dezembro Walesa se tornou o primeiro presidente eleito da Polônia em 50 anos. O movimento Solidariedade renunciou o colapso do comunismo na Europa Oriental. (N. E.)

u) A VITÓRIA EM 14 CIDADES DO PT

Lula ganhou em 14 cidades governadas pelo Partido dos Trabalhadores, de um total de 30 municípios. No Estado de São Paulo, de um total de 11 cidades, Lula ganhou em três: Santo André, São Bernardo e Diadema, região onde o Sindicato dos Metalúrgicos tem uma forte influência. Nesses locais, Lula superou Collor em mais de 12 pontos percentuais. Na capital paulista, que foi o maior foco dos ataques contra o PT, Lula ficou com 37,40% dos votos, contra 48,92% de Collor.

O documento “Roteiro para Discussão”, elaborado pela Comissão Executiva Estadual de São Paulo, em 21 de dezembro último, faz uma primeira avaliação desses resultados no estado. O documento afirma que, em São Bernardo, Diadema e Santo André, o movimento operário organizado neutralizou em parte o desgaste das administrações, já que em todas as demais cidades do estado onde o PT é governo, Lula perdeu. Em contraste, ressalta a Comissão, o candidato da FBP ganhou em importantes polos regionais como Ribeirão Preto, Araraquara e Bauru, e regiões operárias como Osasco, São José dos Campos, Sorocaba e Jundiá, locais em que o PT não é governo.

Na capital paulista, sustenta o documento da Comissão Executiva, ficou claro que a população dos bairros mais sofridos, decisiva para a eleição de Luiza Erundina em 88, manifestou desconfiança em relação à capacidade do partido colocar em prática suas propostas de campanha. O documento sustenta que é preciso fazer um profundo reexame das administrações petistas, das políticas que estão sendo implementadas, e das dificuldades que o partido encontrou em levar a luta política a partir de suas administrações.

O documento argumenta ainda que o PT precisa adequar seu discurso para atingir os grandes bolsões conservadores, perfil básico das pequenas cidades, que hoje praticamente são manipulados pelos meios de comunicação. De fato, o discurso do partido atinge setores organizados em sindicatos e movimentos sociais, ficando inacessível muitas vezes às camadas sociais desorganizadas, tanto no interior como nas capitais. Na periferia de São Paulo, por exemplo, existem milhares de pessoas que não têm acesso a moradia, saúde e transporte, muito menos a cultura e informação. As administrações petistas têm de encontrar um canal para atender essa massa de despossuídos. Do contrário, diz a Comissão, esses bolsões não identificarão no PT um partido capaz de representar seus interesses políticos.

Das três capitais governadas pelo PT, Lula ganhou – com o apoio decisivo de Brizola – em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, com 66,46% dos votos, contra 20,18% de Collor. Em Vitória, Espírito Santo, o candidato da FBP perdeu por uma diferença pequena, ficando com 41,27% contra 43,97%. Ainda no Rio Grande do Sul, Lula ganhou em Severiano de Almeida e Ronda Alta, as duas outras cidades gaúchas governadas pelo PT. E em contraste com a tendência conservadora das pequenas cidades, Lula surpreendeu ganhando em Janduís (RN), Ipatinga (MG), João Monlevade (MG), Timóteo (MG), Angra dos Reis (RJ), Campo Erê (SC), São João do Triunfo (PR), e Salto do Lontra (PR), todas administradas pelo PT.

Município/Estado	Nº de votos	Porcentagem
Janduí/RN	1.611	43,92%
Ipatinga/MG	52.107	50,20%
João Monlevade/MG	17.513	45,90%
Timóteo/MG	18.618	51,77%
Santo André/SP	214.821	53,31%
Diadema/SP	93.611	51,46%
Angra dos Reis/RJ	29.521	49,98%
Ronda Alta/RS	4.272	54,96%
Campo Erê/SC	6.563	44,67%
São Bernardo do Campo/SP	170.330	50,07%
São João do Triunfo/PR	3.078	46,04%
Porto Alegre/RS	556.612	66,46%
Severiano de Almeida/RS	1.633	54,91%
Salto do Lontra/PR	4.488	45,53%

Fonte: *Boletim Nacional*, n. 48. São Paulo, fev. 1990, p. 15.

v) O PERFIL DE LULA NOS DOIS TURNOS

EVOLUÇÃO DAS INTENÇÕES DE VOTO NO 2º TURNO

Dia	Collor	Lula	Branco/Nulos/Indecisos
22/11	48%	39%	13%
30/11	50%	40%	10%
04/12	49%	41%	10%
08/12	47%	44%	9%
13/12	46%	45%	9%
16/12	47%	44%	9%
17/12*	50%	44%	6%

* Eleição real

No balanço do desempenho eleitoral do PT em 1989, os resultados do primeiro turno são os que melhor mostram a força do Partido e de Lula em todo o Brasil. É o que afirma a coordenação da Campanha Presidencial do PT, em um esboço de avaliação submetido ao Diretório Nacional no final de janeiro. Os números, diz o documento, “podem nos levar a detectar, em cada município e estado, nossos pontos fracos e fortes, nossa potencialidade de crescimento, nossas dificuldades, os efeitos de nossa propaganda e da ação da militância, assim como o papel das alianças materializadas na FBP”.

Na avaliação da Coordenação são as seguintes as principais indicações observadas nos resultados do primeiro turno:

Estados – “Demonstramos crescimento sensível” em unidades como Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Espírito Santo, Amazonas, Amapá, Distrito Federal, Paraíba, Piauí, onde o PT obteve votação acima de 20%. Abaixo das expectativas ficaram os estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná e Rio de Janeiro.

Capitais e grandes cidades – O PT continuou demonstrando força e crescimento, mas ficou bem abaixo das expectativas em cidades muito importantes como São Paulo, Porto Alegre, Campinas, Vitória e Santos.

Em pequenas e médias cidades, os números do primeiro turno revelam fraqueza do PT, embora fosse possível detectar certo crescimento em relação às eleições anteriores.

Setores organizados – Quanto aos setores organizados dos trabalhadores e da sociedade civil em geral, diz a Coordenação no seu esboço de balanço, “mostramos força”, ao contrário do que ocorreu nos setores de baixa renda, sem instrução e desorganizados, bem como em diferentes segmentos da classe média, em particular no interior.

NÚMEROS DO 2º TURNO

Um balanço da candidatura Lula na campanha para o segundo turno, em cima dos dados da Pesquisa DataFolha, do jornal *Folha de S.Paulo*, mostra que, até o

começo de dezembro, a desvantagem do candidato da Frente Brasil Popular diante de Collor era muito grande, na casa dos dez pontos percentuais. Mas os números já mostravam o potencial de Lula. Saído do primeiro turno com quase 17% dos votos, na primeira pesquisa do segundo turno já aparece com 39% das intenções de voto.

É a partir do primeiro debate, em 3 de dezembro, transmitido por quatro grandes redes de televisão, que Lula dá a arrancada, enquanto a imagem de modernidade de Collor começa a cair. No dia 13 de dezembro chegaram a um empate técnico: Lula ficou com 45% das intenções de votos, contra 46% de Collor.

Após o segundo debate, ocorre uma nova virada, desta vez com Collor se recuperando e Lula recuando. Do dia 14 de dezembro ao dia da eleição, a candidatura Lula recua um ponto percentual. Nas urnas, finalmente, os indecisos despejam seus votos no candidato do PRN. Basta ver que na pesquisa do dia 13, Collor tinha 46% das intenções de voto, Lula 45% e ainda 9% eram indecisos, ou iam votar em branco ou nulo. No resultado oficial da eleição, Collor fica com 50% do total de eleitores, recebendo um ponto percentual de Lula, que cai para 44%, e três pontos percentuais dos indecisos brancos e nulos, que ficam com seis por cento.

Fonte: *Boletim Nacional*, n. 48. São Paulo, fev. 1990, p. 15.

x) UMA ELEIÇÃO ENTRE A ÉTICA E A POLÍTICA¹

O primeiro grande balanço público da campanha do PT em 1989. Esse acabou sendo o resultado da entrevista que Lula concedeu para a confecção deste livro, numa manhã quente do final de fevereiro de 90. Acordando de uma grande ressaca, como ele mesmo definiu, dois meses depois do segundo turno, o ex-candidato falou com franqueza dos erros do partido, das suas próprias dificuldades, dos momentos de emoção. A entrevista foi concedida por Lula dia 23 de fevereiro na chamada sede II, uma casa na Vila Mariana, que funciona como segunda morada do Diretório Nacional do PT e onde Lula despacha quando está em São Paulo. Durante duas horas e meia Lula se submeteu a uma bateria de perguntas, algumas bastante incômodas, sobre a campanha de 89. A presença de Ricardo Kotscho e Aloizio Mercadante, os assessores mais próximos de Lula durante todo o ano, ajudou a compor o clima do balanço que acabou acontecendo naquela manhã. Além do entrevistado, Kotscho e Aloizio, participaram da conversa Cícero Araújo, Breno Altman e André Singer.

ANDRÉ – *Lula, qual avaliação você faz deste processo que quase te levou à Presidência da República?*

LULA – Olha, perder uma eleição numa campanha como esta, que envolveu tanta gente, é como se a gente, dois meses depois, tivesse acordado de uma grande ressaca. Estou ainda procurando respostas, razões do por que perdemos as eleições – eleições que, em minha opinião, estavam ganhas pelo menos até 10 ou 11 de dezembro. É verdade que nunca estivemos na frente nas pesquisas de opinião pública, mesmo nas mais otimistas, mas vínhamos num clima de crescimento que qualquer analista político de bom senso via como irreversível a nossa vitória dia 17 de dezembro.

O simbolismo da imagem muitas vezes cala mais fundo, e eu acho que o Collor trabalhou isto bem. Veja, nós é que somos os verdadeiros caçadores de marajás, e ele é que levou a fama; nós éramos a oposição de verdade ao governo Sarney, e ele que levou a fama. Esse simbolismo nós não conseguimos trabalhar.

ANDRÉ – *Lula, em algum momento você achou que não ia dar para chegar ao segundo turno?*

LULA – Nunca perdi a fé de que a gente pudesse ir para o segundo turno. Mesmo nos comícios mais fracos, sempre achei que a hora em que a militância fosse para a rua, a gente ia para o segundo turno.

ANDRÉ – *Mesmo em julho?*

LULA – Mesmo quando a gente estava com 5% nas pesquisas, eu tinha esta convicção. Eu sabia que o Brizola tinha muita força em dois estados, e nós tínhamos força espalhada por todo o país. É lógico que, naquele momento, era muito difícil passar otimismo, com 5% das intenções de voto. É como um time que está perdendo de quatro a zero e, quando termina o primeiro tempo, vem a pergunta: “Dá para virar?”.

Mas estava convencido que o jogo ia virar. A gente fazia campanha no Brasil inteiro, e percebia que o clima nos outros estados era melhor que o de São Paulo.

Eu falava sempre para o comitê que era preciso atacar mais São Paulo. Havia uma confiança exagerada do nosso pessoal sobre os resultados no estado. Depois do primeiro turno, a gente chamou os prefeitos para discutir, para ver o que fazer no sentido dos prefeitos se jogarem de corpo e alma na campanha, tentando reverter o quadro em São Paulo.

ANDRÉ – *Parece que essa foi uma reunião muito dura...*

LULA – Não, até que não... Eu tomei a iniciativa de não culpar os prefeitos pelos resultados do primeiro turno. Se é verdade que perdemos alguns eleitores, em algumas cidades, entre quem se desencantou com nossos prefeitos, também é fato que, por causa de nossas vitórias nestas mesmas cidades, em 1988, nós ganhamos votos na Paraíba, no Rio Grande do Norte, em Pernambuco. Eu me assustei quando fui ao Nordeste e vi afoques enormes comícios, cada vez com mais gente.

ANDRÉ – *Em que mês você começou a perceber que a coisa estava mudando?*

LULA – A partir de setembro.

CÍCERO – *Em que lugar você sentiu que estava dando a virada?*

LULA – Na visita a Teresina, no Piauí, durante a penúltima caravana ao Nordeste antes de 15 de novembro. Fizemos um comício às três horas da tarde, com a praça entupida de gente, depois saímos em passeata e, por conta da quantidade de gente que aderiu à caminhada, tivemos de fazer um novo comício. Tomamos conta da cidade e ali eu senti que começava a virada.

CÍCERO – *Aqui em São Paulo também teve um momento em que a militância saiu da apatia marcada talvez pelo comício de setembro na Praça da Sé.*

LULA – Olha, eu nunca gostei da campanha em São Paulo. Nós não estávamos com o pique de sempre, a militância paulista não estava com a mesma garra que em outros lugares, ficamos na defensiva. Sabe por quê? Porque aqui nosso pessoal tinha de justificar o ônibus, os buracos na rua, o lixo. Já se sentia governo, estava politicamente inibido.

BRENO – *Você acha que as administrações municipais colocaram na defensiva a militância do PT?*

LULA – Acho. Aliás, um dia desses eu tive uma conversa com a Marilena Chaui e a Luíza Erundina e elas me contaram coisas da campanha que nem eu sabia: carros nossos eram apedrejados em passeatas, tacavam manga e mamão em nosso pessoal, abriam as portas e batiam em militantes dentro dos carros.

RICARDO – *Até a última semana, o PRN não existia em São Paulo. De repente, os caras saíram da toca – parecia a Marcha com Deus e a Família pela Liberdade. O que é que aconteceu?*

LULA – Não acontece nada de repente. Na medida em que despontou a possibilidade da gente ganhar as eleições, foi desencadeado um processo de terrorismo contra o PT. Diziam que o Lula ia acabar com as igrejas não católicas, que íamos tomar um quarto de quem tivesse dois, uma casa de quem tivesse duas, um carro de quem tivesse dois, uma televisão de quem tivesse duas. Ora, a boca pequena, com milhares de pessoas comentando, é um negócio criminoso.

ANDRÉ – *Você acha que o PT deveria ter outra estratégia para negar estas acusações?*

LULA – Eu acho que, muitas vezes, nós pecamos por excesso de otimismo. Certas coisas, nós discutíamos a partir da nossa cabeça, a partir da cabeça do pessoal politizado. Quando disseram que a gente ia acabar com as religiões não católicas, nós fizemos um único programa especial sobre o tema, quando deveríamos ter realizado várias inserções.

Precisávamos ter insistido nestas questões, porque é exatamente na faixa menos politizada que essas coisas pegam, neste setor não funciona a estória que, para bom entendedor, meia palavra basta: para este segmento não se deixar levar por estes

boatos, não basta meia palavra, é preciso, quem sabe, um livro inteiro. Eu acho que a gente não conseguiu ter uma linguagem para este setor mais vulnerável da sociedade, a gente não conseguiu penetrar nesta camada do jeito que deveríamos.

ANDRÉ – *Você acha que este setor tem medo do Lula?*

LULA – Esta camada é manipulada com mais facilidade pelos meios de comunicação, que vendem uma imagem distorcida do Lula, do PT.

Pois bem. A minha briga é sempre esta: atingir o segmento da sociedade que ganha salário-mínimo. Tem uma parcela da sociedade que é ideologicamente contra nós, e não há por que perder tempo com ela: não adianta tentar convencer um empresário que é contra o Lula a ficar do lado do trabalhador. Nós temos de ir para a periferia, onde estão milhões de pessoas que se deixam seduzir pela promessa fácil de casa e comida.

ANDRÉ – *Você acha esta batalha prioritária?*

LULA – Acho. Nós temos amplos setores da classe média com a gente – uma parcela muito grande do funcionalismo público, dos intelectuais, dos estudantes, do pessoal organizado em sindicatos, do chamado setor médio da classe trabalhadora. O que nós precisamos agora é ir diretamente a esse pessoal menos favorecido.

CÍCERO – *Não foi a classe média que derrotou sua candidatura?*

LULA – A verdade nua e crua é que quem nos derrotou, além dos meios de comunicação, foram os setores menos esclarecidos e mais desfavorecidos da sociedade.

ANDRÉ – *Eu me lembro de que, já perto do dia 17 de dezembro, você achava que precisava ter um artista de televisão que falasse diretamente para esse pessoal de baixa renda.*

LULA – Eu pedi para o Aloizio procurar gente para fazer este discurso, mas o pessoal não estava preparado. O discurso seria o seguinte: “eu sou fulano de tal, ganho tanto por mês, tenho minha casa, minha piscina, minha casa de campo, tenho até casa na praia. Eu poderia votar em qualquer um desses outros candidatos porque sei que não vão mexer com meus privilégios. Entretanto, eu vou votar no Lula porque sei que, para melhorar a vida da maioria do povo, não posso ter tanto privilégio”. [...] E ninguém queria dizer isso.

ANDRÉ – *Mas por quê?*

LULA – Acho que ninguém queria perder os privilégios (risos)... O que eu queria era fazer com que o povo pobre entendesse que não é possível melhorar de vida se não tirar um pouquinho de quem tem muito, que é preciso haver uma distribuição de renda mais justa.

De qualquer forma, a gente não conseguiu atingir esta parcela. Desde o início da campanha, eu ponderei ao partido – e o pessoal achou que não era importante – que, nos dez primeiros dias do horário gratuito, era importante trabalhar a minha imagem, colocar gente de peso na sociedade falando, dando uma dimensão da luta que nós travamos nesse país.

Temos de lembrar uma coisa: as primeiras greves foram feitas em 1978, o cara que está com 22 anos hoje tinha dez na época. Nós tínhamos de recontar a história, para lutar contra o preconceito, que não era da classe alta, mas do pessoal de nível de renda mais baixo.

RICARDO – *Isso que você está falando aconteceu durante toda a campanha – a Globo, o preconceito etc. Quando chegou na reta final, você falava que o que ia mesmo decidir era o debate. Nos comícios, você dizia que ia nocautear o Collor. Mas, quando chegou o momento, você parecia um lutador de boxe sonado.*

LULA – Eu acho que o debate aconteceu num momento muito delicado da campanha, também porque, depois do primeiro debate, eu gerei muita expectativa em relação ao segundo. E tenho consciência que, neste último encontro, o Collor foi bem.

A verdade é que a gente passou o tempo inteiro falando da importância do debate, mas acabamos por tratá-lo como se não tivesse importância alguma. Basta que vejamos a agenda: nós fomos a Minas Gerais dia 12, chegamos a São Paulo depois da meia-noite. A Miriam tinha feito a declaração na televisão, e os companheiros do PT acharam que eu deveria dar uma resposta junto com a Lurian. Eu fui para a TVT...

RICARDO – *De madrugada...*

LULA – ... e lá ficamos até três horas. Cheguei em casa às quatro e meia da manhã. Às dez e meia, eu estava na casa do Jacques Breyton, onde fiquei até cinco horas da tarde. Às cinco e meia, fui para o Rio de Janeiro, onde se realizaria o comício de encerramento da campanha. Estava de volta a São Paulo à meia-noite, e ainda fui para um jantar em São Bernardo. Às duas e meia cheguei em casa, levantei às seis para ir a Brasília, onde estava agendado um encontro na CNBB². Retornei às quatro da tarde, e o Aloizio e outros companheiros me aguardavam para prepararmos o debate. Entretanto, já era quase o horário que eu deveria estar na Rede Bandeirantes, e não foi possível discutir com um pouco mais de carinho sequer quais seriam as perguntas que faríamos para nosso adversário.

Outro erro que cometemos foi marcar o debate após o término do horário gratuito. No mínimo, nós deveríamos ter marcado o debate para a véspera, para que tivéssemos mais um ou dois programas de rádio e TV.

CÍCERO – *Você acha que o debate foi o momento da reversão?*

LULA – A semana inteira foi uma semana de reversão, a semana inteira. O caso do Abílio Diniz foi trabalhado a semana inteira contra nós – nós é que fomos um bando de bobos, porque sabíamos do sequestro e prometemos guardar segredo, quando deveríamos ter aberto a boca. O clima do sábado era de terror, uma boataria desenfreada que era o PT o responsável pelo sequestro. Não chegou a sair no *Jornal Nacional*, mas centenas e centenas de rádios comentavam isto o dia inteiro. E nós ficamos paralisados.

BRENO – *Quando é que você percebeu que tinha perdido as eleições?*

LULA – No sábado à tarde, quando aceitei ir ao jogo do São Paulo contra o Vasco, na decisão do campeonato brasileiro. Foi ali, sinceramente, que eu senti que a coisa não estava boa, principalmente em São Paulo.

RICARDO – *A violência daqueles caras no Morumbi, a agressividade das pessoas – eu não sabia que a campanha seria tão brutal.*

LULA – A gente não levou em consideração algumas coisas importantes. Primeiro, que São Paulo é o centro do capitalismo brasileiro. Segundo, que a somatória de votos de Maluf e Afif aos de Collor daria, no segundo turno, exatamente o resultado revelado pelas urnas.

BRENO – *Pela sua análise, a Frente Brasil Popular perdeu a eleição na cidade de São Paulo, o que pode ser estatisticamente comprovado. Como você explica este mau resultado, apenas um pouco maior que aquele obtido pelo Suplicy em 86?*

LULA – Eu tenho ponderado à Luíza Erundina que é preciso fazer um acompanhamento sistemático do papel dos meios de comunicação numa cidade como São Paulo,

onde diuturnamente os meios de comunicação passam mensagens contra o PT. Outro dia, a Globo foi filmar os hospitais da prefeitura e fez uma matéria de quase cinco minutos, tipicamente contra o PT, pois mostrava as condições de saúde no município e não falava das condições de saúde no Brasil. E nós fomos inábeis, porque o correto seria, no dia seguinte, comprar um horário na TV e no rádio e dar a resposta – é assim que a gente deve fazer política, mas nós ficamos encruados, inibidos.

Era previsível, portanto, que a gente tivesse, em São Paulo, pelo resultado do primeiro turno, uma situação frágil, do ponto de vista eleitoral. Aqui, a direita ficou muito forte e, por mais que trabalhássemos, não conseguimos reverter este quadro.

ANDRÉ – *A que você atribui o fenômeno Collor?*

LULA – A um trabalho de *marketing* muito bem feito. Collor surge como *caçador de marajás* já dentro de uma estratégia eleitoral – acho que bolada pelo Roberto Marinho e cujo objetivo, quando foi concebida, era evitar que Brizola fosse eleito presidente da República. O dono da Globo escolheu um nome para projetar, em meio ao descrédito das instituições e dos políticos brasileiros, para fazer frente aos candidatos de esquerda – um nome que, por ser seu maior serviçal, poderia manipular com certa tranquilidade. [...]

BRENO – *Você se sentiu igual ao Zico depois da Copa de 86, quando perdeu o pênalti no jogo com a França?*

LULA – Não, porque eu já revi o debate duas vezes e não acho que tenha determinado nossa derrota.

ALOIZIO – *A versão da Globo é que foi determinante. A Globo fez o que a Rede Povo havia feito no primeiro debate – transformou o debate num fato que desse às pessoas o entendimento que Collor havia sido o vitorioso, com ampla repercussão nacional.*

ANDRÉ – *A insistência em criticar a atuação de Collor em Alagoas...*

LULA – Foi erro, uma estratégia equivocada. Nós deveríamos ter trazido o Collor para o campo em que somos imbatíveis: temas de política nacional. Ele não queria discutir isso, e eu acho que foi um erro estratégico ficar falando de coisas de Alagoas.

ANDRÉ – *E aquela estória do aparelho de som, o que é que aconteceu?*

LULA – Uma coisa tão absurda, tão mesquinha, que não respondi, não dei importância. É como se o dono da Ford falasse: “Você comprou uma Belina, eu não tenho uma”. O dono da Globo de Alagoas dizendo que não pode comprar um aparelho de som...

ANDRÉ – *Como é que você vê hoje tua relação com o Brizola? Ele atacou muito a tua candidatura no primeiro turno, chegou a dizer que...*

CÍCERO – *Disse que o PT era uma UDN com um operário de fachada.*

ANDRÉ – *... você estava gordo, que você tomava umas canas e aí o atacava (risos). Foi até para o plano pessoal, e depois, no segundo turno, teve um papel importante na tua votação...*

BRENO – *E já te declarou seu herdeiro (risos).*

LULA – Eu acho que o Brizola e o Arraes são as mais importantes entre as figuras públicas remanescentes de 1964. Por várias vezes nós discutimos se iríamos ter como estratégia atacar o Brizola. Eu, particularmente, sempre dizia o seguinte: “O Brizola não é nem o inimigo nem o adversário principal, vamos bater em quem é o adversário principal”.

Depois do primeiro turno, eu disse pro Brizola: “Olha, por mais que você me ata-

casasse, eu não iria te responder, porque tinha certeza que precisaria sentar na mesa com você, e se eu tivesse aceitado a troca de farpas entre nós dois, eu agora não teria condições nem de estar aqui”. O Brizola demonstrou sensibilidade política e cumpriu o que passou o ano inteiro afirmando: que subiria ao palanque com o candidato popular que chegasse ao segundo turno. A primeira reunião, entretanto, foi muito tensa, muito difícil.

CÍCERO – *Foi antes de ele resolver apoiar o sapo barbudo?*

LULA – Bem antes. Ele estava no Uruguai e eu liguei para ele, e combinamos uma reunião no Rio de Janeiro, na casa dele. Clima tenso, tinha petista contra, pedetista contra, gente vaiando de um lado e de outro. Brizola, muito nervoso, chegou a sugerir aquela ideia de renúncia em favor da candidatura do Mário Covas.

RICARDO – *Sob a justificativa que o Covas tinha mais chance de ganhar do Collor que ele ou Lula.*

LULA – Eu falei para o Brizola: “Se ele tivesse mesmo mais chance, ele teria ficado na nossa frente” (risos).

ANDRÉ – *Quando ele finalmente aceitou te apoiar?*

LULA – Nessa mesma reunião, eu tive uma conversa a sós com Brizola e eu pude sentir que ele estava disposto a apoiar, só estava precisando de um pretexto, de uma oportunidade. No debate do dia três, quando disse que sentia orgulho em tê-lo como aliado, ele pediu outra conversa, naquela noite mesmo, na casa dele, depois do debate.

RICARDO – *É que o Lula falou as coisas que o Brizola tinha vontade de dizer. Entusiasmado com o Lula, ele falou pro Roberto D’Ávila ligar lá para a Manchete e agendar a reunião.*

ANDRÉ – *E a questão do Bisol?*

LULA – Esta é uma das coisas que eu não consigo compreender no Brizola, um homem tão grande, que poderia passar por cima de determinadas coisas. Uma vez ele me disse que fazia aquilo porque estava cansado de ver o PT gritar em Porto Alegre: “Óla, óla, óla, reforma agrária nas terras do Brizola”. Então, ele resolveu passar a bola para o pessoal do PT, com o caso das terras do Bisol. Ele comprou uma briga que eu acho pequena demais, porque o Bisol é uma figura boníssima, o PDT mesmo já o havia convidado para entrar no partido. Esta briga foi ruim para nossa união, provocou desgastes.

ANDRÉ – *E o PSDB?*

LULA – O PSDB vacilou. Apesar da boa vontade do Mário Covas e dos seus setores mais progressistas, acho que tinha muito tucano torcendo para a gente não ganhar. Era o caso do José Richa³ e do pessoal do Paraná, por exemplo. Aqui em São Paulo, eu tenho minhas dúvidas se o Montoro queria nossa vitória.

O PSDB demorou demais para fazer aliança, quase doze dias. E o Mário Covas, muito criterioso, muito partidário, chegou à disputa muito atrasado. Poderia ter ajudado mais em São Paulo.

ALOIZIO – *Só subiu no palanque no comício do Pacaembu.*

LULA – No Pacaembu e no Rio de Janeiro.

ANDRÉ – *Você acha que o PSDB vai pagar um preço por isso?*

LULA – Eu tenho a impressão que o PSDB está se transformando no partido dos descontentes, não importa se de esquerda ou de direita. A gente sempre soube

que não ia nos apoiar, que possivelmente votaria no Collor. O fato de economistas ligados ao PSDB já estarem trabalhando na equipe econômica do governo Collor demonstra que eles não perderam muito com seu comportamento político.

CÍCERO – *Lula, queria te fazer uma pergunta sobre a escolha do vice na chapa da Frente Brasil Popular. Você tinha candidato?*

LULA – Eu trabalhei muito tempo com a ideia do vice ser o Raymundo Faoro, mas ele recusou, por razões pessoais, disse que não poderia assumir porque tinha perdido recentemente a esposa. Depois, eu achei que o Roberto Freire poderia ser um bom vice.

ANDRÉ – *A questão do socialismo atrapalhou? Durante a campanha caiu o Muro de Berlim, foi um fato importante, até o Afif usou isso contra o PT... [...]*

LULA – Atrapalhou. É engraçado, nós tínhamos um filé-mignon para trabalhar a questão do socialismo: em 1980, quando nós discutíamos o Manifesto do PT, a gente já questionava a burocracia, o partido único, a falta de liberdade e autonomia sindical. E nós permitimos que os representantes da burguesia trabalhassem contra o socialismo. A derrubada do Muro de Berlim é algo muito simbólico para a humanidade, e foi um erro o PT deixar que a burguesia tirasse proveito disso, quando nós é que tínhamos moral para falar.

ANDRÉ – *O PT nunca definiu exatamente o tipo de socialismo pelo qual está lutando. Você não acha que isto é um problema para o partido?*

LULA – O que nós deveríamos ter trabalhado corretamente é a ideia de que o que se está questionando na Alemanha Oriental ou na Polônia não é o socialismo, mas a forma burocrática e a falta de democracia, que se opõem ao socialismo. Nós deveríamos ter feito este discurso.

Você veja uma coisa: todos os meios de comunicação passaram quatro meses cobrindo o Leste europeu, todos favoráveis, sem exceção, à queda dos governos dirigidos pelos partidos comunistas. Mas nenhum jornal, nenhuma televisão conseguiu mostrar miséria lá. Não mostraram criança na rua passando fome, velhinho deitado na calçada, gente pedindo esmola.

Embora não se tenha resolvido a questão da democracia, do pluripartidarismo, do sindicalismo livre, acabou-se com a fome, as pessoas são tratadas mais humanamente.

BRENO – *Na Itália e na França, ninguém dorme de barriga vazia e há liberdade. Isto não prova que, ao menos nos países desenvolvidos, o capitalismo se mostra um regime superior ao socialismo?*

LULA – Não é a evolução do capitalismo que garantiu estas conquistas, mas a evolução da democracia. Para o pessoal, na Itália, chegar aonde chegou, precisou lutar a Segunda Guerra Mundial, precisou ter um movimento sindical dos mais organizados. Assim também na Alemanha, na Suécia. Não é verdade que o padrão de vida dos europeus seja resultado do avanço do capitalismo: o empresário de lá, quando vem para o Brasil, paga uma décima parte ao trabalhador brasileiro do que paga ao da sua terra.

ANDRÉ – *Você não acha que todos estes países do Leste europeu estão se voltando para formas de mercado?*

LULA – Antes da campanha, eu propus que o PT mandasse três pessoas para lá, todas do mais alto nível intelectual, para estudar o que está acontecendo e poder trabalhar corretamente este assunto. Porque é engraçado, você veja, abriu a fronteira

e o povo da Alemanha Oriental, ao invés de ir mendigar comida na Alemanha Ocidental, foi fazer compra – pelo menos dinheiro eles tinham. Então o que é que tem de ser feito? Modernizar o setor produtivo – eles não querem voltar à economia de mercado, pura e simplesmente, mas fazer uma reciclagem. A Nicarágua tem economia de mercado, e nem por isso melhorou, está afundada. [...]

BRENO – *Se você tivesse vencido as eleições, ainda mais em aliança com o Brizola, que medidas seriam tomadas para quebrar o monopólio da Rede Globo?*

LULA – Não será possível democracia neste país enquanto alguém como o Roberto Marinho tiver o poder que tem. Um cidadão pode falar, no mesmo instante, com sessenta milhões de brasileiros enquanto a maioria não consegue falar nem com o vizinho.

As pessoas brincavam que eu ia colocar o Brizola no Ministério das Comunicações (risos). Eu não acho que os meios de comunicação têm de estar nas mãos do Estado, mas que tem de ter pluralidade de informações na sociedade.

Este monopólio da Globo é tão pernicioso quanto o monopólio do Estado. Hoje, se a Globo mentir sobre o Lula e eu quiser responder, tenho de pagar para poder me defender, tenho de dar lucro a eles para poder me defender.

BRENO – *E o episódio Sandroni, quando ele disse num seminário que o PT não ia dar aumento real de salários?*

LULA – Eu acho que o que o Sandroni falou eu falaria... se é que ele disse o que me disse que disse (risos).

ANDRÉ – *Isso aí tá complicado...*

LULA – O que ele disse foi que não era possível recuperar as perdas salariais de uma só vez, o que é o óbvio ululante: você não pode recuperar as perdas de vinte anos numa tacada. [...]

CÍCERO – *A eleição era uma guerra que não tinha regras, e o PT pensou que tinha.*

LULA – Mas eu ainda acho que não podemos perder a ética. Eu acho que a política tem de ser feita com ética. Quem disputar contra o Lula, pode saber que vai ser tratado com a maior ética do mundo, ainda que isto possa me levar à derrota. O meu partido tem de saber disto: se eu tiver que perder a ética para ganhar uma eleição, então não sou candidato. Eu não quero saber se o adversário é homossexual ou não. Eu quero saber qual é o programa dele, quais os compromissos políticos que ele tem. [...]

ANDRÉ – *Qual foi o momento mais alegre e o mais triste da campanha?*

LULA – Para mim, o único dia ruim da campanha foi a ida ao estádio do Morumbi, no sábado à tarde, dia 16, véspera das eleições. Entrei na conversa do Ricardo Kotscho (risos). [...]

ANDRÉ – *Por quê?*

LULA – Porque eu nunca gostei de fazer isso. Nunca gostei de ir em assembleia ou coisa do tipo em época de eleição. Não sei por que fui aceitar essa do Morumbi...

ANDRÉ – *Como assim?*

LULA – Nunca adotei a ideia de você tirar proveito de uma coisa em que o povo está ali para ver futebol e não por tua causa. Eu sou convidado todo ano para ir ao carnaval e não vou.

Então o negócio do Morumbi foi uma bobagem. Estávamos num dia tranquilo, eu tinha uma coletiva no Sindicato, fomos tomar cerveja com os aposentados, num

clima muito festivo. Aí seguimos para o Morumbi. Ah, minha gente, foi a coisa mais degradante que aconteceu na minha vida! Primeiro porque a gente foi lá nas cadeiras cativas.

ALOIZIO – *Junto com a torcida do São Paulo, aristocracia pura...*

LULA – E ainda fui torcer pelo Vasco! (risos)

ANDRÉ – *Você assistiu ao jogo?*

LULA – Metade. Foi o pior momento da campanha.

ANDRÉ – *Você pode me dizer o melhor momento?*

LULA – Ah, é difícil. Mas eu me lembro especialmente do dia em que aquele povo todo começou a cantar no Rio de Janeiro, ainda no primeiro turno. Foi a primeira vez que cantaram “olê, olê, olê, olá...”. Foi um negócio fantástico.

BRENO – *É o grito de guerra da torcida do Flamengo...*

ALOIZIO – *Mas ninguém inventou isso. Surgiu espontaneamente, da massa.*

LULA – Mas é difícil dizer qual foi o melhor momento... O comício de Recife, tanto no primeiro quanto no segundo turno...

ALOIZIO – *A chegada em Garanhuns foi um troço emocionante. A bandinha de pífano, a carreata.*

LULA – São coisas que quem viveu, viveu, quem não viveu vai esperar cinco anos para reviver...

BRENO – *Você é candidato de novo em 94?*

LULA – É muito cedo para falar isso.

ANDRÉ – *Mas você se sente candidato?*

LULA – Não. Primeiro que não existe direito adquirido de candidatura. Eu acho que em cinco anos podemos ter o surgimento de pessoas com muito mais condições de ser candidato do que eu. Quer dizer, não aceito a ideia de que já sou candidato em 94. Eu até acho que sou um cara novo, bem tratado fisicamente (risos)...

ANDRÉ – *E o que você pretende fazer até lá?*

LULA – Eu pretendo continuar fazendo política. Veja: a gente fica debruçado em cima do fato de não ter ganhado. Eu não sei se há males que vêm para bem, mas o fato concreto é que com a ideia de governo paralelo que estamos implementando agora, penso que o PT poderá se exercitar para o poder. Exercitar os quadros, dar responsabilidade. É importante não esquecer o que a gente ganhou nesta campanha. Digo: o que era o PT há dez anos? O que era o movimento popular, o movimento sindical? O que eram os chamados setores progressistas da sociedade? Há dez anos o Quércio era progressista, minha gente! (risos). Então houve uma evolução, uma reciclagem na sociedade.

Pela primeira vez um operário é candidato a presidente e disputa de verdade. Ou seja, eu não saí candidato para marcar posição como a Domitila, na Bolívia⁴. Eu saí candidato com base numa enorme força social. E quase chegamos lá. E eu acho que uma coisa que ajudou a gente não chegar lá foi o medo. É duro dizer isso, mas tinha muita gente minha amiga, da maior intimidade, com medo do PT ganhar. O meu secretário Espinoza tinha medo que nós ganhássemos (risos)...

BRENO – *Com aquele tamanho todo?*

LULA – É, ele achava que ia gerar muita expectativa e não daria para corresponder... Outra coisa: volta e meia, num comício, vinha alguém chorando e falava: “Se você ganhar vão te matar”.

CÍCERO – *Você teve medo de atentado?*

LULA – Nunca.

RICARDO – *Mas a gente ouvia muito isso: “Se você ganhar, vão te pegar”. Aliás, no começo da campanha havia muito bochicho sobre intervenção militar.*

ANDRÉ – *Isto te preocupava?*

LULA – Preocupava sim. Você vê o que eles fazem com a Erundina na prefeitura. Imagina o que iam fazer se a gente vencesse.

ANDRÉ – *Você acha que a esquerda brasileira já está preparada para enfrentar essa situação?*

LULA – Não, não acho que esteja preparada. Acho que nós somos muito puritanos em política, somos muito honestos. Precisamos saber que o jogo é mais bruto.

BRENO – *Voltando ao assunto militar: quando se percebeu que havia chances reais de vitória, chegou a haver alguma negociação, alguma conversa com os militares?*

LULA – Se eu for dizer para você tudo o que aconteceu na campanha, quando vier a próxima e eu disser para a imprensa que não está havendo nada o pessoal não vai acreditar mais em mim (risos)... Então tem determinadas coisas que vão ter de ficar em segredo.

Mas a gente estava cuidando de tudo. Tudo que você puder imaginar de contatos de um candidato que está prestes a ganhar, a gente estava fazendo. Eu não tive nenhum, fazia questão de não participar.

ANDRÉ – *Uma curiosidade, Lula: o slogan “sem medo de ser feliz”, como é que surgiu?*

LULA – Isso aí é da música.

ANDRÉ – *Pois é. E quem resolveu transformar isso em slogan?*

RICARDO – *Virou tema do segundo turno. Porque era um verso da música e a música pegou muito.*

ANDRÉ – *E quem teve a ideia de pegar esse verso? Foi você, Ricardo?*

RICARDO – *Deixa eu contar a história. O Lula ganhou uma foto do Juan Esteves, da “Folha”, que era uma foto que ele gostou – raramente ele gosta – em que ele aparece com uma cara boa, o que não era uma coisa fácil de achar (risos)... Aí a gente estava discutindo o tema do segundo turno e aquela foto batia com o verso. Então conversamos com o Roberto Teixeira, compadre do Lula, para fazer uns outdoors. O outdoor ficou legal e aí virou tema.*

ALOIZIO – *Porque tinha uma coisa que a gente falava...*

RICARDO – *Ah, perai! Tem uma coisa que me esqueci de falar, uma história anterior: o jantar do Lula com o Mino Carta, depois do programa de televisão do Alexandre Machado num restaurante italiano. E o Lula falou para o Mino que um dos problemas que estava havendo era o medo que as pessoas tinham.*

CÍCERO – *Era uma mensagem para os petistas?*

RICARDO – *Era para vencer o medo da sociedade. O medo do novo. O medo de mudar, que pintou no final da campanha na cabeça de muita gente – alimentada por aquelas estórias de tirar um carro de quem tinha dois etc.*

LULA – Olha, é só vocês viajando comigo para saber o que é o povo na rua... As pessoas vinham cumprimentar a gente e choravam. Ontem mesmo, no aeroporto de Brasília, você não imagina a quantidade de gente que vinha nos cumprimentar.

ANDRÉ – *Lula, isso te emociona ainda, depois de passar tantas vezes por isso?*

LULA – Não... Eu acho que isso é gratificante.

BRENO – *Mas é um político profissional, hein? Você pergunta uma coisa e ele responde outra...*

RICARDO – *Sertanejo não pode se emocionar, pega mal...*

LULA – Depende do momento... Na política isso é gratificante. Porque às vezes as pessoas falam: “Lula, não deu, mas a outra vai dar”.

ANDRÉ – *Mas a cara das pessoas, as cartas que você recebe, te emocionam?*

LULA – Emocionam, emocionam sim.

BRENO – *Lula, o Collor é inimigo político e pessoal seu?*

LULA – Ele é um adversário político. Vai depender muito do que ele fizer. Obviamente que eu não posso torcer para que o Collor erre, só para a gente poder crescer. Porque o povo não suporta mais. Eu sou daqueles que torcem para que ele tome medidas que deem certo. Agora, eu não converso com o Collor, porque ele se comportou como um imoral na campanha com relação a minha pessoa. Neste aspecto, meu problema é pessoal com ele.

Fonte: SINGER, André (Org.). *Sem medo de ser feliz: Cenas de campanha*. São Paulo: Scritta, 1990, p. 94-113.

NOTAS

¹ A íntegra desta foi originalmente publicada em SINGER, André (Org.). *Sem medo de ser feliz: Cenas de campanha*. São Paulo: Scritta, 1990, p. 94-113. Alguns pequenos trechos foram suprimidos nesta transcrição para sua adequação às finalidades desse dossiê documental sobre a Campanha Presidencial do Partido dos Trabalhadores no ano de 1989 e estão devidamente assinalados por colchetes. (N. E.)

² A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) é um organismo permanente que reúne os bispos católicos do Brasil. Pertencem à CNBB todos os bispos diocesanos do Brasil e os a eles equiparados (os bispos coadjutores, os bispos auxiliares e os outros bispos titulares que exercem no mesmo território algum encargo especial, confiado pela Sé Apostólica ou pela Conferência dos Bispos). A CNBB foi fundada em 14 de outubro de 1952, no Rio de Janeiro. A transferência da sede para Brasília aconteceu em 1977. (N. E.)

³ José Richa (1934-2003), dentista e político. Foi eleito deputado federal pelo Paraná do Partido Democrata Cristão em 1962. Após o golpe de 1964 filiou-se ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), sendo reeleito em 1966. Foi eleito prefeito de Londrina - PR (1973-1977). Em 1978 foi eleito senador da República pelo Paraná. Foi governador do Paraná (1983-1986). No início de maio de 1986, afastou-se do governo paranaense para candidatar-se a uma vaga no Senado Federal (1989-1995). Deixou o PMDB em 1988 para fundar o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). (N. E.)

⁴ Referência a Domitila Barrios de Chungara (1937-2012), líder operária e feminista boliviana. Em 1977 a educadora brasileira Moema Viezzer gravou suas experiências e publicou *Se me permitem falar...*, o qual a projetou mundialmente. No Brasil este livro alcançou 15 reedições. (N. E.)

RESULTADO FINAL DO PRIMEIRO TURNO*

Candidato	Norte	Em %	Nordeste	Em %	Centro-Oeste	Em %	Sudoeste	Em %	Sul	Em %	Total	Em %
LULA	573.763	12,96	3.534.386	16,41	669.237	13,115	5.883.914	15,67	958.868	7,11	11.620.168	14,16
MARRONZINHO	11.593	0,26	86.885	0,40	12.209	0,24	97.552	0,25	30.157	0,22	238.396	0,29
ZAMIR	11.038	0,24	88.899	0,41	10.865	0,21	57.891	0,15	18.462	0,13	187.155	0,23
AFF	151.642	3,43	405.224	1,88	286.852	5,64	1.548.384	4,12	879.825	6,52	3.271.927	3,98
FREIRE	23.639	0,53	206.059	0,96	44.933	0,88	404.718	1,08	89.460	0,66	768.809	0,93
PG	11.296	0,25	112.731	0,52	9.421	0,18	48.057	0,13	17.212	0,12	198.717	0,24
AURELIANO	20.917	0,47	145.232	0,67	26.369	0,52	355.172	0,94	53.074	0,39	600.764	0,73
BRIZOLA	148.383	3,36	1.593.392	7,40	280.779	5,52	4.632.586	12,34	4.511.416	33,48	11.166.556	13,60
GABEIRA	6.153	0,13	43.089	0,20	6.125	0,12	49.524	0,13	20.895	0,15	125.786	0,15
PEDREIRA	5.330	0,12	33.207	0,15	4.767	0,09	29.707	0,08	13.496	0,10	86.107	0,10
HORTA	4.728	0,10	33.245	0,15	4.149	0,08	28.172	0,07	12.981	0,09	83.275	0,10
BRANT	6.200	0,14	31.172	0,14	6.949	0,13	47.110	0,12	18.468	0,13	109.899	0,13
MALUF	142.153	3,22	417.859	1,94	202.636	3,98	4.357.878	11,61	865.480	6,42	5.986.001	7,30
COVAS	171.510	3,88	1.178.372	5,47	320.623	6,30	5.363.412	14,28	752.991	5,59	7.786.948	9,49
LÍMIA	11.984	0,27	73.070	0,34	11.251	0,22	60.789	0,16	22.802	0,17	179.896	0,22
COLLOR	1.549.215	35,06	5.970.327	27,73	1.757.269	34,54	8.545.095	22,76	2.785.902	20,67	20.607.798	25,11
CAMARGO	20.205	0,45	75.875	0,35	22.740	0,44	146.231	0,39	114.413	0,85	379.384	0,46
ENEÁS	16.225	0,36	91.126	0,42	17.053	0,33	191.580	0,51	44.573	0,33	360.557	0,44
ULYSSES	155.831	3,52	1.205.155	5,59	283.870	5,58	987.065	2,63	572.845	4,25	3.204.789	3,90
CAIADO	18.233	0,41	72.755	0,34	101.833	2,00	195.668	0,52	100.336	0,74	488.825	0,59
EUDES	7.469	0,16	80.946	0,37	9.003	0,17	53.357	0,14	11.568	0,08	162.343	0,19
BRANCOS	57.308	1,31	511.726	2,37	63.764	1,25	406.333	1,08	137.171	1,01	1.176.302	1,43
NULOS	151.211	3,42	1.506.930	7,00	182.512	3,58	1.264.394	3,37	372.647	2,76	3.477.699	4,24
ABSTENÇÕES	1.149.279	26,05	4.031.840	18,72	752.265	14,78	2.783.800	7,41	1.070.941	7,95	9.788.125	11,93
TOTAL	4.424.718	100,0	21.529.617	100,0	5.087.499	100,0	37.538.389	100,0	13.476.003	100,0	82.056.226	100,0

Fonte: SINGER, André (Org.). *Sem medo de ser feliz: Cenas de campanha*. São Paulo: Scritta, 1990, p. 120. * Não estão incluídos os votos do exterior

RESULTADO FINAL DO SEGUNDO TURNO

Estado	Lula	Em %	Collor	Em %	Branços	Em %	Nulos	Em %	Abstenções	Em %	Eleitores
REGIÃO NORTE											
Acre	39.695	21,72	89.103	48,74	2.005	1,10	5.665	3,10	46.329	25,34	182.797
Amazonas	197.431	23,45	397.103	47,16	8.534	1,01	15.115	1,79	223.900	26,59	842.083
Amapá	29.926	25,33	53.780	45,52	747	0,63	2.426	2,05	31.265	26,47	118.144
Pará	419.656	19,19	1.105.829	50,57	19.923	0,91	40.124	1,81	601.320	27,50	2.186.852
Rondônia	136.123	24,40	234.272	42,00	4.508	0,81	13.791	2,47	169.087	30,32	557.781
Roraima	12.364	16,94	39.916	54,68	511	0,70	1.023	1,40	19.187	26,28	73.001
Tocantins	62.576	13,48	227.029	48,92	5.498	1,18	9.128	1,97	159.829	34,45	464.060
Total da região	897.771	20,29	2.147.032	48,52	41.726	0,94	87.272	1,97	1.250.917	28,87	4.424.718
REGIÃO NORDESTE											
Alagoas	214.890	17,75	682.989	56,41	19.309	1,59	47.422	3,92	246.187	20,33	1.210.797
Bahia	1.980.907	33,61	2.118.307	35,94	100.014	1,70	235.255	3,99	1.459.378	24,76	5.893.861
Ceará	1.119.521	33,40	1.478.449	44,11	44.615	1,33	91.685	2,74	617.336	18,42	3.351.606
Maranhão	521.854	24,34	867.254	40,44	35.738	1,67	55.694	2,60	663.812	30,95	2.144.352
Paraíba	606.446	34,53	740.208	42,14	27.908	1,59	62.451	3,56	319.404	18,18	1.756.417
Pernambuco	1.509.085	40,09	1.455.753	38,67	65.664	1,74	132.156	3,51	601.485	15,99	3.764.143
Piauí	411.812	30,86	590.593	44,26	21.517	1,61	38.928	2,92	271.432	20,35	1.334.282
Rio Grande do Norte	482.465	37,17	535.195	41,23	17.565	1,35	57.189	4,41	205.674	15,84	1.298.068
Sergipe	208.829	26,91	403.480	51,99	14.868	1,92	37.354	4,81	111.540	14,37	776.071
Total da região	7.055.809	32,77	8.872.228	41,21	347.198	1,61	758.134	3,52	4.496.248	20,88	21.529.617
REGIÃO CENTRO-OESTE											
Distrito Federal	451.780	52,70	268.962	31,37	5.830	0,68	33.944	3,96	96.814	11,29	857.330
Goiás	535.142	24,33	1.160.446	52,75	20.526	0,93	63.066	2,87	420.785	19,12	2.199.965
Mato Grosso do Sul	215.859	21,54	579.064	57,78	9.831	0,98	25.145	2,51	172.333	17,19	1.002.232
Mato Grosso	240.486	23,31	475.046	46,21	9.773	0,95	22.964	2,23	279.703	27,22	1.027.972
Total da região	1.443.267	28,37	2.483.518	48,82	45.960	0,90	145.119	2,85	969.635	19,06	5.087.499

CONTINUA ►

RESULTADO FINAL DO SEGUNDO TURNO (conclusão)

Estado	Lula	Em %	Collor	Em %	Branços	Em %	Nulos	Em %	Abstenções	Em %	Eleitores
REGIÃO SUDESTE											
Espírito Santo	473.597	33,64	689.981	49,01	17.749	1,26	50.969	3,62	175.463	12,47	1.407.759
Minas Gerais	3.355.121	35,57	4.186.656	44,38	129.446	1,37	351.991	3,73	1.409.889	14,95	9.433.103
Rio de Janeiro	5.228.265	63,79	1.941.598	23,69	65.393	0,80	249.824	3,05	711.457	8,67	8.196.547
São Paulo	6.739.378	36,43	9.270.503	50,11	183.195	0,99	920.799	4,98	1.387.105	7,49	18.500.980
Total da região	15.796.361	42,08	16.088.738	42,86	395.783	1,05	1.573.583	4,19	3.683.924	9,81	37.538.389
REGIÃO SUL											
Paraná	1.357.994	26,91	2.793.426	55,36	50.797	1,01	191.330	3,79	652.079	12,93	5.045.626
Rio Grande do Sul	3.366.802	59,06	1.532.826	26,89	75.628	1,33	237.938	4,17	487.267	8,55	5.700.461
Santa Catarina	1.152.730	42,23	1.167.689	42,77	29.220	1,07	114.315	4,19	265.962	9,74	2.729.916
Total da região	5.877.526	39,97	5.493.941	39,09	155.645	1,07	543.583	3,80	1.405.308	9,86	13.476.003
Exterior	5.630	30,45	4.541	24,56	134	0,72	202	1,09	7.985	43,18	18.492
TOTAL DO PAÍS	31.076.364	37,86	35.089.998	42,75	986.446	1,20	3.107.893	3,79	11.814.017	14,39	82.074.718

Fonte: SINGER, André (Org.). *Sem medo de ser feliz: Cenas de campanha*. São Paulo: Scritta, 1990, p. 121.